

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

RUY TADEU COSTA RIBEIRO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE
TRAVESTIS EM SÃO LUÍS-MA

SÃO LUÍS - MA
2020

RUY TADEU COSTA RIBEIRO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE
TRAVESTIS EM SÃO LUÍS-MA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Maranhão para
obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luís de
Santana Alcântara.

SÃO LUÍS – MA

2020

RUY TADEU COSTA RIBEIRO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE TRAVESTIS EM SÃO LUÍS-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Orientador: Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

APROVADA EM 03 / 12 / 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Ramon Luis de Santana Alcântara
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Jaqueline Gomes de Jesus
Doutora em Psicologia Social
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof^o. Dr^o. Márcio José de Araújo Costa
Doutor em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Pollianna Galvão Soares de Matos
Doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
Universidade Federal do Maranhão

À memória de minha prima Graciane di Paula.

E para todas as travestis que foram expulsas,
que estão e passarão por nossas escolas.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, destaco a figura de duas pessoas: Ellen Klinger, que, paralelamente às orientações da monografia da graduação em psicologia, auxiliava-me na escrita do anteprojeto de pesquisa que submeti a este mestrado; e Ramon Alcântara, que me acolheu, cheio de paciência no exercício da função de orientador, tornando-se um grande colaborador dos meus rompimentos de comodismo. A esses professores, meus agradecimentos por existirem, me ensinarem e contribuírem com a ampliação da percepção das coisas, da sede pelo conhecimento e da importância de ver as cores das pessoas e o brilho de tempos nublados. Da mesma forma, agradeço aos professores Jaqueline, Márcio e Pollianna, que compuseram minha banca de qualificação e defesa, fazendo grandes considerações relevantes à pesquisa e ao meu conhecimento.

Grato à Mayla, minha conterrânea carolinense, amiga e amante, com quem compartilho o pão diariamente, dividindo risos, choros, angústias e expectativas, saberes e sabedorias. Grato também à nossa casa, a cada detalhe de suas paredes, luzes, arquitetura, portas, plantas, janelas e telhados, à rua, ao bairro, nossa história, nossa cultura, ao som dos tambores, das saias das coreiras, do forró, samba e do som do berimbau, de cada copo de cerveja, dose de cachaça e cigarros fumados.

Agradeço a existência de Júlia Rodrigues, uma mulher incrivelmente apaixonante, incansável e de um coração sedento de ver um mundo com espaço todas as pessoas, de qualquer cor, credo, desejo e identidade. Sua história, militância e contribuições à essa dissertação são os alicerces de toda sua estruturação. Mencionando-a, agradeço-lhe por me permitir conhecer as participantes dessa pesquisa, a qual também sou grato pela disponibilidade, interesse e confiança.

À minha família, pela motivação, valorização e esforço para que eu pudesse aqui residir, viver e estudar, partilhando de alegrias e boas reflexões: minha mãe Josefa, meu pai Remilton e minhas tias Risa, Eurilene e Railda.

Ao fim, agradeço pela Bolsa CAPES, por ter me mantido e dando-nos condições financeiras para o desenvolvimento desse estudo. Agradeço e torço para que a educação tenha sua importância reconhecida, sendo valorizada, sustentando-se cada vez mais com instituições pública e gratuitas, sendo plural, livre, abrangente, diversa e em compromisso com a sociedade e o conhecimento. Dessa forma, agradeço a Universidade Federal do Maranhão por me proporcionar um ambiente de estudos e vivências que me fez reafirmar

a crença de que não há alternativa de salvação para a humanidade se não através dos estudos, da cultura, da liberdade e do amor.

RESUMO

Atribui-se o entendimento de identidade de gênero como as identificações subjetivas ao que se compreende como características femininas e masculinas, ou como fruto das desconstruções sociais de que o sexo biológico é o definidor das identidades, comportamentos, gostos pessoais e desejos sexuais dos indivíduos. Opor-se às percepções biologicistas, na maioria das vezes, resulta na compreensão de fuga da normalidade social, tendo as exclusões como respostas às tentativas de exercer o direito de existência. Entre os meios excludentes, destacam-se os ambientes escolares, que gozam do discurso de serem palco do encontro das diversidades, mas se restringem quando encontram-se diante das discussões sobre a diversidade de gênero, como a necessidade de pensar uma educação inclusiva às travestis. Sabe-se que, desde seus primórdios, a escola desempenhou um papel a serviço da padronização de pensamento, modos e distinção de sujeitos, através de seus mecanismos de ordenação, hierarquização e classificação. O presente estudo buscou, portanto, compreender de que forma se dá a relação da educação com a diversidade de gênero a partir das experiências escolares de travestis e suas repercussões em seus processos de subjetivação, objetivando, com isso, levantar uma análise das experiências escolares de travestis problematizando as relações da educação com a diversidade de gênero e, conseqüentemente, discutindo a história da relação entre educação e diversidade de gênero na sociedade brasileira, relacionando as experiências escolares de travestis e suas repercussões no processo de subjetivação e refletindo sobre perspectivas de uma educação que compreenda diversidade de gênero a partir dos discursos das travestis. Para isso, foi desenvolvido um estudo classificado como pesquisa-ação, com abordagem qualitativa, entrevistando três travestis que vivenciaram o sistema educacional de São Luís, independentemente do nível escolar (se fundamental, médio ou superior), através de um questionário semiestruturado, com entrevistas gravadas e transcritas fidedignamente, inspirando-se nos conceitos de Foucault sobre a análise do discurso para realizar a análise de dados. Notou-se, assim, que a passagem de pessoas que confrontam as normas biologicistas de gênero na escola, são marcadas por vivências excludentes e capazes de interferir na construção subjetiva de suas identidades e convívio social, restringindo suas perspectivas de futuro e oportunidades trabalhistas. Entretanto, embora lhes tenha sido uma ambiente aversivo, reconhecem a importância da educação formal, propondo uma urgente necessidade do sistema escolar se reformular para que garanta o direito do acesso e permanência de todas as pessoas, opondo-se a todas as formas de discriminação e normatização das expressões individuais. Por fim, o presente estudo discorre para além das experiências escolares, apresentando-se como motivação para o desenvolvimento de novos estudos e o aprofundamentos de diversas discussões.

Palavras-chaves: Educação; Escola; Identidade de gênero; Travestis.

ABSTRACT

We give the understanding of gender identity as subjective identifications which we comprehend as male and female characteristics or as side effects of social deconstructions about biological sex be the indicator of individuals' identities, behaviors, personal likes and sexual desires. Be against of biological perceptions, in most time, results in the comprehension of escape from social normality, having exclusions as answers to attempts to exercise the right to exist. Among excluding means, we highlight schools environments that owns the speech of being the center of diversities meeting but become restricted when they are against discussions about gender diversity like thinking about an included education for travestis. Since its beginning, the school performed a function in service of thoughts modes and discrimination standardization about people by mechanisms of ordination, hierarchization and classification. This study was searching, therefore, understand how is the relationship between education and gender diversities from travestis' school experiences and the repercussions in their subjectivationprocess. The goal of this study is achieve analysis about travestis' school experiences bringing questions about the relationship between education and gender diversities, consequently, discussing the history of the relationship between education and gender diversity in Brazilian society correlating travestis school experiences and their repercussions in the process of subjectivation and thinking about perspectives of an education that can understand gender diversity from travestis speech. For this, was developed a study classified as action research, with qualitative approach, interviewing three travestis who experienced the educational system in São Luis, regardless of school level (basic education, high school or higher education) by a semi-structured interview, faithfully recorded and transcribed, taking inspiration from Foucault's concepts about speech analysis to execute data analysis. Then, was noticed that excluding experiences, able to interfere in subjective construction of their identities and social coexistence, that can restrict future perspectives and labor opportunities, are marked in people that confront biological norms of gender in school. However, even it was an aversive environment, they valorize the importance of formal education, proposing an urgent need to school system in order to guarantee for all people the right of access and stay, against all ways of discrimination and standardization of individuals' expressions. Finally, this study goes beyond the school experiences, showing itself as motivation to develop new studies and to increase the study about several discussions.

Keywords: Education; School; Gender Identity; Travestis.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas.
CAAE	Certificado de Apresentação e Apreciação Ética.
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa.
GENI	Grupo de Estudos de Gênero, Memórias e Identidades.
GLB	Gays, Lésbicas e Bissexuais.
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes.
HIV	Human Immunodeficiency.
INDEXPSI	Index Psi Periódicos.
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais.
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros.
OMS	Organização Mundial de Saúde.
PEPSIC	Periódicos Eletrônicos de Psicologia.
PPP	Projeto Político Pedagógico.
RE	Regimentos Escolares.
SCIELO	Scientific Electronic Library Online.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
UFMA	Universidade Federal do Maranhão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MOVIMENTO METODOLÓGICO	22
3 AFINAL, O QUE É A TRAVESTILIDADE?	31
3.1 A TRAVESTILIDADE COMO CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA	38
3.2 A CONSTRUÇÃO DA TRAVESTILIDADE DAS PARTICIPANTES	43
4 TRAVESTI NA ESCOLA?: “Eu achava que ali eu era uma pessoa esquisita”; <i>“ambiente muito chato”; ”Era o ó”</i>	76
4.1 O QUE PROPOR AO SISTEMA EDUCACIONAL?	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas semiestruturadas	119
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	120

1 INTRODUÇÃO

“Deve ser uma tristeza muito grande para os pais”. Aos sete anos de idade, ouvi essa frase de meus pais ao me mostrarem duas mulheres que se beijavam debaixo de uma árvore em uma das esquinas do caminho que fazíamos de nossa casa para a de minha avó. A cena ainda me é bastante viva nas lembranças por ter visto, pela primeira vez, aquilo que às escondidas eu ensaiava com um amigo, o que hoje interpreto como a primeira vez que vi a possibilidade do amor entre pessoas do mesmo gênero. Assim como hoje, entendo ter sido o primeiro contato explícito com a homofobia dos meus pais, ao desprezarem o amor daquelas que pareciam se amar às escondidas por não serem compreendidas. Mas, naquele momento, após a afirmação dos meus pais, a ideia de tristeza e a necessidade do desprezo passaram a me ecoar como uma verdade.

Aos dezoito anos de idade, durante a graduação em Psicologia, tive contato com estudos sobre a sexualidade humana, com teorias contrárias às concepções cristãs e biológicas que me serviam como sustentação para crer na frase que ainda ecoava desde meus sete anos. Apesar da frase não ter me impedido de exercer minha homoafetividade¹ em momento algum da minha existência, ela, absurdamente, me serviu muitas vezes como uma companheira inseparável ao que se refere em amar às escondidas, pois o temor de ser uma tristeza me impedia até mesmo de ganhar abraços debaixo de árvores. Aprofundando-me nos estudos sobre a sexualidade humana, conheci outros universos de possibilidades, onde a diversidade é acolhida e as reprovações são contestadas. Então, a memória das mulheres que na esquina se beijavam, o amor reprovado, a tristeza afirmada e minha realidade corrompida, foram convertidas para dar sentido à minha existência enquanto ser humano, psicólogo, estudante da sexualidade e, sobretudo, enquanto homossexual: -“preciso contribuir para a reconstrução da noção de sexualidade”, me dizia.

Nas leituras sobre o assunto, conheci Don Kulick, um professor de antropologia e diretor do Centro de Estudos de Gênero e Sexualidade na New York University, através de sua pesquisa sobre a vida de travestis que viviam no Centro Histórico de Salvador, Bahia, em 1996 e 1997, disponível no livro *“Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura*

¹ Aqui, homoafetividade e homossexualidade se diferenciam. A homossexualidade faz referência à identidade sexual, ou orientação sexual, aquilo que é sentido pelo indivíduo, independentemente de exercê-la ou não. Enquanto a homoafetividade diz sobre o comportamento sexual, a prática das relações sexuais do indivíduo com alguém do mesmo gênero, independente de sua identidade/orientação sexual.

no Brasil” pela Editora Fiocruz. O livro, a pesquisa e a escrita do autor me mostraram o quão magnífico é se entregar às pesquisas e desenvolvê-las com cuidado, atenção, carinho e dedicação.

Vale ressaltar, portanto, que a presente dissertação, que tem a travestilidade como assunto, não surge de qualquer lugar, pois a pesquisa e as participantes possuem relação direta com a cidade de São Luís, no Maranhão, território onde aconteceu o primeiro caso de homofobia que se tem registrado até os dias atuais. Ainda no início do século XVII, um índio tupinambá, conhecido como “Tibira”, foi executado por ordem de líderes religiosos da Igreja Católica, como tentativa de lição aos demais em rejeitar os comportamentos que julgavam ser contrários às vontades de Deus, como os relacionamentos homoafetivos. Portanto, usar desse território e dos relatos do seu povo para discutir sobre tal assunto proposto nesta dissertação, reforça a relevância da pesquisa e sua importância histórica.

Don Kulick, por fim, não sabe sequer de minha existência, mas a sua existência e sensibilidade repercutiu de forma direta na decisão de que a pesquisa é o que quero para minha vida profissional. Decidi, portanto, continuar e seguir uma carreira acadêmica. Nela, quanto mais estudava sobre gênero e sexualidade, percebia que entre as siglas (GLS, GLB, LGBT, LGBTQIA+ e outras)² que utilizamos para representar todas as pessoas que não se enquadram no padrão “cisheteronormativo”³ – homens e mulheres respectivamente com pênis e vagina e que se sentem atraídos um pelos outros, não por iguais – a letra “G”, os homens homossexuais, são os que mais ganharam vantagem de nível de aceitabilidade social.

Apesar da existência dessa aceitação social, ainda estamos longe do ideal. Mas ainda mais longe estão as pessoas que se afirmam como travestis, por exemplo. No Brasil, enquanto a expectativa de vida da população é de setenta e cinco anos, os dados registram que travestis vivem, em média, por volta dos trinta e cinco anos. Em média, a cada três

² No decorrer da discussão deste estudo, o termo LGBTI se apresentará com alguma frequência. LGBTI representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (Travestis e Transexuais) e Intersexuais. É consciente as existências de outras possibilidades identitárias ao que se refira à gênero e sexualidade, mas esta sigla é capaz de contemplar o objetivo: onde ela aparecer, pode-se interpretá-la como menção a todas as pessoas que não se identificam como cisgênero e heterossexuais.

³ Compreensão de que a normalidade é que o sexo biológico seja o definidor da identidade de gênero e, conseqüentemente, da orientação sexual. Exemplo: se nasceu com um pênis, logo, é um homem e, conseqüentemente, sente desejos sexuais por mulheres. A cisheteronormatividade desconsidera as diversidades e as possibilidades múltiplas de expressão das identidades de gênero e orientações sexuais como normais, como uma condição do ser humano.

dias ocorre um assassinato. No ano de 2016, 127 casos foram registrados. Em 2017, 169 casos. 2018, registrou 158. E 2019, 124 pessoas transgêneras⁴ assassinadas em território brasileiro. Ao fim do oitavo mês de 2020, o Brasil já possuía 129 casos de homicídio motivados por cunho preconceituosos, isso sem registrar outras formas de mortes, como os suicídios motivados por violência e conflitos sociais, familiares e religiosos. Destaca-se, sobre isso, que comparado aos dados do mesmo período do ano anterior, houve acréscimo de 70% de casos (G1, 2017; ANTRA, 2018; ANTRA, 2019; ANTRA, 2020a; ANTRA, 2020b).

Esses dados me põem em desconforto e com necessidade de contribuir para que essas pessoas possam ter o seu direito de existir assegurado. Mas, pensar assim, pode me pôr em uma perspectiva de tentativa de ser herói, como alguém que deve fazer algo em nome de outras pessoas, caindo na possibilidade de interpretarem como quem crê que estas pessoas não pudessem, por si só, ter força e capacidade de lutarem pelas suas causas. Da mesma forma, ao ocupar o espaço de fala que não diz sobre minha realidade pode me pôr na posição de quem escreve em nome daquelas que uso como fonte de dados, ocultando-as e alimentando uma política de substituição, o que se assemelha às mesmas condições de teóricos europeus que não se desassocia de seu etnocentrismo e discorrem sobre a realidade do ser humano sem considerar suas diferenças epistêmicas (GAYATRI SPIVAK, 2010)⁵.

Por esse motivo, busco escrever não como quem possui um olhar vitimista da travestilidade, nem desejo falar em nome delas, me preocupando em não associar minha condição de existência subalterna à mesma realidade e condições de outras subalternidades, o que carece a reafirmação das participantes diante daquilo que desejo explicar. Aqui, a pretensão é discorrer sobre um assunto relevante e abrir espaço para que elas usem da minha oportunidade acadêmica para se expressar – enquanto, lastimavelmente, suas existências ainda enfrentam obstáculos sociais para poderem estar nas universidades, que gozam o título de palco da diversidade no sistema educacional –

⁴ Mais à frente, há uma discussão sobre as identidades de gênero, que será possível compreender sobre travestilidade e transexualidade, enquanto identidades transgêneras.

⁵ No decorrer da presente dissertação, no primeiro momento que uma mulher for citada, como autora referencial da discussão, lhe mencionarei com nome e sobrenome. A forma é contrária às normas da ABNT, mas, em razão de incômodos pessoais, assim prefiro fazer. Por anos, durante meus estudos e leituras acadêmicas, conheci diversas autoras através de seus sobrenomes, que me levavam a pensar serem homens. Certamente, em razão do machismo social e estrutural da nossa sociedade, ter citações pelo sobrenome, muitas vezes, me fazem associar à figuras masculinas. Como forma de oposição e temor à propagação desse comportamento que julgo injusto, prefiro, pelo menos no primeiro momento, evidenciar que trata-se de uma mulher, pesquisadora, estudiosa, comentarista e de referência nos assuntos discutidos.

embora me seja consciente a existência de pesquisadoras travestis que ocupam espaços de referências acadêmicas, a quem busco me alinhar, somar e auxiliar nas provocações sociais e educacionais.

Duas, entre algumas travestis que possuí contato próximo, marcaram minha existência antes do desejo de realizar o presente estudo. A primeira, minha prima paterna Graciane di Paula, que aos 19 anos de idade foi assassinada. Graciane, dizia que gostava bastante da nossa família, mas evitava ao máximo nos encontrar porque nesses encontros todos insistiam em chamá-la apenas pelo nome em que foi registrada ao nascer e por ter que usar roupas masculinas para “não causar espanto” entre os mais velhos. Nosso último contato pessoal foi no velório de sua avó, onde me contou sobre suas experiências na prostituição e suas perspectivas de vida. Naquela conversa, com 16 anos, compreendi que ser travesti não era ser aquilo que me era tido como verdade, que não se tratava de homossexualidade, nem de opção e que a prostituição não lhe era uma escolha de vida, mas uma consequência da discriminação social coletiva.

Tempos depois, aos 20 anos de idade, conheci Daniela Cicarelli, a Cica, que por algumas vezes me acompanhou em palestras para falarmos sobre gênero e sexualidade na universidade. Foi Cica que me ensinou sobre não usar o espaço de fala das travestis e usar dos meus privilégios para ajudar com suas causas, me dizia que eu não deveria falar em nome das travestis por não ser uma delas, mas que eu poderia usar da oportunidade de fala para relatar o que dizem. Aprendi que por mais que estudasse a travestilidade e tivesse vivência com travestis, isso não me daria a condição de falar sobre suas realidades, falar em nome delas, mas me permitiria usar da minha voz para que elas se façam por presente – mas isso me exige cuidado. A última notícia que tive de Cica foi nos dados estatísticos de mapeamento de assassinato de travestis em 2018, vítima de arma de fogo e da transfobia⁶.

Entre os estudos e vivências, a dificuldade de distinguir gênero de sexualidade representa um dos maiores motivadores para propagar os preconceitos. As travestis, por exemplo, para muitas pessoas são consideradas como “homossexuais que se vestem de mulher”. Essa definição contribui para que a homossexualidade seja compreendida como um comportamento que possui categorias, variando entre pessoas menos homossexuais

⁶ Jesus (2015) define a transfobia como uma aversão à existência de pessoas transgêneras. O termo não se diferencia do significado de “homofobia” e “lgbtfobia”, que por alguns momentos aparecerão no decorrer do presente estudo, mas o termo dá mais ênfase à violência praticada contra a população “trans”, que se diferencia nas atitudes e motivações.

aos mais homossexuais, pondo a travestilidade como o ápice da homossexualidade, o desejo incontável do homem em se parecer mulher, misturando gênero e sexualidade, as expressões, comportamentos, vestimentas, voz, posturas e todas as características pessoais como classificação na hierarquia homossexual.

Ou seja, as pessoas transgêneras são tidas como o ápice da homossexualidade, depois delas, as travestis, os homossexuais afeminados, até chegar nos homossexuais em que só conseguem ser identificados como tais se for dito, por se apresentarem como cisheteronormativos. A partir desse entendimento, a aceitabilidade social se faz por entendida. Quanto mais o homem homossexual é lido como um homem heterossexual, mais é aceito diante uma sociedade cisheteronormativa, com essa mesma “lógica” se compreende as motivações das violências e discriminações serem de maior frequência e intensidade contra as pessoas que mais se distanciam da cisheteronormatividade.

Entre as pessoas LGBTI, os “G” são os que mais conseguiram aceitabilidade social, sobretudo, os “G” que se parecem com homens heterossexuais, devido às hierarquias criadas e por meio da existência das travestis. Isto é afirmado sustentado-se nos levantamentos de dificuldades do “Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2017” da ANTRA (2018) ao problematizar que as notificações dos assassinatos das pessoas travestis e mulheres transexuais são registrados como casos de homicídios de gays, assim como de homens transexuais como lésbicas. Porém, esta afirmação não pode ser interpretada como elemento exclusivo dessa aceitabilidade social conquistada. Reconhecer tal privilégio gay em comparação às pessoas trans como verdadeiramente explicado pela aproximação ao padrão heteronormativo, não deve se sobrepor ao importante papel de luta do movimento gay, que tem uma história de organização e movimentação social mais longínqua, com presença efetiva, e extenso currículo de conquistas.

A situação deve servir como demonstração da dificuldade de distinguirem as orientações sexuais das identidades de gênero, aumentando os registros de violências contra homossexuais, que servem como dados para reivindicação dos movimentos sociais de gays e lésbicas conquistarem mais espaço de reivindicação sob o sangue de pessoas trans. Dificulta-se, com isso, o desenvolvimento de alternativa para retribuir a aceitabilidade conquistada, como para contribuir com as melhorias, respeito, dignidade e aceitabilidade daquelas que ainda lutam e resistem para serem aceitas como são. Demonstra, por outro lado, que a sociedade brasileira, devido sua omissão com a preocupação das mortes de pessoas LGBTI, traça uma linha heteronormativa, tendo a

homossexualidade mais próxima da heterossexualidade e a transgêneridade em outro ponto mais extremo.

Dessa forma, este estudo faz uso, através da condição do pesquisador gozar de um privilégio recentemente conquistado, adquirido à base da violência e discriminação de travestis, que é a condição de ser homem homossexual próximo da cisheteronormatividade, dando-me brechas para que possa usar do espaço do desenvolvimntno de estudos para contribuir na luta das travestis de serem vistas como pessoas que merecem e devem ser respeitadas como qualquer outra mulher na sociedade, não confundidas com pessoas cisgêneras homossexuais - sobretudo, no meio educacional.

Se ainda nos é necessário falar sobre as problemáticas que rodeiam a vida de travestis, sobretudo, em relação aos ambientes escolares que representam o encontro das diversidades de pessoas para formação em comum de cidadãos, significa dizer que ainda há uma intensa necessidade de combater os preconceitos e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Pensando assim, usar deste meu privilégio social e oportunidade acadêmica, enquanto pesquisador, para promover novos conhecimentos, sentimentos, perspectivas e sensibilidades, no que diz respeito às existências e vivências de travestis, para a sociedade de modo geral e o sistema educacional vigente, demonstra, talvez, o caráter mais relevante da presente pesquisa em âmbito social.

Nota-se, como motivação do presente estudo, o interesse de dar a possibilidade de conceber outras maneiras de pensar e fazer educação, contemplando a diversidade de gênero por meio dos discursos de travestis e suas experiências escolares, além de propor, através da visão obtida por quem a vivencia internamente, enquanto discente, novas perspectivas para o sistema educacional.

O desenvolvimento de conhecimentos empíricos sobre o sistema educacional, certamente são capazes de agregar maiores saberes às críticas construtivas realizadas pelo senso comum, uma vez que os materiais publicados sobre o assunto não possuem tanta visibilidade, seja por desinteresse acadêmico na área da Psicologia ou mesmo por apresentar uma discussão que confronta o comodismo do sistema educacional em lidar apenas com o binarismo de gênero, além do assunto não ser bem-vindo em muitas instituições, algumas por receio da repercussão social, outras pela discordância em considerar a travestilidade como uma condição natural do ser humano.

É possível relatar tais informações após desenvolver um estado da arte para conhecer o cenário científico contemporâneo sobre como a sociedade brasileira vem

lidando com a relação entre educação e diversidade de gênero. O estudo serviu como contextualização para a presente dissertação adotando como problemática o interesse de discorrer sobre como nosso sistema educacional trata a existência das múltiplas possibilidades de identidades de gênero em seu meio.

Usando, então, como critérios de inclusão para este estudo primário, as produções científicas deveriam estar disponibilizadas nas principais plataformas de buscas de artigos científicos da área da Psicologia⁷, terem sido desenvolvidos no Brasil e publicados em língua portuguesa, a partir do ano de 2015 até 2020 e levantar uma discussão que relaciona a educação com a diversidade de gênero.

Após a constatação da existência de mais de duzentas produções científicas, apenas sete contemplava todos os requisitos acima mencionados. Com a análise das produções selecionadas, interpretadas e discutidas, notou-se que as produções científicas brasileiras que discutiram, nesse intervalo de tempo, sobre a relação entre a educação com a diversidade de gênero, trouxeram para o debate a necessidade de falar sobre: a educação escolar; os entendimentos sobre gênero e suas diversidades; o discurso político sobre a inclusão das discussões de gênero na educação; a visão do ambiente escolar como ferramenta de inclusão; e sobre os mecanismos políticos que regem a educação brasileira.

Todos os artigos analisados possuem a definição de diversidade de gênero em comum: compreendendo gênero como uma diversidade do ser humano que ultrapassa o binarismo existente entre masculino e feminino, ocorrendo um rompimento da noção do corpo biológico como determinante do gênero, fornecendo a identificação, apenas, enquanto homem e mulher de acordo o órgão sexual (REIS E EGGERT, 2017).

A definição do gênero do indivíduo descola-se do campo biológico e passa a ser entendido como uma identificação aos “significados socialmente construídos”, o que faz da sociedade ser potencialmente capaz de ser constituída por maior variedade de gênero, se libertando da dualidade em compreender os indivíduos, apenas, enquanto homens e mulheres de acordo com seu sexo biológico, o que é chamada, pelos autores, de cisheteronormatividade, por seguir a lógica da existência de um corpo que possui um sexo, que é determinante do gênero e que o faz desejar, sexualmente, o sexo oposto (SUÉLEN ANDRES, et. al, 2015; NAARA LUNA, 2017; REIS E EDLA EGGERT, 2017).

⁷ SCIELO, PEPSIC e INDEXPSI.

Reis e Eggert (2017) mostram que a proposta dessa nova forma de se pensar gênero é a razão da existência de um acirramento político ideológico, pois exige que o país cumpra com os tratados de níveis mundiais, continentais e nacionais de combater as desigualdades, como a de gênero, a fim de proporcionar uma equidade entre as diversidades.

Os discursos políticos sobre o assunto promovem uma disputa ideológica e separatista entre a população, pondo, de um lado, as pessoas que defendem o conservadorismo, sustentados por visões religiosas e com discursos de moralidade e costumes, enquanto, do outro lado, encontram-se as pessoas progressistas, defensoras de causas sociais minoritárias e com discursos sustentados pela ciência. Assim, trazem à discussão uma disputa religiosa, colocando, mais uma vez, a bíblia e a ciência em rivalidade (LUNA, 2017).

O debate se dá pelas tentativas do Estado, por requisição dos movimentos sociais, em produzirem políticas públicas voltadas à educação em relação às diversidades, com intuito de resolver os problemas associados às desigualdades e discriminações de gênero (CLÁUDIA VIANNA, 2015). A escola, dessa forma, assume a responsabilidade de promover igualdade entre as diversidades e combater as discriminações existentes.

Muitos autores concordam que a escola é o ambiente ideal para alcançar as metas da igualdade e do combate às discriminações. Reis e Eggert (2017), por exemplo, afirmam que a educação deve se preocupar em promover ainda mais o respeito à diversidade de gênero por existir um alto índice estatístico de violência e discriminação às pessoas que se diferem da concepção heteronormativa.

Alves et. al (2016) descrevem a instituição escolar como um ambiente que vai além da reconstrução do conhecimento, pois a formação dos conhecimentos deve refletir com a capacidade crítica sobre as implicações políticas e sociais de tais conhecimentos, ou seja, a escola não serve apenas para repassar conhecimentos adquiridos, mas em promover, nos alunos, a capacidade do desenvolvimento do pensamento crítico a respeito do próprio conhecimento que lhe é dado.

Entretanto, no cenário político, ao lidarem com a possibilidade da escola como agente de transformação no que diz respeito à diversidade de gênero, os políticos se dividem entre os que defendem a escola como um modelo tradicional, com responsabilidade exclusiva de ensinamentos específicos, deixando às famílias a responsabilidade de educarem seus filhos quanto ao respeito às diversidades. Contrários a esse pensamento, político que veem na educação escolar a responsabilidade além do

ensinamento específico, cabendo-lhe abordar assuntos relacionados à realidade social, como a diversidade de gênero, da mesma maneira que lida, atualmente, com a diversidade étnica, religiosa e racial (LUNA, 2017).

Vianna (2015) defende que o ensino escolar deve ser sustentado de acordo com a realidade social, contemplando, dessa forma, a diversidade cultural existente na sociedade que fará uso dessa educação. Demonstrem-se, assim, os ganhos e desafios de incluir a realidade da sociedade no processo educacional. Compatível a essa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais, que são as diretrizes norteadoras da educação no Brasil, dão às escolas a oportunidade de existir e ampliar as concepções sociais, respeitando suas diversidades e se igualando à realidade social (YÁSKARA PALMA, et. al, 2015).

Andres, et. al (2015) dão, como alternativa educacional para promover a igualdade e o combate à discriminação à diversidade de gênero, a disciplina de Educação Física como capaz de retratar as relações de gênero de uma forma mais prática, realista e combativa, por lidarem diretamente com as relações entre os gêneros, proporcionando igualdade ou distinção dos grupos. Entretanto, durante o desenvolvimento de seus estudos, notou-se que os professores e alunos por mais permissivos que fossem quanto à diversidade de gênero e sexual, possuíam uma visão equivocada sobre o tema, o que é uma realidade não só escolar, mas da sociedade de forma geral.

Por se tratar de uma reelaboração da forma de se compreender a concepção de gênero e sexual, é comum que haja o entendimento que se trata sobre o mesmo assunto, assim como, dá a entender que o respeito e a aceitabilidade das diversidades devem ser dadas pela existência do direito das pessoas optarem por suas expressividades e sexualidade, o que dá margem ao sentido da cisheteronormatividade como normalidade, retratando, nesse sentido, a necessidade de maiores diálogos, debates e estudos sobre o assunto, sobretudo durante a formação de professores (ANDRES, et. al, 2015).

Para Carvalho e Sivori (2017), a dificuldade de estabelecer uma política educacional brasileira que trabalhe com a nova concepção de gênero e sexualidade, considerando suas diversidades e fugindo dos padrões estereotipados e excludentes, se dá por existir respingos de uma educação a qual era de responsabilidade das igrejas, assim, ainda há indícios escolares de sustentação moral cristã.

Pela consequência da existência de uma moral cristã diante o processo educacional público, os movimentos contrários aos estudos de gênero, adotaram como o termo “ideologia de gênero” como definição pejorativa, buscando associar a proposta da

existência de uma diversidade de gênero além do binarismo entre masculino e feminino como uma tentativa de destruição da família, do rompimento dos conhecimentos naturais, biológicos e religiosos (REIS; EGGERT, 2017).

Sustentados por essa crença, no ano de 2013 os deputados federais voltaram a discutir sobre o Plano Nacional de Educação com o objetivo de alterar a responsabilidade que era dada às escolas em promoverem a igualdade de gênero, por acreditarem que isso poderia influenciar as crianças e adolescentes a buscarem as diversidades e fugirem das concepções heteronormativa, reforçando, nesse sentido, o entendimento de normalidade, somente, àqueles que se enquadram nos requisitos de sexo como determinante do gênero, defendido, principalmente, pela crença religiosa cristã (REIS; EGGERT, 2017).

Nesse sentido, ao levar os princípios religiosos cristãos como única verdade, rompe-se o sentido da imparcialidade religiosa que as escolas devem se assegurar, apesar de que, ao analisar a história brasileira, a laicidade da educação escolar é, por diversas vezes, atravessada e tida, constantemente, como uma problemática. Existe o predomínio cristão sobre outras expressividades religiosas e, conseqüentemente, acima do dever do Estado em ser laico (CARVALHO; SIVORI, 2017).

Reis e Eggert (2017) defendem, portanto, que a “ideologia de gênero”, enquanto defesa da masculinidade, feminilidade e outras variáveis que possam existir, deve ser trabalhada no âmbito educacional a fim de buscar o respeito e a igualdade entre as diferenças, pois, a escola ainda é um palco de transformação da sociedade.

Em um contexto atual, é importante ressaltar que, desde então, houve uma crescente inclinação social no Brasil para o predomínio de um pensamento conservador de extrema-direita, liderado por políticos como o Deputado Federal Jair Bolsonaro que, em 2018, foi eleito Presidente da República. Com o avanço do conservadorismo e a propagação de políticas contrárias à concessão de direitos à população LGBTI, a conquista de direitos, via poder legislativo e executivo, foram reduzidos.

Ainda no Governo Dilma Rousseff, a presidenta aprovou ao Decreto 8.727, em 28 de abril de 2016, regulamentando o uso do "nome social"⁸ para a pessoas transgêneras. Posteriormente, em 2018, através da interferência do poder judiciário, o decreto sofreu ampliação e ganhou caráter de lei, dando à população trans no Brasil o direito de retificar

⁸ De acordo com o decreto, diz sobre o nome pela qual a pessoa travesti ou transexual é socialmente reconhecida. O uso do nome social, não altera o do registro civil, mas põe "em observação" o nome pela qual a pessoa deve ser tratada no âmbito da administração pública.

seus nomes, de acordo com sua identidade de gênero, em todos os documentos civis, inclusive, para alunas(os) da educação básica (VIEIRA, 2020).

A partir da derrubada da presidenta Dilma, com a ascensão de governos de direita e a chegada da extrema-direita ao poder, todos os direitos conquistados em benefício à população LGBTI partiram por decisão da última instância do poder judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal: em 2019, passou a enquadrar a homofobia e transfobia na lei de crimes de racismo; e em 2020, declarando inconstitucional as normas do Ministério da Saúde que proibiam homens homossexuais e travestis de doarem sangue. A conquista de tais direitos permite uma maior conscientização da sociedade, embora a decisão não contribui com a redução do preconceito, uma vez que não são seguidas de uma regulamentação institucional de preparação para lidar com a problemática, não garantindo a punição dos perpetradores (VIEIRA, 2020).

Da mesma forma, é preciso reconhecer que vários estados brasileiros, mesmo diante a onda de conservadorismo no país, adotaram medidas que avançam o processo de respeito, igualdade e combate à discriminação, inclusive em espaços educacionais, aceitando de seus alunos a solicitação de poderem ser tratados pelo nome social e promovendo campanhas de conscientização, combate à homofobia e inclusão. Dessa forma, travestis, transexuais e transgêneros, de forma geral, possuem a garantia de não só serem respeitados pelos registros internos, mas como tratamento interpessoal ao valorizarem o seu nome social, de acordo com o gênero que se identifica (ALVES et. al, 2016).

Vianna (2015) reconhece que apesar dos avanços significativos já conquistados pelo movimento LGBT ao que se refere à aceitabilidade, respeito, igualdade e combate à discriminação, ainda possuem muito ao que fazer para conquistarem a aceitabilidade, o respeito e a igualdade, inclusive, no meio e por meio do espaço escolar.

A escola ainda se apresenta à sociedade como um ambiente de formação de cidadãos disciplinador e normalizador, reproduzindo padrões e estereótipos sociais discriminatórios. Dessa forma, cabe às próprias instituições escolares reverem suas atitudes enquanto espaço de socialização e convivência das diferenças sociais, esperando, por fim, que apresente novas formas de agirem no sentido de compreender e lidar com as diversidades, sejam elas étnicas, raciais, de pensamentos, crenças, religiosidade, sexual ou de gênero.

Com todas estas colaborações adquiridas com o desenvolvimento do estado da arte, a presente dissertação adota como propósito contribuir com melhorias sociais às

travestis e em cooperar com a ciência, trazendo a possibilidade de melhorias às instituições escolares, reforçando a luta por uma educação de igualdade e de direto.

Para a Psicologia, por exemplo, ao observar a escassa preocupação científica com o assunto, esta pesquisa proporciona novos caminhos a serem estudados. Apesar da despatologização da identidade trans ser uma luta abraçada pela Psicologia, pouco se encontra discussões em seu meio sobre a necessidade de repensar o sistema educacional e no que este interfere no processo de subjetivação das pessoas travestis.

A Psicologia, enquanto ciência que se preocupa com o processos de subjetivação dos indivíduos, deve, intensamente, se preocupar com os ambientes que são capazes de interferir na formação de suas personalidades, para além da instituição família, com a educação informal. É preciso olhar para as escolas como espaços sociais propícios para a reprodução de valores hegemônicos, para que assim, a passagem excludente das travestis pelos espaços escolares não serem tratados como problemáticas dos limites das instituições educacionais, pois o que se observa é a execução de um projeto social para a produção de pessoas iguais, que, embora sua execução não seja restrito às escolas, têm nela como espaço adequado e fértil para sua propagação (BERENICE BENTO, 2011).

Esta pesquisa, no entanto, não se dedica, nem se compromete em apresentar outro modelo de sistema educacional, nem mesmo sequer compreender todas as consequências do atual método para um grupo social específico. As motivações desta pesquisa surgem diante da percepção da existência de uma educação com déficit na relação com a diversidade de gênero que, apesar da existência de políticas públicas, leis e parâmetros curriculares que reforcem a necessidade de uma discussão de propostas para aprimorar a relação da educação com a diversidade de gênero e sexuais, nota-se o fracasso de sua efetividade (LUCIANA MARIA CAMPOS, 2015).

Partindo do seguinte questionamento, como problema de pesquisa: “de que forma se dá a relação da educação com a diversidade de gênero a partir das experiências escolares de travestis e suas repercussões em seus processos de subjetivação?”, esta pesquisa discorre sobre a existência de travestis nas escolas e a relação entre suas existências com o sistema educacional, possibilitando serem enxergadas pela ótica de quem vivencia o ambiente escolar como aluna, a quem o sistema almeja educar.

2 MOVIMENTO METODOLÓGICO

“Movimento” foi a palavra mais coerente que encontrei para expressar o processo metodológico de todo o desenvolvimento desta dissertação. Ainda enquanto um projeto de pesquisa, durante todo o primeiro ano do seu desenvolvimento, tramitava pelas disciplinas do programa de mestrado, que avaliavam o desenvolvimento da dissertação, sem nenhum tipo de interferência na proposta ou preocupação entre discentes e docentes quanto ao método de coletas de dados, análise de dados, objetivos e relevância que inicialmente foi proposto.

A pretensão inicial era de realizar entrevistas semiestruturadas com travestis que frequentaram as escolas da capital do Estado do Maranhão enquanto discentes, independentemente desse contato ter sido de nível fundamental, médio ou superior, assim como se de rede pública ou privada. Por meio das entrevistas, coletar dados sobre essa vivência que mescla o processo de escolarização com o da construção da travestilidade, almejando levantar uma discussão sobre as repercussões dessas experiências no seu processo de subjetivação, com intuito de propor formas de melhorias na relação do sistema educacional escolar com a diversidade de gênero a partir da percepção das travestis.

Assim, o objetivo geral da presente dissertação foi de levantar uma análise das experiências escolares de travestis problematizando as relações da educação com a diversidade de gênero. Para cumprir o objetivo necessitou, portanto, também discutir a história da relação entre educação e diversidade de gênero na sociedade brasileira; correlacionar as experiências escolares de travestis e suas repercussões no processo de subjetivação; e refletir sobre perspectivas de uma educação que compreenda diversidade de gênero a partir dos discursos das travestis.

Para alcançar tais objetivos, foi realizado um estudo classificado como pesquisa-ação, levando em consideração as propostas de Boaventura, associando-a com a ecologia de saberes. A escolha de ter uma abordagem qualitativa se dá por sua intencionalidade, abarcando as exposições, razões e sentidos das experiências escolares de travestis em ambientes escolares, a fim de problematizar as relações da educação com a diversidade de gênero e no processo de subjetivação das travestis, podendo, portanto, através da análise do discurso, apontar perspectivas de uma melhor relação entre a educação e a diversidade de gênero.

Pesquisa-ação, nesta dissertação, foi entendida a partir dos conceitos de Santos (2005), a qual trata como método de execução participativa os interesses sociais em articulação com os interesses científicos. A pesquisa-ação, portanto, tem o objetivo de dar a possibilidade dos conhecimentos construídos pelos grupos sociais comungarem dos mesmos valores dos conhecimentos técnicos-científicos, agregando-os e fortalecendo o diálogo de forma interativa durante o desenvolvimento da pesquisa (SANTOS, 2005).

Muitos conhecimentos e saberes populares foram, ao longo do tempo, prejudicados com a colonização e o capitalismo, tornando-se visões ultrapassadas e de menor relevância diante a imposição dos pensamentos dos dominantes de um grupo social. Por essa razão, acrescenta-se à presente pesquisa, com intuito de um aprofundamento do seu desenvolvimento e cautela no uso dos saberes científicos para falar sobre a realidade de um grupo social dominado por uma sociedade cisheteronormativa, a proposta da ecologia dos saberes de Boaventura, partindo do pressuposto de que um saber só existe a partir da relação com outros saberes, onde estas pluralidades de saberes não são verdades por si só, pois sempre carecem de outros saberes (SANTOS, 2009).

Em prática, pretende-se ir além de oportunizar que os saberes científicos saiam do ambiente universitário e busquem sua aplicabilidade no meio social, proporcionando a existência de diálogos científicos com os saberes leigos, populares, tradicionais e não científicos, como saberes distintos que dialogam sobre as possibilidades das verdades, não como um pensamento único (SANTOS, 2005; SANTOS 2009).

A universidade, devida sua especialização em abordar os conhecimentos científicos, legitimou-se como detentora dos saberes, os saberes/conhecimentos e verdades válidas e superiores às outras, causando, assim, uma injustiça social com a produção dos saberes/conhecimentos e verdades não científicas, aquilo que é válido nos meios sociais em que serve de campo para pesquisas (SANTOS, 2005).

Tendo, portanto, a universidade aclamada como instituição que possui o domínio e poder da produção do conhecimento, a pesquisa-ação e a ecologia de saberes surgem para dar outras formas de legitimação dos saberes: tendo a universidade como um espaço de interação entre as diversas formas de saberes, valorizando-os e tornando-os úteis, sejam eles frutos dos conhecimentos científicos ou não. A pesquisa-ação e a ecologia de saberes objetivam por em prática a convivência ativa dos saberes (SANTOS, 2005).

Isto exposto, justifica a razão da não necessidade de confirmação científica para saberes que emergem das experiências e conhecimentos próprios das participantes. O

diálogo para a discussão entre os saberes científicos e os saberes “do censo comum” são livres e válidos, pois as construções dos indivíduos são realizadas a partir de suas próprias crenças e conhecimentos.

Com o projeto de pesquisa finalizado para ser submetido ao comitê de ética, após acontecer todas as discussões teóricas, dos objetivos e da metodologia durante as disciplinas que reuniam professores e alunos do Programa de Mestrado em Psicologia para debater o desenvolvimento da construção do projeto de dissertação, o submeti em abril de 2019 para apreciação ética, através da Plataforma Brasil, um sistema eletrônico do governo federal que regulamenta as pesquisas que envolvem seres humanos. Onze dias depois, obtive a primeira resposta de rejeição, alegando falta de documentação, mas entre os novos documentos pedidos, um não era possível ser emitido: uma declaração de liberação da instituição onde seria coletado os dados da pesquisa.

Procurei um membro do Comitê de Ética para receber instruções sobre como proceder em casos de pesquisas que não possuía vínculo com qualquer instituição, uma vez que os dados seriam coletados pelas entrevistas realizadas com pessoas da sociedade civil, não através de instituições. A recomendação foi elaborar um documento informativo que apresentava a proposta da pesquisa e justificava o motivo de não possuir tal declaração, submeter como o documento exigido para que o avaliador possa compreender e aprovar a pesquisa. Feito isto, novamente o submeti ao Comitê de Ética em Pesquisa em maio de 2019, mas duas semanas depois, novamente, foi rejeitado pelo mesmo motivo, exigindo possuir uma instituição que se responsabilizasse pela autorização da coleta de dados.

O projeto foi reformulado e anexado junto com a documentação exigida, onde o diretor do centro de ciências humanas tomou para si a responsabilidade da autorização da coleta de dados para a pesquisa ao assinar o referido documento. Assim, em julho de 2019 foi submetido para apreciação e onze dias depois o projeto foi aceito pelo Coordenador do Comitê de Ética que, em seguida, fez a indicação do relator e obtive a confirmação que o projeto seria analisado. Porém, dois dias depois, o relator indicado e que aceitou a indicação, pediu recusa para não analisar o projeto.

Toda essa movimentação, sobretudo em relação à exigência de ter alguém que se responsabilize em autorizar a realização das entrevistas, além da própria autorização das participantes em concordar com a coleta de dados, me causaram estranhezas. Da mesma forma, estranhei o pedido de recusa do relator após ter recebido o projeto e confirmado a relatoria, apesar de compreender que existem inúmeros motivos para se pedir recusa,

como o de se julgar incapaz de analisar um projeto que não dialoga com seus conhecimentos teóricos.

Minhas estranhezas partem pela relação da temática com o crescente discurso de que falar sobre diversidade de gênero em escolas é realizar uma doutrinação em crianças para que não reconheça o sexo biológico como natural e passassem a ensiná-las que podem “escolher” entre ser homem ou mulher – o que é fazer uma leitura injusta e irreal com os estudos de gênero. Alimentei ainda mais todas estas estranhezas quando, durante aproximadamente dois meses com o projeto de pesquisa parado, surgiu uma mensagem de pendência, sem identificação do emissor, no histórico de trâmite do projeto pelo sistema da Plataforma Brasil, que dizia: “Olá professora. Por favor realizar esse parecer. Um grande abraço”⁹.

Em alguns momentos, entendia a mensagem como um pedido da coordenação para que o relator do projeto aceitasse a indicação e realizasse o parecer, mas, em outros momentos, entendia como um pedido da pessoa indicada para realizar o parecer à outra pessoa do comitê, como quem clama por ajuda ou buscava se esquivar de ter relação com o projeto. Aproximadamente três meses depois, recebi um parecer com três recomendações e onze pendências para serem alteradas no projeto de pesquisa.

Entre os pedidos de modificação do projeto de pesquisa, nenhum possuía caráter de extrema relevância que pudesse vir a interferir na coleta de dados ou prejudicar as participantes, pondo-as em risco. Os pedidos eram relacionados a partes estruturais de um projeto de pesquisa, como o de informar no cronograma planejado que a coleta de dados só seria realizada após a aprovação do Comitê de Ética.

O mais curioso, foi o pedido de inserir no projeto o roteiro das perguntas que seriam realizadas nas entrevistas, o que, novamente, despertou outra estranheza, pois na metodologia do projeto submetido era informado que as entrevistas seriam semiestruturadas, sem perguntas fechadas, realizadas através de conversas gravadas sobre suas experiências escolares. No final do projeto submetido, em apêndice, estava o roteiro dos tópicos que serviriam como instrumento de coleta de dados usando o título de “Roteiro de entrevistas semiestruturadas”, ou seja, os assuntos que seriam contemplados nas entrevistas gravadas. Ao ler esta solicitação de pendência, cheguei a desconfiar que a leitura para elaboração do parecer não havia contemplado o projeto por completo, o que justificava os pedidos genéricos e superficiais realizados.

⁹ Na nota original, o texto estava totalmente com letras maiúsculas e aparecia o nome da professora em que era encaminhada, mas optei em omitir seu nome por questões éticas de identificação.

Outra curiosidade, é que entre os pedidos de alterações no projeto de pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado foi tido como incoerente diante a Resolução Nº 510/2016, que dita as regras de pesquisas na área de saúde no País, não compreendendo que alguns aspectos exigidos em pesquisas na área de saúde, não se aplica nas pesquisas da área de Ciências Humanas. Porém, o mesmo Termo submetido em minha pesquisa foi usado como exemplo por outra pesquisadora do mesmo programa e turma de mestrado, tendo o dela sido aprovado em dois meses após a primeira submissão, sem nenhuma pendência ao que se refere ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, isso com o aval do mesmo comitê que rejeitou meu projeto.

Algumas das pendências do termo de consentimento que o parecer solicitava inserir pedia para o responsável pela pesquisa se comprometer, por tempo indeterminado, após a realização da pesquisa, a acompanhar ou prestar serviços psicoterápicos gratuitos às participantes quando estas se julgarem necessitadas. Entretanto, mesmo com a discordância dos pedidos, todas as solicitações foram realizadas e, em novembro de 2019, o projeto de pesquisa foi, novamente, submetido para apreciação do comitê de ética.

Em exatos cinco dias, o projeto foi aceito para análise de um novo parecerista, que no mesmo dia aceitou a indicação. Dois dias depois, em apenas 25 minutos, o novo parecerista, que movimentava o histórico de trâmite com o perfil de “coordenador do comitê”, aceitou elaborar o parecer, emitiu o parecer, enviou ao colegiado do comitê de ética, aprovou seu parecer e o publicou, aprovando o desenvolvimento da pesquisa sem nenhuma pendência.

Nesse momento, depois de tantas movimentações e sete meses com a pesquisa parada, restando quatro meses para o prazo final da defesa da dissertação conforme constava no cronograma, as estranhezas obtidas me soaram como certezas. Provavelmente, o primeiro relator indicado se recusou a emitir um parecer de autorização da realização da pesquisa e a mensagem para mim enviada como pendência seria do coordenador em pedido à parecerista, que não foi acatado. Assim, na primeira oportunidade de mudança de relatoria, posterior à recusa do pedido de recusa de relatoria, a coordenação, após alguns colegiados, tomou para si a decisão da aprovação do projeto, uma vez que, em 25 minutos, não há tempo hábil para ler o projeto de pesquisa, discutir com colegiado e realizar um parecer.

Para entrar em campo, em primeiro momento, me inscrevi na disciplina de “Gênero, Memórias e Identidades” do mestrado em Ciências Sociais, para me aproximar das participantes do Grupo de Estudos de Gênero, Memórias e Identidades (GENI) da

Universidade Federal do Maranhão, onde encontrei a primeira colaboradora da pesquisa, que serviu como teste-piloto para testagem dos métodos de coleta de dados, por onde, também, consegui aproximação dos movimentos sociais que atuam na luta pelos direitos da população LGBTI em São Luís, Maranhão.

O método “snowball sample”, que foi adotado inicialmente na busca das participantes da pesquisa, dá a possibilidade de cada participante indicar/sugerir uma nova pessoa para participar e acrescentar com o desenvolvimento da pesquisa e assim sucessivamente, virando uma “bola de neve”. Seguindo essa técnica, consegue-se atingir a amostra pretendida, tendo a liberdade de ser interrompida quando necessária ou quando a amostra for julgada por satisfatória (NELMA BALDIN; ELZIRA MUNHOZ, 2011).

Portanto, após a conclusão da testagem da coleta de dados, foi solicitado para que a colaboradora indicasse outras travestis que conhecia para que pudessem fazer parte da pesquisa, o que acreditava dar êxito mais fidedigno à amostra pretendida, expandindo-se progressivamente e de forma espontânea, sobretudo após os objetivos, pretensões e critérios terem sido explanados e compreendidos pela participante. Porém, durante toda a movimentação, notou-se a limitação da técnica, por agrupar pessoas da mesma perspectiva e condições semelhantes. Todas as outras pessoas indicadas eram ligadas diretamente a uma mesma organização.

Ao ter o primeiro encontro com a Associação Maranhense de Travestis e Transexuais, os membros filiados e convidados a participarem da pesquisa fizeram-me um pedido de colaboração: eu deveria ajudar a instituição na organização da 16ª Semana do Orgulho LGBT, que finalizava as atividades com a Parada do Orgulho LGBT de São Luís para, em troca disso, após estarem livres da organização do evento, poderem participar da pesquisa.

Atuei na Organização da Semana e Parada do Orgulho LGBT de São Luís em 2019, onde vivenciei momentos significativos de conhecimento sobre a realidade da população LGBTI na Capital do Estado do Maranhão. Notei as limitações dos movimentos da capital em pensar a luta de forma ampla, que envolva toda a comunidade e não apenas um seleto grupo, que foi pioneiro nas movimentações sociais e políticas no Estado, para discutir e decidir as articulações de políticas públicas para a população LGBTI. A luta dos movimentos sociais me parecia enfraquecida e acomodada com as conquistas já obtidas e a satisfação da relação de algumas pessoas com os governos estadual e municipal, porém, tais relações existem através de movimentos antigos, exclusivos à homens homossexuais, que ainda hoje as mesmas pessoas, em grupo, são as

responsáveis pelas articulações e locais de fala, que embora responda por toda população LGBTI, muitas das discussões acabam sendo restritas à população homossexual.

A aproximação com os movimentos sociais, sobretudo, com a possibilidade de ter um contato próximo daquelas pessoas que lideram os movimentos no Estado do Maranhão, que atuam em cargos governamentais de nível estadual e municipal, com políticos que abraçam a causa LGBT e com pessoas que vivenciaram toda a história política estadual de busca pelos direitos de igualdade e combate à discriminação, acrescentaram conhecimentos para o desenvolvimento desta dissertação, assim como me deu a condição de compreender a realidade do local das travestis dentro dos movimentos sociais, seus interesses atuais e contradições, revoltas, divergências com o público homossexual – embora sejam elas a principal força atual da organização do evento anual, mas sem muita representatividade política governamental.

Ao fim da organização do evento, retornei a falar sobre o combinado de participarem da pesquisa, porém, a maioria das pessoas que outrora haviam realizado a proposta de ajuda mútua aos nossos interesses, não responderam minhas solicitações e não participaram da pesquisa. Entre as poucas pessoas que chegaram a responder meu contato, trocaram a alegação da indisponibilidade de participarem por falta de tempo livre em função da organização do evento, para uma indisposição pelo cansaço e desinteresse momentâneo de contribuir com a pesquisa. Ao meu entendimento, naquele momento, sustentado em conversas informais com algumas delas e em rodas de conversas durante o evento sobre o público LGBTI e o meio acadêmico universitário, reconheci que há um descrédito nas pesquisas acadêmicas por desconhecem um retorno útil, agregador às suas necessidades e que deem sustentação às movimentações políticas, gerando um sentimento de uso-abusivo de suas histórias, vivências e condições para pesquisadores obterem títulos acadêmicos sem o compromisso de agregar com a luta da causa LGBTI. Por conta disso, gerou a necessidade de uma nova movimentação no desenvolvimento da dissertação para chegar às participantes da pesquisa.

Entre os critérios para a seleção das participantes, haviam as condições de terem idade igual ou superior a dezoito anos, serem pessoas que se identificam e se declaram como travestis, terem experiências escolares como tal, independentemente do nível de escolaridade (fundamental, médio ou superior), além de possuírem disponibilidade e interesse para participarem da pesquisa. Consequentemente, aquelas que possuíam idade inferior a dezoito anos, não serem mulheres que se identifiquem ou se declarem como travestis, não terem tido acesso à escola e não possuírem disponibilidade para

participarem da pesquisa, ou interesse na mesma, se enquadravam nos critérios de exclusão.

Mas por que só travesti podia participar da pesquisa? Por que não incluir mulheres transexuais? Bem, a razão disso também está associada a uma das conversas que tive com Daniela Cica. Uma vez a questioneei de como ela diferenciava a travestilidade da transexualidade e Cica, mesmo não tendo vivência universitária, nem ser ligada a movimentos sociais, me disse acreditar que era algo pessoal, uma questão de identificação, algo pessoal da própria pessoa, que não faz diferença ao outro, apenas a si próprio, o que pude, então, através do seu entendimento, entender como uma questão de nomenclatura. Sua percepção não se diferencia do que grande parte das teorias afirmam.

Perguntei, então, por que motivo ela não se apresentava como transexual, já que é uma palavra mais recente que travesti e que vem sendo muito mais discutida, aceita e compreendida na sociedade, considerando ainda que ser travesti ainda é ser vista como homem homossexual, além da associação com a prostituição e algo pejorativo. Cica foi fatídica em falar que faz questão de se afirmar como travesti porque usar desse termo, para ela, era um ato político de resistência, que rompe os preconceitos ao exigir que as pessoas lhe respeitem como tal, não tendo a necessidade de se enquadrar em termos novos para ganhar um pouco de aceitação social.

O discurso de Cica sobre o que lhe motiva desejar ser tratada como “travesti” me fez pensar e concordar, embora saiba que tal leitura não seja unânime e da concordância de todas as travestis e/ou mulheres transexuais. Pois, diante a possibilidade de usar outro termo para ser “melhor” aceita socialmente, unindo ao avanço da intolerância e repressão às diversidades sexuais e de gênero na sociedade brasileira, com o crescimento do fascismo e de uma política que idolatra a repressão da manifestação da luta contra o pensamento cisheteronormativo e que tem sede do controle sobre os corpos, desejos e expressões das pessoas, insistir na afirmação de ser travesti, mesmo com todas as associações pejorativas, exigindo o direito de existência é – e não consigo discordar de que não seja - de fato, também, por si só, um enorme ato político.

A primeira participante desta dissertação teve suas entrevistas individuais, em três encontros e de forma sigilosa. As outras duas participantes, por morarem no município vizinho, realizaram suas entrevistas simultaneamente em um único encontro com maior tempo de duração, com seus sigilos preservados.

Após a gravação, os áudios foram transcritos, pautando o desenvolvimento da pesquisa nos princípios éticos, prezando pelo sigilo das informações não relevantes à

pesquisa, assim como da identidade dos participantes. A Resolução 466/2012, reforçada pela Resolução 510/2016, evidenciam que a dignidade, a liberdade e a autonomia dos indivíduos, devem possuir maiores prioridades, sobressaindo-se aos interesses e objetivos da pesquisa (BRASIL, 2013; BRASIL, 2016).

Apesar do reconhecimento da existência de riscos às participantes com o desenvolvimento da pesquisa, por lidarem diretamente com vivências e momentos traumáticos que repercutem o bem-estar psíquico, afetivo e emocional, não houve, em qualquer momento, com nenhuma das participantes, a necessidade de interromper o processo de coleta de dados.

Torna-se evidente que o discurso foi o principal meio de aquisição de dados. Assim sendo, atribuiu-se a Michel Foucault uma certa noção de discurso, onde o sujeito do discurso não é a pessoa que discursa/fala, ou sequer o pensador/escritor, pois quem faz esse papel é a pessoa que se apropria do ato da fala e discursa enunciados que lhe dão lugares institucionais. Isto é, o discurso é institucional e, por isso, não pessoal; o discurso tem por princípio um saber institucionalizado, onde as pessoas pensam que falam e usam do discurso, mas, ao contrário, são elas as usadas pelo discurso e sua produção de realidade. (FOUCAULT, 2008).

Dessa forma, sabendo que não há enunciados neutros, que os discursos são produções de verdades e todas suas práticas possuem relações diretas com outras práticas sociais, o sujeito do discurso é seu suporte histórico e institucional, uma materialidade que lhe dá permissão ou não de ser regulamentado, tratado como uma verdade (FOUCAULT, 2008).

Assim sendo, os discursos coletados foram analisados com inspiração na noção de discurso para Foucault, ressaltando a despreocupação com a cientificidade ou não dos enunciados, assim como com o sujeito que fala. A preocupação esteve na análise do contexto dos enunciados e o significado histórico representado no sujeito do discurso e no sujeito que fala (FOUCAULT, 2008).

Após as transcrições, os discursos das participantes identificados com relevância para dialogar com a teoria e possíveis de alcançar os objetivos propostos, foram divididos entre contextualizações, significados e interpretações em comum, surgindo a discussão do presente estudo, dividido entre capítulos que buscam contextualizar o local da fala das participantes, explanando sobre seus processos identitários da travestilidade, as experiências vivenciadas nas escolas e suas análises e propostas ao sistema educacional.

3 AFINAL, O QUE É A TRAVESTILIDADE?

Há tempos, percebo que existe uma discussão em torno da compreensão e aceitabilidade sobre as diversidades sexuais e de gênero, entretanto, ao que me parece, tais discussões vêm, atualmente, ganhando mais forças e se fazendo por presente com maior frequência em rodas de conversas acadêmicas e informais, seja elas baseadas em dados científicos ou por experiências vividas e conhecimentos advindos do senso comum. Certamente, tais discussões são bastante válidas e benéficas, mas, Berenice Bento (2008), diz que uma das maiores problemáticas existentes entre essas discussões é a dificuldade de compreender que gênero e sexualidade, nesse sentido de discussão, são coisas distintas, apesar de suas semelhanças. Tratar de gênero como uma variedade de nossa sexualidade, dificulta a conquista da liberdade e aceitabilidade social, por se desfazer de preconceito através da adoção de novas rotulações preconceituosas.

Para a autora, a sexualidade diz mais respeito sobre as formas, sentimentos, desejos, atrações e perspectivas de satisfações do que para as identificações íntimas, as expressões comportamentais e percepção de si enquanto indivíduo, o que diz respeito a gênero. Assim, a criança ao nascer é apresentada a uma sociedade que se organiza enquanto identidades de forma binária, classificando pessoas entre homens e mulheres, apenas duas únicas possibilidades de identificações. Vindo como imposição, inúmeras são as características que distinguem o ser homem do ser mulher, fazendo com que, através das identificações e estímulos, as crianças tenham sua personalidade formada por meio da concepção de indivíduo homem ou mulher (BENTO, 2008).

Tais distinções partem de características biológicas, como a existência do sexo biológico (pênis e vagina), percorrem os aspectos sociais, como a escolha do nome e características fenotípicas, e culturais, como a distinção de brincadeiras, cores, objetos, atividades, trabalho e gestos específicos, ou de maior característica para homens e mulheres. É a partir desta forma de segregação, capaz de dividir tudo e todos como pertencentes ao universo masculinos ou ao universo feminino, que a educação familiar e as relações sociais dos indivíduos são baseadas (BENTO, 2008).

Para Bento (2008), o problema dessa “organização social” está na maneira em que é posta, uma vez que, ainda durante a gestação da criança, quando é possível descobrir o sexo biológico, todo um universo de imaginação sobre a vida da criança após o nascimento, as expectativas criadas a partir do entendimento de mais um indivíduo

homem ou mulher para a sociedade, as relações de tratamento e incentivos que são dados, serão impostas à criança logo depois de seu nascimento, enquanto, nem sequer o próprio indivíduo tem conhecimento de sua própria existência. Assim, o binarismo de gênero não pode ser visto como uma forma de organização social, mas uma maneira de imposição – sobretudo quando não há a consideração das diversidades além da regra de que o sexo biológico é quem determina o indivíduo como homem ou mulher.

Se seguirmos como regra que a criança, próximo da vigésima semana de gestação, está desenvolvendo um pênis, por exemplo, e que, por essa razão, ao nascer, irá automaticamente se identificar como pertencente ao universo de característica do homem, estamos também afirmando que, caso esta regra não se cumpra, teremos em sociedade um indivíduo doente e passível de um tratamento (BENTO, 2008).

É por esse pensamento que as pessoas “trans” (travestis, transexuais e transgêneros) ainda têm suas existências associadas às listas de patologias mentais, vistas com descaso, desrespeito e inferioridade (BENTO, 2008). Devido suas relações sociais serem restritas por conta do preconceito e sua condição de existência tratada com erotização por mesclar o binarismo de gênero (feminino e masculino), desde muito cedo, acontece de serem expulsas suas próprias casas e rejeitadas para o mercado de trabalho, restando-lhes, muitas vezes, apenas a prostituição para alternativa para sobrevivência (KULICK, 2008; JUCIARA SAMPAIO, 2015).

Por conta dessa resistência da sociedade em aceitar a diversidade de gênero e tratar os indivíduos que se diferem da regra do binarismo como uma variedade de nossa condição de existência, a vida desse grupo segrega, interferindo de forma direta no processo de subjetivação da formação de sua identidade (SAMPALIO, 2015).

Sampaio (2015), em uma pesquisa sobre a “*Sociabilidade entre travestis em São Luís*”, identificou que, em comum, as travestis desde muito cedo, ainda na infância, se percebem como pessoas que não se identificam de forma fiel ao gênero masculino que lhe foi atribuído desde o nascimento por conta de seu sexo biológico. Entretanto, não é de tão cedo assim que conseguem se reconhecer e tomar como identidade a travestilidade, talvez, por não serem apresentadas a esta possibilidade identitária na infância.

Sampaio (2015) esclarece que, mesmo havendo desde muito cedo uma insatisfação com seu corpo ou com as regras sociais do universo masculino, muitas travestis relatam que a adoção da identidade, o reconhecimento de si como não pertencente à regra do binarismo e o desejo da incorporação da transformação só é ativada após o encontro com os pares que já se afirmam como tal. Reconhecendo, assim, a

importância da visibilidade da diversidade para o processo de identidade de gênero em nossa sociedade.

Bento (2008) dialoga nesse sentido, dando a entender que quando a visibilidade não acontece, é comum que a diversidade de gênero sejam associadas com a sexualidade, criando uma hierarquia ou grupos classificatórios. Por essa razão, todos os “homens”, por exemplo, que fogem do padrão heteronormativo (ter pênis é ser homem; ser homem é se atrair afetivo/sexualmente por mulheres), são tratados como homossexuais. Essa generalização mistura as diversidades de gênero e sexual, dificultando a compreensão sobre a transexualidade, travestilidade e demais transgeneralidades.

Buscar uma definição para o que é a travestilidade, pode parecer algo simples de ser encontrado se usarmos dos conhecimentos que adquirimos socialmente, sem nenhum valor crítico, científico. Para alguns, ser travesti é apenas ser “um homem que se veste de mulher”, ou “um homossexual que se veste como mulher”. Mas tal busca de definição não só existe no senso comum, pois há estudos científicos que buscam tal definição, insistindo na tentativa de definir, demarcar e restringir as coisas – como a travestilidade.

Santos (2014) em discussão sobre questões identitárias buscou traçar reflexões teóricas sobre as características que a sociedade associa às travestis, para assim as compreendê-las. De início, se depara com os conflitos do uso dos termos, se fazendo por necessário distinguir travestilidade de transexualidade. A priori, destaca que transexualidade é um termo que contempla pessoas que se identificam tanto com o gênero masculino como o feminino, mas que nasceram biologicamente com órgãos genitais contrários ao que a sociedade compreende como do ser homem e do ser mulher. De outro lado, a travestilidade é exclusiva para as pessoas que nascem com pênis, encontra uma sociedade que lhe enquadra como homem, mas se apresenta como pertencente ao universo feminino (SANTOS, 2014).

Por consequência do pensamento de que o gênero é definido pelo sexo biológico, sustentado por uma visão biológica-médica, muitas pessoas costumam tratar as pessoas transexuais como alguém que nasceu em um corpo errado, que possui aversão ao seu próprio corpo por se ver como mulher/homem e ter um corpo distinto ao que se identifica. Entretanto, essa visão é equivocada, uma vez que não necessariamente é preciso ter uma negação de seu corpo ou não se sentir representado por ele para ser uma pessoa transexual (JÚLIA RODRIGUES, 2018).

Concordando com essa afirmação, Santos (2014, p. 85) conseguiu distinguir que “a transexualidade é uma vivência singular, única, cuja experiência é intransferível e não

“moldável”. Em outras palavras, afirma-se que as pessoas transexuais são diversas entre si, possuindo singularidades próprias e compreensões de si únicas, não passíveis de reformulações e interferências subjetivas.

Para as bibliografias científicas, é consenso que devemos compreender as pessoas transexuais como indivíduos que ultrapassam o sentido de se sentir bem enquanto serem que vivenciam a feminilidade. Em relação à transexualidade, está mais enraizado a compreensão de que trata de pessoas vivem e são, de fato, uma mulher ou um homem, mesmo tendo o seu corpo biologicamente e culturalmente tido como oposto à sua identificação (SANTOS, 2014).

Para Santos (2014), talvez esteja aí a única distinção entre uma mulher transexual e uma mulher travesti: a vivência das expressões do gênero. Pois, ao que se pode notar em seus estudos, é que as travestis são pessoas que vivenciam a feminilidade sem se sentir pertencentes ao universo masculino por conta de suas genitálias, possuindo maior facilidade em lidar com o corpo biológico. Por outro lado, encontra-se com mais frequência, em transexuais, uma problemática de pertencimento, relação com seu corpo e o ato de se sentir mulher mais voltada para a lógica do conforto e bem-estar enquanto ser que se expressa o universo feminino com a imagem corporal.

Outro ponto, comum em literaturas sobre o assunto, diz a respeito ao ato de “ser mulher ou viver como homem/mulher”. Neste caso, a literatura caracteriza as pessoas transexuais como aquelas que se sentem homens ou mulheres, opostamente ao corpo e genitália com os quais nasceram; já as travestis são localizadas, em literaturas, como uma pessoa que gosta ou se sente bem vivendo como um mulher. Assim “a diferença aparece como algo relacionado à vivência interna do gênero. O ‘ser homem/mulher’ parece indicar uma certeza interna que vai emergir no ethos de gênero e nas modificações corporais para tornar o corpo inteligível na cultura sexual” (SANTOS, 2014, p. 85).

O discurso da modificação do corpo também é tratado, leigamente, como definidor das diferenças entre uma mulher transexual e uma travesti, alegando que, as travestis não sentem nenhuma rejeição quanto ao seu corpo, aceitando-o como é desde seu nascimento, podendo, no máximo, acrescentar. As transexuais, por outro lado, sentem tanta rejeição ao corpo que desejam modificá-lo, se submetendo às cirurgias corporais e negando o toque, prazer e uso do corpo masculino para satisfação pessoal (SANTOS, 2014).

Mas Bento (2008) contesta estes argumentos alegando que não necessariamente é preciso haver rejeição ao seu corpo, negar a obtenção de prazer através dele e, sequer, se

submeter às cirurgias de redesignação sexual (popularmente chamada de “mudança de sexo”) para que a pessoa possa ser transexual. Não é o nível de insatisfação com o corpo que as classificam como “trans”, mas sim a identificação enquanto indivíduo. Assim, é possível ser transexual, travesti ou outras possibilidades sem necessitar de uma adequação à visão binária de gênero, modificando seu corpo para obter a forma e características comuns às pessoas cisgêneras¹⁰.

Assim sendo, nota-se que as distinções entre ser travesti e ser transexual, na verdade, é inviável aos olhares e percepções externas, do ponto de vista do outro - ou seja, impossível distinguir uma mulher transexual de uma mulher travesti pela aparência ou expressões de gênero, uma vez que a distinção é de foro íntimo e mais relacionado às questões de nomenclatura. Para Santos (2014), suas identidades de gênero é, assim como qualquer outra identidade não transgênera, seu sentimento, sua noção de pertencimento e percepção de si, o que lhe é íntimo e faz referência à sua vivência e ato de sentir-se, o que só a própria pessoa é capaz de distinguir, se reconhecer e identificar-se (SANTOS, 2014).

Ao fim, Santos (2014) pontua que o próprio ato afirmativo sobre sua identidade é dividido entre a prática política e a busca pela aceitabilidade social. Para o autor, se afirmar como travesti diante da possibilidade de também poder se afirmar como mulher transexual, pode ser visto como um ato político, em razão da transexualidade estar mais próxima dos discursos científicos médicos-psicológicos em busca da desassociação com a patologia da identidade transgênera.

Muitas travestis, como relatado por Magno et al. (2018), ao questionarem o gênero em que lhe foi designado e confrontarem as normas sociais estabelecidas, acabam, por diversos motivos, sendo expulsas de suas próprias casas ainda muito jovens, durante a adolescência. Como consequência das exclusões, muitas acabam tendo a prostituição como única possibilidade de trabalho. Em razão disso, ainda hoje a imagem das travestis são associadas com termos e condições pejorativas de existência.

Em razão disso, ainda hoje a imagem das travestis são associadas com termos e condições pejorativas de existência. Acredita-se, popularmente, que ser travesti é fruto de uma escolha pessoal e que, por esse motivo, está mais desassociado das visões patológicas e mais próximas das performáticas, como se a mulher travesti fosse apenas uma performance, uma montagem, uma encenação feita por um homem que é homossexual (SANTOS, 2014).

¹⁰ O oposto de transgênero: pessoas que se identificam com o gênero a qual a sociedade lhe impõe por meio do seu sexo biológico.

Por outro lado, uma vez que a palavra “transexualidade” é apresentada à sociedade por meio dos discursos científicos dos saberes dos profissionais da área Psi (psiquiatras, psicólogas e psicanalistas), sua identificação se distancia das características patológicas, recebendo como consequência disso a compreensão de não se tratar de uma escolha, uma performance ou montagem, mas um real sentimento de pertencimento. Também, por ser uma palavra “nova” para representar um mesmo “estilo de vida”, se afirmar como mulher transexual não possui as mesmas associações pejorativas e históricas que carregam as pessoas que se afirmam travestis (SANTOS, 2014).

Não é à toa, portanto, que Santos (2014), logo no início de seus escritos sobre “Transexualidade e travestilidade” afirma que discutir a respeito das questões identitárias é pôr em risco a potencialidade das expressões de gênero, reduzindo suas possibilidade ou limitando-as. A busca por uma definição ou o enquadramento de um conceito é sempre uma forma de limitar ou reduzir uma variedade de diversidades que dizem respeito a uma mesmo sentido conceitual ou expressivo, como é o caso dos estudos de gênero que vêm para mostrar a existência da diversidade além do binarismo restrito de ser homem ou ser mulher.

Porém, é preciso reconhecer que mesmo diante tantas discussões sobre essa diversidade e a intensa luta de retirar o sexo biológico como fator central da definição identitária, ainda assim há uma busca internalizada entre as “pessoas trans” para de adequarem aos padrões heteronormativos de acordo com suas condições (BERENICE BENTO, 2017).

Rodrigues (2018) esclarece esse processo ao usar o conceito de “passabilidade”, que é o encontro das transformações corporais e as expressões comportamentais que são identificadas culturalmente como de características feminina ou masculina. Assim, a mulher trans (travesti ou transexual) que consegue agregar à sua imagem e expressar gestualidades, falas e características da mesma forma que uma “mulher cis”, acaba passando por despercebida sua transgeneralidade, tendo uma “passabilidade” social que a esquia dos preconceitos através de olhares sociais e externos.

Berenice Bento (2017, p. 59) trata o sentido de “passabilidade” como uma performance de identificação, usando um comparativo entre uma pessoa homossexual e uma pessoa trans, consegue exemplificar a prática do uso dessa performance/passabilidade: quando “o gay tenta não ‘dar pinta’, através de uma limpeza em sua performance de tudo que sugere feminilidade [...], para as pessoas trans essas possibilidades são impossíveis”. Ou seja, para Bento (2017), as características culturais

em que determinamos como de expressões de masculinidade e feminilidade são exercidas pelas pessoas em espécie de performance, podendo ser “limpada”, alterada ou reconstruída. Por essa razão, as características culturais de feminilidade que são adotadas por homens homossexuais que os permitem ser identificados socialmente como não heterossexuais, podem, sempre que desejar, mudar sua performance e se expressar/comportar com as características que, culturalmente, atribui-se aos homens heterossexuais, passando por despercebido da sociedade sua orientação sexual não heteronormativa.

Por outro lado, a dificuldade estaria nas pessoas trans, pois suas expressividades não são apenas atos performáticos de expressões, são internalizados e marcados com alterações e materialização corporal de tais características. Assim, compreendemos que a capacidade de alterar a performance e expressividade de gênero não tem a mesma flexibilidade de pessoas “cis” que é homossexual e expressa-se com característica femininas, pois, suas expressividades não são apenas performances, são registros corporais que se destacam diante uma sociedade a qual tem como centro da definição de gênero a genitália e suas características genotípicas e fenotípicas (BENTO, 2017).

O que Bento (2017) e Rodrigues (2018) levantam como problemática para abordar e discorrer sobre a “passibilidade” ou “performance” é a preocupação social com a necessidade que as pessoas que fogem dos padrões heteronormativos possuem, ainda em dias atuais, de esconderem suas condições de existências e se seus comportamentos expressivos, fugindo do preconceito, da violência e das discriminações de modo geral.

Bento (2017), por exemplo, acusa uma intensa confusão estatística nos dados apresentados quando pessoas trans são violentadas, como os assassinatos frequentes de travestis, o que aparenta ser fruto da dificuldade dos meios midiáticos em distinguirem a identidade de gênero da orientação sexual, não considerando que sua existência diz respeito a identidades de gênero e não necessariamente sobre homossexualidade, como comumente é tratada.

Assim, os dados crescem e apontam o Brasil como um país violento para homossexuais, o que não é uma mentira, entretanto, carrega entre suas estatísticas muitas violências de pessoas trans, não necessariamente apenas homossexuais. Escondem-se, com isso, a existência de um transfeminicídio.

O que há no Brasil é uma diária dizimação da população trans (travestis, transexuais, transgêneros), a qual tem suas vidas marcadas em constante linha de repúdio,

discriminação e violência de gênero, independentemente da maneira em que se expressa, seja fisicamente ou não (BENTO, 2017).

O que se pode notar, de acordo com a discussão teórica apresentada, é que fica evidente que os estudos e teorias que rondam as problemáticas dos estudos de gênero não conseguem ter uma definição clara e precisa sobre o que é a travestilidade se questionada diante da transexualidade, pois estes questionamentos não se faz por necessário uma vez que, pensando sobre o que faz uma pessoa ser homem e mulher, como socialmente costumamos definir, sem partir da existência do sexo biológico como demarcador das distinções binárias de gêneros, as respostas também não terão clareza e consenso.

Entende-se, portanto, que se afirmar enquanto travesti em nossa sociedade não só se trata de uma postura identitária como qualquer outra, fruto de ideias, comportamentos e consequências históricas, políticas e culturais. Assumir-se travesti, dentro deste contexto, é também assumir uma postura política de confronto ao preconceito, à visão pejorativa da identidade e o desprezo social.

O próprio título desse capítulo não corresponde à abrangência da travestilidade, ao questionar: “o que é isso?”, como se fosse uma coisa. O título foi dado, propositalmente, para dialogar com a resposta final do texto, que é de que não dá de defini-las. É preciso destacar os processos subjetivos em comum que compõem o universo múltiplo da constituição identitária entre pessoas travestis. Para esta identidade de gênero, não lhes cabem compreendê-las como “coisas que são”, mas sim como “como as coisas se tornam o que são”, revelando um caráter processual e relacional da construção identitária.

3.1 A TRAVESTILIDADE COMO CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA

Para poder compreender a travestilidade, a pessoa travesti como uma pessoa não doentia, ou performática, há a necessidade de pôr em dúvida nossos conhecimentos aprendidos socialmente, uma vez que inseridos em uma sociedade heteronormativa, é comum que nos limitarmos às visões de sexo como definidor de gênero.

Guacira Lopes Louro (2014) ressalta que a concepção de gênero adotada para discutir as identidades das relações entre homens e mulheres é herdada do movimento feminista. A exemplo disso, Simone de Beauvoir (1967), representante desse movimento feminista, defendeu que a idealização da mulher, a formação e a maneira em que ela é

compreendida pela sociedade, não é de sua própria natureza, inata à sua existência, mas sim fruto de uma construção social.

Partindo desse entendimento de não se nascer mulher, mas se tornar uma, se tem brechas para compreender as diversidades de gênero e fugir da padronização do corpo, enquanto estrutura que detém de um sexo e esse sexo como definidor do gênero, se homem ou mulher (SCOTT, 1995).

Para Berenice Bento (2003), há uma padronização e expectativa de comportamentos a serem expressos pelas pessoas de acordo com seu sexo; sexo este, definidor de gênero. Quando há a combinação de sexo, gênero e expressividades de acordo com o esperado, a pessoa é tida como humanamente normal, reconhecendo, dessa forma, a existência de pessoas que fogem do referente biológico e não podem, portanto, serem tidos como humanamente normais. Enquadram-se nesses requisitos distorcidos do referencial biológico, todas as identidades de gênero e sexuais que não contemplam a lógica de corpo detentor de um sexo; sexo definidor de gênero; e gênero como regra de atração afetiva/sexual ao que lhe é oposto (JOAN SCOTT, 1995; LOURO, 2014).

As ideias das autoras são influenciadas pela leitura que Judith Butler (2015) faz, entendendo o gênero como um ato performático, uma vez que os atos, gestos, signos e os modos que socioculturalmente atribuem aos indivíduos de acordo seus sexos, uma parte do corpo, aprendidos por exemplos e reproduzidos performativamente.

Preciado (2014) estende sua percepção de gênero para além dos atos performáticos, pois reconhece que estes corpos acatam a sexualidade e o gênero em conjunto às suas modificações, tendo nestes indivíduos lugares na sociedade, mesmo que tidos como errôneos ou falhos, que reforça o sentido de poder no transviamento de um "heterocentrismo".

É semelhante para as autoras e autor suas noções de gênero. Preciado (2014) diz que o gênero é, constante e essencialmente, construído concomitantemente ao seu estado orgânico, o que foge de uma concepção intacta, formada pelas estruturas corporais, embora inseparável da estrutura de corpo. Mas é nesse reconhecimento de possibilidade de variação que Louro (2014) admite existir uma carência entre os Estudos Culturais e Estudos Feminista, ao terem dificuldades de reconhecerem o sujeito como ser de identidades múltiplas, pois, se assim fosse, gênero seria melhor compreendido como constituinte das variedades das identidades dos sujeitos.

Como consequência disso, todas as variedades da lógica do referencial biológico são tidas como semelhantes e tratadas como iguais. As identidades sexuais, também

chamadas de orientações sexuais, são vistas como inerentes às identidades de gênero (LOURO, 2014). Se não for heterossexual, todas as outras condições de sexualidade, como a homossexualidade e bissexualidade, são vistas como uma contrariedade do ser, associando-se às identidades de gênero que não contemplam a existência de um ser do sexo masculino como homem ou do sexo feminino como mulher. Ao fugir da regra, tornam-se iguais por conta de suas diferenças (LOURO, 2014).

Antes de um aprofundamento no assunto, é essencial apresentar uma ruptura entre a identidade/orientação sexual, e a identidade de gênero, a fim de diferenciar as identidades e facilitar o entendimento sobre a diversidade de gênero enquanto condição de existência.

Louro (2014), ao buscar diferenciar gênero de sexualidade, adverte que ao fazer isso, corre-se o risco de cair em outra forma de esquematização, tratando as diversidades, variedades das identidades de gênero e sexuais como fórmulas precisas e de fácil padronização.

Apesar do risco, Louro (2014) propõe compreender as identidades sexuais as possibilidades de exercer os desejos e prazeres de um indivíduo em relação com o outro. Assim, identidade sexual, ou orientação sexual, diz sobre a maneira em que uma pessoa se relaciona ou satisfaz seus desejos e prazeres sexuais em relação às outras pessoas. As identidades sexuais dão a possibilidade de serem constituídas de acordo com as vivências e saberes adquiridos sobre o sexo, podendo, dessa forma, o indivíduo se relacionar com outras pessoas, sejam de sexo diferente ou igual ao seu, a depender da maneira em que compreende se satisfazer (LOURO, 2014).

Louro (2014), ainda sobre as identidades sexuais, reitera que as expressividades sexuais, como marca da existência das identidades sexuais, estão em constante construção, não sendo, nem mesmo as heteroafetivas ou as homoafetivas, fixadas, dadas, acabadas ou passíveis de uma definição em um determinado momento. Por outro lado, há a existência das identidades de gênero que, para Scott (1995), são marcas da criação social das características das ideias e papéis do que venha a ser homem e mulher.

Scott (1995) acredita que a ideia de homem e mulher é constituída socialmente, o que dá ao indivíduo a abertura da identificação, não como forma de escolha, mas como condição de ser e se identificar de acordo com o que é construído socialmente. Simplificando, socialmente muitos dos símbolos, representações, comportamentos, discursos e práticas são separados entre os de características masculinas e femininas, ou

seja, definem-se, socialmente e historicamente, o que é de propriedade masculina, do homem, e de propriedade feminina, da mulher (LOURO, 2014).

Distinguindo expressividades entre os “universos” masculinos e femininos, o ser homem e ser mulher não possuem, portanto, relação direta com os fatores biológicos. Pelo contrário, por serem construídos socialmente e historicamente, há uma identificação em ser homem e ser mulher (SCOTT, 1995; BENTO, 2008; LOURO, 2014).

Para Butler (2015), a definição de gênero não só se distingue da existência do sexo por ser socialmente construído, como vai além dos limites do corpo, o que significa dizer que não são resultados casuais do sexo e nem se limitam apenas a identificação pessoas, pois expressam, também, a maneira e condição de apresentação e existência do indivíduo. Esse argumento é, para Bento (2008), suficientemente necessário para perceber e reconhecer a possibilidade da existência de indivíduos com gênero distintos ao que se esperava, socialmente, de acordo com sua genitália, da mesma forma que é possível de compreender as razões da existência de pessoas com genitálias e gênero de acordo com o esperado socialmente.

Para Bento (2008), a dificuldade da desconstrução da forma de compreender o que levam indivíduos a serem homens e mulheres está na consequência do pensamento médico e biologicista em associar a genitália como definidora do gênero, restringindo, como resultado, o entendimento de que ser homem e ser mulher só se é por existir uma genitália. Este pensamento biologicista, dá sustentação ao entendimento de homem e mulher como indivíduos que possuem, consecutivamente, pênis e vagina, o que limita o indivíduo em suas próprias possibilidades de expressividades, diversidades entre si e em suas condições de existência, rotulando-os, enquadrando-os e padronizando-os. Assim, em uma busca por definições, encontra-se “transgênero” como termo designado para se referir a todos os indivíduos que não se enquadram no referencial biológico: indivíduos que se identificam com gêneros opostos às suas genitálias, de acordo com a lógica biologicista de sexo como definidor de gênero.

Apesar da existência de uma definição, existe uma vasta variedade da compreensão de gênero, como a transexualidade e a travestilidade. Transexuais e travestis são exemplos de indivíduos transgêneros por existirem como expressão identitárias em divergência com as normas de gênero. Como exposto anteriormente, o que as diferem, aos olhos de indivíduos não travestis e não transexuais, é apenas a terminologia (BENTO, 2008).

Isto posto, pode-se entender que a identidade de gênero faz referência ao modo em que o indivíduo se identifica entre masculino e feminino, não possuindo relação com a existência ou inexistência de órgãos sexuais definidos para tal. Contempla-se, assim, a diversidade ao entender a masculinidade, o ser homem, e a feminilidade, o ser mulher, como uma construção social e não uma imposição biológica (SCOTT, 1995; BENTO, 2003).

A discussão apresenta, nesse momento, a oportunidade de se pensar a diversidade de gênero como condição além do modelo biologicista, como maneira de existir e não por um viés patológico ou como indivíduos humanamente anormais. Mas romper com qualquer conceito historicamente distorcido, ou acompanhado de preconceitos, como a ideia de comportamento doentio e/ou pecaminoso da travestilidade, exige uma desconstrução das percepções anteriormente à proposta de repensamento de suas certezas.

Por esta razão, deixar de ter a travestilidade como ato anormal para pensá-la como uma condição de existência possível, normal, não doentia/pecaminosa busca-se operacionalizar o conceito de modos de subjetivação em Foucault (1995), que traça os conhecimentos históricos de maneira descritiva e analítica sobre a sociedade e as intervenções das instituições de poder sobre as condições de existência dos sujeitos, que dita normas para está condição, modo de tratamento e regulamenta corpos.

Para Foucault (1995), o domínio da compreensão sobre o próprio corpo serve para exemplificar as interferências dos poderes em relação à existência dos sujeitos. Assim, podemos associar, como exemplo, a instituição médica que se embasa nos conhecimentos biologicista para ditar regras aos sujeitos sobre seus modos identitários associados às genitálias.

Os modos de subjetivação podem ser entendidos como uma forma de cooperação às diferentes configurações que apresenta para produzir formas de vida, identificação de existência e estruturação social, o que o torna contínuo e capaz de transformações (FOUCAULT, 1995). Ou seja, pode-se entender que o sexo como definidor de gênero é um pensamento livre dos conceitos biologicista, entretanto, quando discursado pelo viés médico, dotado do poder de saber sobre os corpos, se torna uma regra para o sujeito, uma verdade.

Desse modo, dificulta-se a autopercepção do sujeito em poder se compreender como indivíduo diverso, o que também pode ser entendido como um mecanismo estratégico nas relações de poder, enfraquecendo o que se produz no decorrer do processo

de subjetivação. Por fim, resistir aos pensamentos impostos como regras que não contemplam a ligação do indivíduo a si próprio é uma ação política em defesa das possibilidades de existência (FOUCAULT, 2004).

Está nas lutas políticas a oportunidade de combate às formas de dominação e aos discursos individualistas que percorrem como regras universais, sustentada pela obediência exigida pelo poder, inviabilizando o contato e a existência das diferenças (SÔNIA REGINA MANSANO, 2009). Se assim a travesti for compreendida, vista e tratada, sua existência deixa de ser algo anormal, patológico e performático, dando a nós, indivíduos que não se identificam como travestis, a possibilidade de reconhecer que há outras maneiras de construir as identidades, podendo percorrer entre os “universos” masculinos e femininos sem nos impor barreiras e obstáculos para que possamos nos expressar, comportar e vivenciar de acordo com o que sentimos e nos identificamos, livrando-nos de conceitos sobre nossas existências que são capazes de limitam, não possibilitar a existência das diversidades.

3.2 A CONSTRUÇÃO DA TRAVESTILIDADE DAS PARTICIPANTES

Com o pedido de indicação de outras mulheres travestis que pudessem participar da pesquisa à colaboradora inicial, entre alguns nomes sugeridos, Joana¹¹ foi a única que prontamente se disponibilizou e manifestou interesse de contribuir com a pesquisa.

Nosso primeiro contato pessoal foi em uma sorveteria, onde pudemos nos conhecer, contar brevemente sobre nossas histórias e conversar sobre os objetivos da pesquisa, sobretudo, sobre como seria desenvolvida.

Devido os compromissos pessoais de Joana, o tempo de disponibilidade que tinha durante o dia era limitado, assim, dividi os assuntos do roteiro de entrevista¹² para cada encontro de acordo com sua disponibilidade de dia, horário e tempo livre. Foram realizados, além do primeiro contato, três outros encontros de conversas gravadas, após ler, explicar e ter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹³ assinado.

Joana, uma professora da rede pública de educação básica, com 51 anos de idade, se apresentou como uma mulher travesti, negra e bastante religiosa. Desde pequena, seus

¹¹ Nome fictício que faz alusão à Papisa Joana, que aparece em diversas histórias medievais como a única mulher a conseguir ser eleita Papa da Igreja Católica, disfarçando-se por homem e adotando o nome de Papa João VIII, descoberta após dar à luz durante uma procissão.

¹² APÊNDICE A

¹³ APÊNDICE B

pais fizeram questão de explicar que eram seus pais, que lhe amavam, mas que havia também outra família, a de sua mãe biológica, que trabalhava para a família adotiva - por isso a diferença na cor da pele de seus irmãos: sua família biológica era negra, descendentes de escravos daquela região; e sua família adotiva, composta por pessoas brancas e descendentes de portugueses.

“Eu era o único de cor da família, porque os pais que me adotaram eram portugueses, aí não sei por que queria um filho dela. Ou era porque eu era exótico para eles, um bichinho diferente, ou era uma coisa estranha que eles gostavam. Mas eu gostava e sentia que gostavam de mim”¹⁴.

Durante a infância, Joana conta que sempre foi bem cuidada, que teve uma educação semelhante à de seus irmãos, tratada como menino e distante de qualquer “universo feminino”. Mas “*com uns sete, oito anos eu comecei a ver e sentir que lá no fundo eu era diferente [...] com dez anos, onze anos fui vendo, mudando, comecei como gay, aquela coisa todinha e aí cheguei em minha mãe e falei*”.

A família de Joana reagiu pacificamente a revelação, mesmo com as atitudes grosseiras do pai e o sentimento de descrença de sua mãe e avó, nunca recebeu, de seus ascendentes, repressão ou intimidação com tentativa de reversão. Entretanto, um dos motivos de se afirmar como homossexual à família não partia por uma identificação própria, mas por consequência da constante afirmação do seu irmão mais velho de que esta era sua orientação sexual, ao justificar cada estupro, desde seus 10 anos de idade, como um comportamento motivado pela sua homossexualidade.

Criada com ensinamentos da doutrina católica, muito de sua infância foi vivenciada dentro das igrejas. O contato com o meio religioso não apresentou para Joana um ambiente ofensivo, pelo contrário, entre seus pares era possível notar que muitos possuíam trejeitos semelhantes aos seus, expressando comportamentos, como o modo de falar, sentar e reagir, que ditamos como jeito e gestos femininos.

Durante a adolescência, foi aprovada no vestibular para o curso de pedagogia na Universidade Federal do Pará. O processo de mudança, a chegada em um ambiente diferente e a possibilidade de se reinventar, deu à Joana a oportunidade de conhecer novas perspectivas de relacionamento, como a de se relacionar com outros homens além de seu irmão, mesmo dizendo que já estava acostumada com a situação.

¹⁴ As falas das participantes aparecerão em *itálico*.

Além disso, pôde conhecer outras religiões, como o candomblé. Para Joana, a religião de matriz africana tem sido importante em sua vida, por conseguir lhe aproximar da sua história e se sentir mais a vontade enquanto mulher travesti e negra.

O sincretismo religioso entre o candomblé e o catolicismo é uma das grandes características sociais de Joana. Ela conta que sua religiosidade é sincronizada entre as duas religiões e isso não é um problema: *“Vou na missa e todos sabem que eu sou do terreiro, né? Mas consigo ter o respeito”*. A religiosidade das participantes não é um tema central da presente dissertação, embora seja mencionado suas relações e identidades religiosas. Sobretudo, com Joana, que constantemente associa sua existência com as experiências de sua religião e sincretismo.

Aproveito, nesse momento, para frisar que, embora não venha discutir sobre a relação da travestilidade com as expressões religiosas, me parece ser de fundamental importância e necessidade que sejam desenvolvidas pesquisas que problematizem tais relações, pois não foram encontrados expressiva quantidade de estudos que tenham tal abordagem, focando suas identificações e sentimentos de pertencimento, tendo sua transgeneridade como fator central. Além disso, destaco, antecipadamente, que as perspectivas críticas às religiões e suas relações na presente dissertação tratam-se como mecanismo de evidenciar que tais questões servem de alimento para a polarização política entre conservadores e progressistas, sobretudo relacionados aos assuntos que envolvem a população LGBTI.

Entre as participantes desta pesquisa, Joana se destaca nesse assunto por ser uma liderança religiosa, uma ialorixá¹⁵ que ainda resiste contra as tentativas de invisibilidade de sua travestilidade e persiste na luta da conquista do espaço, fazendo uso de sua condição para pregar o respeito como lição de humanidade.

Os relatos de Joana são semelhantes às percepções que Dias e Colling (2018) obtiveram ao estudar as vivências de pessoas transexuais no candomblé da Bahia, onde, para os autores, muitas tradições da religião partem de funções específicas para homens e mulheres que, na maioria dos casos, são divididos por uma ótica cisgênera; além de terem os ensinamentos transmitidos dos mais velhos para os mais novos, o que deixa as discussões da transgeneridade em escanteio diante da prática religiosa.

Apesar do respeito que Joana conta possuir hoje em dia, nem sempre foi assim, pois houve a necessidade de se impor, confrontar e conquistar seu espaço nos meios

¹⁵ termo dado às líderes de terreiros no Candomblé, popularmente conhecidas como "mãe de santo".

religiosos que frequenta, hora afirmando nos terreiros que *“aqui dentro tem uma mulher e orixás não escolhe sexo”*, hora nas igrejas ensinando sobre a importância do respeito, pois *“a bíblia é o local que mais fala de amor, amor, amor, amor, amor, amor, abraços, beijos e ninguém diz nada, só para dizer que isso é pecado. O próprio cristianismo tem mostrado, há muito tempo, a importância do amor. Eu acho que a gente que interpreta mal a bíblia, mas a bíblia não tem disso”*.

Ao chegar na universidade, Joana contou que já possuía noção de sua identidade de gênero, orientação sexual, sentimentos e vontades, que se achava estranho, mas que sabia o que queria: ser uma mulher. Porém, dentro das condições que tivera enquanto criança dos anos 70 e 80 no Brasil, alcançar seu desejo era meramente impossível. No máximo, poderia ser travesti, que na época, era visto como um homossexual que se vestia de mulher para satisfazer os homens que os procuram. Para Joana, suas identificações se aproximavam do que lhe apresentavam como conceito de ser travesti, mas compreendia não ser o que sentia por não se tratar apenas de um comportamento e sim de um sentimento de pertencimento.

Nos anos de 1980, quando Joana já se afirmava como homossexual, surgiu o vírus do HIV e a aids acompanhada do discurso que era a doença dos homossexuais, dificultando sua existência e processo identitário *“porque quando surgiu a aids, passamos a ter muito medo de dizer que éramos gays, porque o que diziam era que a aids era nossa e aí foi o momento em que eu fiquei muito trancada, sabe?”*.

A afirmação de sua homossexualidade era feita porque lhe disseram que isso lhe definia, mas Joana não se sentia representada pelo termo, porque sentia que suas angústias não era restritas ao desejo afetivo e sexual por pessoas do mesmo gênero. Ser gay, para Joana, não era muito bem o que lhe angustiava, mas *“acho que foi dentro de um contexto que tinha que ser assim, porque travesti naquela época era uma coisa muito complicado, sempre foi, na década de 70, 80, nessa minha época”*.

Caberia, neste momento, refazer as discussões anteriores sobre a insistência da sociedade em pôr a travestilidade como uma categoria da homossexualidade. Mas, tendo esta discussão já desenvolvida anteriormente, podemos pensar sobre as razões de tal insistência.

Jaqueline Gomes de Jesus (2015) vê como um desafio à sociedade mostrar que gênero não se reduz a existência de um sexo biológico, ou sequer se deduz a ele, pois esta concepção é uma ideia de suma importância para as relações sociais. Dessa forma, torna-se mais fácil compreender uma mulher travesti como uma variedade de uma

homossexualidade que não altera o sexo biológico, do que a entendê-la como uma pessoa que distorce de uma identidade de gênero sem relação à genitália.

Além disso, não se pode esquecer a existência de uma supremacia masculina, expressada pelo machismo que se renova diante outras vertentes e possibilidades. Assumir-se travesti, portanto, nesta sociedade machista, é interpretada como uma negação da masculinidade, do poder e da supremacia do gênero que seu sexo biológico designou. Pensar em tal negação, põe "o homem", agora travesti, como um indivíduo nem tão homem quanto outros, mas jamais mulher como as outras - um ser que se opõe ao poder que o pênis lhe proporciona.

Esta identidade acaba sendo tratada como uma condição de não pertencimento. Momento em que Jesus (2015) apresenta o pensamento transfeminista como alternativa para discutir tal subordinação morfológica do gênero ao sexo, envolvendo construções psicossocial, biológica e história. O transfeminismo opõem-se às opressões sobre as pessoas que têm seus corpos desconformes às normais sociais de um binarismo de gênero, que limita-se em reconhecer como indivíduos normais apenas homem de pênis, ou mulher de vagina.

A condição identitária de Joana é exemplo disso, uma vez que não se sente pertencente à masculinidade que lhe esperavam, mas não consegue, de imediato, se sentir pertencente à identidade feminina. Seu sentimento de não pertencimento ao binarismo é interpretado, pelo irmão, um homem cisgênero que não recusou o poder social que recebeu ao nascer com um pênis, como uma condição masculina inferir à sua, aquém devem sempre estar à sua disposição sexual - pois se não é homem como ele, a utilidade de Joana é de proporcionar prazer sexual, semelhante àquilo que busca parecer ser: mulher.

A consciência de que seus conflitos não eram relacionados à sua sexualidade, mas sim à identidade de gênero foi quando teve contato com a universidade no estado do Pará e pôde conhecer colegas que já tinha vivido o processo identitário que Joana vivenciava, nisso percebeu que seu desejo de ser mulher não era impossível como outrora imaginava.

Para Joana, uma das vantagens que teve no seu processo identitário foi o fato de nunca ter sido chamada pelo nome de batismo, nem mesmo pelos familiares ou pessoas mais próximas.

“ninguém nunca me chegou pelo nome de batismo, que era uma vantagem, porque ninguém nem sabia que meu nome era Pedro¹⁶, só chamavam por ‘Neves’¹⁷, que é meu sobrenome. Eu nunca gostei do meu nome, nunca gostei, aí me chamava pelo sobrenome. Até hoje, muitos só me chamam de ‘Neves’, né? Muitos nem sabem que eu mudei de nome, aí me chamam de Neves que é como eu usava, porque tem como ser dos dois lados, né?”.

Na década de 90, iniciou as mudanças corporais como consequência do uso de reposição hormonal, mesmo ainda não assumindo ser uma mulher transgênero. Distante dos termos, das definições e dos padrões, para Joana a ideia de transformar sua imagem, através do corpo, em semelhança às mulheres cisgêneros é incoerente com sua satisfação corporal, demonstrando que apesar da identidade de gênero não ser compatível com a visão heteronormativa, não havia uma insatisfação com o corpo, inviabilizando os discursos de que pessoas trans nascem em corpos errados.

Para diversas sociedades, inclusive a nossa, o corpo sempre foi tido como uma questão social, como um mecanismo de identificação das características de uma pessoa. O corpo, através do seu formato, cor, curvas, tamanho dos cabelos, olhos, nariz, modo de andar, sentar e vesti-lo sempre chega ao outro primeiro que a personalidade, seus pensamentos, crenças e valores (MOREIRA, 2015).

Nossos corpos são interpretados e classificados pelas suas características e nossas expressões de acordo com o binarismo de gênero, tendo atitudes, gestos, traços e signos para entender indivíduos como masculinos e femininos (MOREIRA, 2015). As travestis, portanto, são exemplos de pessoas que rompem a estruturação social que classifica os corpos, dessa forma suas presenças são sempre mais notadas por não poderem ser codificadas.

Este comportamento social, que aqui chamo de uma não codificação dos corpos trans, pode justificar a preocupação de Rodrigues (2018) quanto a necessidade das pessoas transgêneras de buscarem ter uma passabilidade. Provavelmente, em busca desta passabilidade, uma necessidade de ter sua presença não centralizada aos olhares e comentários da sociedade, veem na oportunidade da mudanças da imagem corporal como alternativa viável para driblar os preconceitos e conseguirem qualquer nível de aceitabilidade. Assim, por essa lógica, quanto mais o corpo de uma pessoa trans for parecida aos corpos de pessoas cisgêneras, menor seria o contato com a discriminação.

¹⁶ Nome fictício.

¹⁷ Sobrenome fictício.

Embora o corpo ainda é, na sociedade atual, um mecanismo primário de identificação, a noção de corpo e a relação da sua estética vem passando por mudanças, uma vez que não é regra o desejo de uma passabilidade através de equiparação dos corpos trans aos corpos cisgêneros. Joana, por exemplo, reconhece não ter a necessidade de adequação aos padrões sociais de beleza, que, para ela, foram estruturados desde sua adolescência ao notar que não se sentia bem em se adequar ou se assemelhar às outras meninas de sua época.

“eu nunca gostei de copiar nada de corpo, desde a adolescência [...] eu não consigo ter a imagem do meu corpo como o da boneca Barbie, eu ter que botar um silicone grande, tirar meus quadris, ficar uma mulher totalmente desenhada como a sociedade quer que seja. O meu corpo tem que ser meu. O corpo então é dessa mulher negra, de etnia negra, de quadril largo, que tem lábios largos, que não tem peitão [...] eu não vou fazer nenhum tipo de sacrifício, de ficar me esticando, botando coisa para ficar como querem, só para agradar os outros e ficar arriscando minha saúde. Fazer isso em nome de quê? Não, então, esse corpo que desenharam, não é meu corpo. Eu adoro meu corpo”.

Frequentemente, nos meios de comunicação televisivos, site de internet, entrevistas e rodas de conversas informais, ouvimos discursos que compreendem as pessoas transgêneras como indivíduos que nasceram em um corpo errado. Oliveira (2015) destaca ainda que os livros médicos, auxiliares de diagnósticos, ainda classificam as identidades transgêneras como uma patologia, onde alegam a necessidade de haver uma insatisfação intensa de seu corpo, um desconforto e desejo recorrente de mudança, tendo como ápice do desejo a cirurgia de redesignação sexual (APA, 2014; OMS, 2015).

Independente das classificações dadas, observa-se que as identidades transgêneras ainda estão inseridas em livros e discursos patológicos, distante de uma consolidação de sua condição como uma variedade natural do ser humano. Ainda hoje, como ressalta Oliveira (2015), travestis e transexuais são dependentes de laudos médicos que atestam sua enfermidade mental - só com o atestado de doentes conseguem o direito de alterar suas documentações de acordo com seu gênero e, sobretudo, de conseguirem tratamentos hormonais e outras cirurgias corporais se desejarem.

Joana, ao contrário disso, demonstra compreender seu corpo biológico como uma consequência da formação dos corpos masculinos que, independentemente das identidades de gênero, são desenvolvidos por outros motivos. Sua visão é que a formação da sua identidade como mulher é fruto de uma construção social, não tendo relação com o desenvolvimento biológico. O sexo biológico, então, não é definidor de seu gênero.

Ser mulher e ter um pênis, para Joana, não é um fator que a caracterize como anormal ou menos feminina, como conta: *“meu pênis é um elemento que não faz diferença, entende? [...] para mim é um negócio que tem, uma peruquinha ali, uma pinta, um sinal, uma marca do corpo que está aqui”*.

Hoje em dia, o que lhe angustia é compreender que a construção da sua travestilidade aconteceu em tempos de discussões restritas sobre o assunto em uma sociedade com concepções de diversidades limitadas. Por nascer em uma época que pouco se falava, discutia e aceitava as diversidades como possibilidades de existência, sua identidade e referência de possibilidades eram restritas, que podem ter interferido de forma direta na sua própria convicção de seus desejos.

No meio social em que se desenvolvera, o que definia ser homossexual ou não, era a posição nas relações sexuais. Ser o homem ativo durante o sexo, aquele que penetra, não o configurava como homossexual. Mas ser o homem passivo, aquele que era penetrado, era o demarcador da homossexualidade. Por isso, o irmão de Joana era tratado como homem e Joana um “qualira”¹⁸.

Hoje, ao observar o desenvolvimento social de compreensão e aceitabilidade das diversidades, Joana questiona seus próprios desejos: *“eu não peguei essa época desses conceitos, né? Então eu me construí assim, porque naquela minha época era assim: se não é cis e hetero, você é qualira. E se você é qualira, não tem outra opção, você tem que dar [...] eu me construí com a única possibilidade”*.

Saber que se construiu com a única possibilidade é reconhecer que entre seus desejos e satisfações podem ser restritos para aquilo que o meio social lhe transformou. Enquanto vivia em São Luís, lhe parecia ser impossível ser a mulher que se sentia, mesmo sabendo da existência de travestis na sociedade.

Embora a construção social do entendimento do que é a travestilidade não fosse indistinta da homossexualidade, Joana não conseguiu compreender sua identidade de gênero anteriormente ao contato com outras travestis do Estado do Pará. Lá, a relação e percepção da travestilidade era diferente do meio que foi criada, lhe dando a possibilidade de se afirmar conforme se identificava, compreendia e sentia.

Retornar à cidade natal na condição de mulher travesti, denominando-se de Joana, serviu como abertura de novos conflitos sociais e familiares. Para ela, seguir os conceitos sociais que diferenciavam o homem de um “qualira” é confortável e cômodo por soar

¹⁸ Expressão regional de São Luís; sinônimo de homossexual, gay.

como regra social, enquanto, no seu caso, ao se apresentar como mulher e exigir a compreensão e respeito por sua identidade de gênero, rompendo o comodismo dos conceitos que não reconhecia sua identidade como distinta da orientação sexual era uma novidade conflitante.

A “*qualidade de travesti*” que Joana relatou, foi contestada por exigir à sociedade o direito de ser vista e tratada como uma mulher e não mais como um “tipo de qualira”. Apesar das contestações, sua existência e relações eram, frequentemente, comparadas com as características biológicas e sociais das mulheres cisgêneras, o que Joana atribuiu como um problema dos “*contextos machistas, onde se tem um perfil de mulher que não deixa a gente ser como a gente é*”. Contexto este que inibe a diversidade e converte a transgeneridade em invisíveis.

Associo esta afirmação à discussão de que a travestilidade estar além de uma identidade de gênero, por também ser um ato político. Reconheço que todas as identidades são atos políticos, por haver um posicionamento exposto à sociedade, mas é preciso destacar a singularidade das identidades trans, uma vez que têm em suas existências uma noção de rompimento com a “normalidade”.

Carvalho (2018), ao falar sobre o ato político das identidades trans, destaca uma distinção social em assumir-se travesti, por serem tratadas como uma perversão moral da sociedade, diferente da transexualidade que conseguem um esconderijo nas categorias médicas/psiquiátrica. A visão patologizada de uma identidade de gênero não lhe proporciona uma liberdade e respeito à condição, mas deixa de ser vista como uma perversão moral e afronta à sociedade.

Assumir a identidade travesti, diante destas condições sociais, é tratado como uma escolha pessoal de desvio moral, associando-se à marginalidade. Diferente de uma identidade de gênero que é acolhida como uma doença, onde assumir-se transexual se encaixa em um desvio mental, que se associa à ideia de uma fragilidade do indivíduo, um carente de intervenções medicamentosas por uma condição que não é escolhida (CARVALHO, 2018).

Ambas as visões são errôneas, mas com distinções reais diante os tratos contemporâneos da sociedade (e da própria ciência médica) que resiste em reconhecer as identidades trans como uma condição de existência não patológica, como uma identidade não perigosa à hipócrita moral da sociedade. Ser travesti, assumir-se como tal, reivindicar direitos igualitários, exigir um reconhecimento de sua identidade como não conflituosa, ou carente de intervenções medicamentosas e cirúrgicas me é entendido como um ato

político de resistência à invisibilidade da travestilidade, expressada por Joana como um impedimento de ser quem é.

Dizer ser travestis, lutando pelo desligamento dos preconceitos e visões pejorativas, demonstrando não ser uma condição imoral e perversa, além de também se opor às termologias médicas psiquiátrica, expressa uma resistência política de oposição ao que lhes puseram na condição de marginalidade. A travestilidade tem, só pelo fato de existir, mais ainda quando exigem o respeito à sua identidade, o sinônimo de luta pela garantia de direitos igualitários; reconhecendo suas diferenças, mas se opondo às desigualdades.

Entre suas lutas para a garantia de direitos, por exemplo, só no fim da primeira década do século XXI, Joana conseguiu judicialmente o direito de mudar o nome em seus documentos pessoais, garantindo o reconhecimento de seu gênero como uma identidade, não como fator determinado pelo sexo biológico. Mas ser pioneira rendeu-lhe sofrimento através dos comentários, piadas e chacotas no dia a dia, o medo de usar banheiros públicos e a rejeição dos homens com quem se relacionava. Para os homens, tratá-la como mulher só seria possível se esta tivesse comportamentos e aparência semelhante às mulheres cisgêneras, uma vez que não mais era apenas um qualira.

A melhor aceitabilidade de pessoas trans está, como exposto, vinculado ao conceito do que chamamos de cisheteronormatividade, uma vez que o respeito, o desejo e a possibilidade de assumir um relacionamento está vinculado à imagem corporal da pessoa. Judith Butler (2001) chega a afirmar que o sexo biológico, diante da concepção cisheteronormativa, não é uma característica de um corpo, algo que todos possuem, mas sim uma das normas pela qual o indivíduo se apresenta como possível, ou não, de viver sob domínio de uma inteligibilidade cultural.

Esta padronização das estruturas dos corpos feminino/masculino que tem como referência os corpos e as expressividades de pessoas cisgêneras e heterossexuais demonstra a intensidade da operacionalização de uma taxionomia de pessoas aceitáveis ou não para a sociedade, servir de companhia, amizade, ou manter relacionamentos amorosos, organizados em hierarquia, daquilo que é “belo” (mulher, com vagina, branca, monogâmica, sem deficiência, por exemplo) àquilo que é “repugnante” (travesti, negra, prostituta e periférica, por exemplo). A cisheterossexualidade regulamenta os corpos, o sexo e as relações sociais (OLIVEIRA, 2015).

Para os homens, como relata Joana, um relacionamento com uma travesti só era viável se esta se adequasse aos seus gostos pessoais, além de ter a visão de que as travestis

são homens que vivem como mulheres e buscam serem aceitas como tal. Pensar isso é dar a liberdade para acreditarem que ser aceita é ter um homem cisgênero, não “qualira”, que lhe deseja, o que Joana conta como um comportamento frequente.

Outro aspecto, diz sobre o interesse destes homens em se relacionarem com travestis, que muitas vezes são por interesses financeiros e não afetivos-sexuais, sustentando o entendimento de que as travestis devem sustentá-los e pagar suas despesas para em troca tê-los em seus braços, logo, a aceitação de ser tratada como mulher. Como consequência disso, Joana afirma não possuir sorte nas relações amorosas e por essa razão vive sozinha e sem um companheiro, mas permanece firme na convicção de que *“quem quiser estar comigo, tem que ser do jeito com me identifico e gosto”*.

Ao pensar sobre os dias atuais, tem-se a certeza de que muitas coisas já melhoraram em todos os sentidos, mas muito se preocupa com os caminhos que a sociedade vem traçando para o futuro, com o retorno do conservadorismo, de visões ditatoriais contrárias às diversidades e ataques frequentes às liberdades pessoais, sobretudo, em relação às poucas conquistas alcançadas pela população LGBTI. Joana considera os dias atuais mais livres dos preconceitos e discriminações que já enfrentou em outros momentos, mas afirma que ainda existem, significativamente, de forma velada em nossa sociedade, o que julga como um comportamento mais doloroso por ser silencioso. Por esse motivo, traça o empoderamento das pessoas trans, a consciência dos problemas e a conquista de um valor próprio como alternativa de combate ao preconceito.

Hoje, décadas depois do falecimento de seus pais, conflitos familiares e distanciamentos entre os irmãos, Joana conta se sentir solitária, sozinha e que isso é algo que lhe incomoda: *“Eu tenho muita vontade de ser adotada novamente, te juro”*. A carência familiar, por diversas vezes, foi um assunto central em nossas conversas, assim como a dificuldade de ter seu espaço na sociedade, o que entendo como o ato de existir em sociedade:

“Mas tudo na minha vida nada foi fácil, foi sempre de ter que conquistar para ter meu espaço. E até hoje é assim, até hoje eu tenho que conquistar um espaço. Até hoje, todo dia, toda hora, todo momento a gente tem que lutar pelo nosso espaço. Todo dia, se não a gente num é, num tá lá. Mas essa é a realidade que vivemos. Minha luta é contínua, num para não”.

Por usar de suas percepções e experiências para nortear as discussões teóricas, retomei o contato com Joana para que pudéssemos discutir sobre as análises feitas, como proposto metodologicamente nesta dissertação. Joana não se opôs às considerações feitas,

mas complementou sobre ter a identidade de gênero como uma construção particular e contínua:

[...] Ser uma mulher trans¹⁹ é, acima de tudo, uma construção. A cada dia a gente constrói esse jeito de ser. [...] Isso tá além dos aspectos biológicos. Não é porque eu não tenho um órgão genital feminino que não sou mulher, é como eu me considero mulher, meu espírito é mulher, meu eu é ser mulher. [...] Eu digo para todo mundo que ser trans é uma construção, porque a gente constrói e também desconstrói o que colocam sobre o nosso gênero. Muitos me perguntam se é um outro gênero, que só tem o feminino e o masculino e agora querem mais um gênero, mas não, não é outro gênero, é o mesmo gênero feminino, só que de outra forma, uma variedade. [...] Eu me olho no espelho e vejo a Joana, vejo meu eu, esta mulher nessa forma, nesse corpo [...] ser travesti, para mim, é um mundo tão diferente, mas tão bonito. Eu me sinto muito feliz ser do jeito que sou. [...] eu não desisto nunca de ser travesti, de ser a Joana. [...] passei por todo o processo, disse que era gay, já fui masculado, não me identificava, percebe de onde vem a construção? Hoje eu me sinto totalmente a mulher que construí, segura. E não tem ideologia, nem corrente religiosa que vai mudar, que vai me desviar, que vai me convencer que isso é um pecado com meu corpo, ou que eu estou indo contra a natureza, como muitos falam. Mas que natureza? Essa é a minha natureza.

Ao que se observa, usando o processo construtivo de Joana, é que a travestilidade, assim como qualquer outra identidade, trata-se de uma construção, uma consequência de nossas percepções sobre mundo que nos rodeia, o significado das coisas, o sentido de nossa existência e as formas de expressividades, hora espelhando-se nos que nos admira, outrora usando do que julgamos como maus exemplos para determinar o que não ser. A identidade, portanto, é flúida, move-se de acordo com nossas experiências e é contrária às tentativas de fixação e enquadramento.

Ao analisar seu discurso, queixou-se de não ter conseguido unir sua família, ficar próxima e ter aproveitado mais, mas atribui esse sentimento à solidão que sente atualmente. Para Joana, quando pensou a relação da sociedade diante travestis, disse que pediria uma única coisa: “*que nos deem direito de usar dos direitos humanos*”. Para ela, as travestis não carecem de uma aceitação sobre sua identidade, apenas do respeito por também serem seres humanos e de terem acesso aos direitos básicos de qualquer cidadão: direito à educação, saúde e segurança.

¹⁹ Todas as participantes possuíram envolvimento direto ou indireto com movimentos sociais, o que as põe em condição de conhecimento a certa do uso dos termos e nomenclaturas. Quando, em suas falas, se apresentam como "pessoas trans", fazem referência à transexualidade, que engloba a travestilidade e transexualidade.

Após os três encontros realizados com Joana, dado por satisfeito à coleta de dados, fiz o pedido para que indicasse outras mulheres travestis para participarem da pesquisa. Joana fez a indicação de algumas em que já havia entrado em contato, mas não manifestaram interesse, disponibilidade ou tinham se comprometido de participarem e não mais responderam minhas mensagens. Uma delas, inclusive, alegou que só participaria se fosse remunerado. Então, tive que romper com a proposta metodológica de usar a técnica “bola de neve”, devido a ineficiência da técnica para a situação do momento.

Retornei o contato com a colaboradora inicial e pedi para que tentasse encontrar outras sugestões de participantes. Aparece, então, a Geni²⁰ que prontamente se disponibilizou e manifestou interesse na participação, exigindo apenas que as entrevistas fossem realizadas em um parque público da cidade que estava morando, há 27 quilômetros de São Luís, e que pudesse levar com ela uma outra amiga. Quando questionada a razão disso, alegou dois motivos: por não precisar sair da cidade e por ter receio de encontros com pessoas estranhas e em lugares desconhecidos.

Não é de se estranhar o receio de encontrar pessoas desconhecidas, principalmente com o crescimento da violência na sociedade brasileira. Mas, para pessoas transgêneras há outra particularidade ainda mais lamentável, a possibilidade de terem suas vidas ceifadas em razão do preconceito e fobia à sua existência.

Jesus (2015) atribui à violência, agressões físicas e morais, às discriminações no meio familiar e escolar, aos desrezos das relações sociais e trabalhistas como uma conjuntura de fatores transfóbicos que contribuem para que as pessoas trans sintam-se desconexas na sociedade e temerosas ao contato com seus membros.

Essas violências, devido sua frequência, acabam sendo naturalizadas pela sociedade, acompanhada de uma significação do que é ser travesti a partir das generalizações dos conceitos preconceituosos. A naturalização da violência se confirma por meio da linha crescente dos registros de violência e a não comoção política-social em combater a violência transfóbica, associando sua condição de existência à violência como um processo natural, a violência como uma consequência da "escolha" identitária (SILVA et al., 2016).

²⁰ Nome fictício em referência à personagem da música “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque, uma mulher que desde pequena satisfaz sexualmente todas as pessoas da cidade, mas em troca recebe pedras, bostas, vista como quem foi feita para apanhar e ser cuspidas – retratando o desrezos social por quem consegue ser o que deseja, livre do lhe limita socialmente.

A escolha de um espaço público e a companhia de uma amiga, exemplifica o exercício da cautela com os encontros a pessoas desconhecidas que, potencialmente, podem vir a ser seus agressores. Embora Geni, cotidianamente, devido sua profissão, tenha que lidar com pessoas desconhecidas e arriscar sua vida em busca de sobrevivência, as marcas psíquicas dos encontros com as violências passam a ser preocupações primárias ao ter que sair em encontro de desconhecidos.

A amiga de Geni, a Ananda²¹, apareceu como surpresa, por também ser travesti e ter todos os requisitos para poder participar da pesquisa – completando a quantidade mínima necessária para o desenvolvimento da pesquisa.

Os dados coletados das experiências de vida de Geni e Ananda foram feitos juntos, em uma única entrevista, durante toda a manhã de um mesmo dia. No início, a condição não me agradava por receio das entrevistas coletivas serem influenciadas e romper com o caráter da imparcialidade de cada participante, mas com o andamento da conversa, a entrevista fazia mais sentido se realizada juntas, pois a construção da travestilidade de Ananda é extremamente ligada à existência e experiência de Geni.

Geni tem 33 anos de idade, é negra, se sustenta com a prostituição e diz ser “*só de Jesus*”, sem seguir nenhuma doutrina religiosa. Sua mãe, ao engravidar, já tinha 40 anos de idade e não espera ter outro filho, mas criou Geni sem nenhuma diferença ou desgosto. A educou lhe compreendendo como garoto, ensinando-lhe as posturas e expressões da masculinidade, porém, desde muito cedo Geni percebia que não era o que desejavam que ela fosse, o que gerou no meio familiar reações de agressividade e tentativa de reversão para torná-la o homem que desejavam.

A dificuldade da família em aceitar a travestilidade de seus filhos é recorrente nos relatos biográficos de pessoas trans. Inclusive, se faz presente na história de todas as participantes desta pesquisa, o que cabe, aqui, fazer uma menção à essa problemática. Bentre (2008), em relação a esse assunto, acredita que a problemática é resultado de diversos conflitos, sejam eles motivados pela transfobia, gerada pela cisheteronormatividade; ou uma resposta à decepção e frustração que passam a ter após perceberem a sua falha na projeção da vida dos filhos.

Desde muito cedo, antes mesmo do nascimento de uma criança, estabelecemos nossas relações partindo de uma ótima cisheteronormativa, imaginando os filhos como indivíduos cisgêneros e heterossexuais. Apresentamos nossas crianças para um mundo

²¹ Nome fictício que faz menção ao discípulo de Buda, aquele que muito aprendeu com seu guia e intercedeu pelas mulheres. Conta-se que Ananda tenha, em outros momentos, escolhido vir como mulher.

binário, onde todas as coisas já estão pensadas e planejadas para suas vidas, divididas entre o "mundo azul dos garotos" e o "mundo rosa das garotas". Quando estas crianças crescem, começam a tomar ciência de sua existência e passa a questionar tais planejamentos e reivindicar suas identidades e preferências, acreditamos ser um rompimento com nossos sonhos, uma afronta à nossa existência e uma recusa à educação que lhes dávamos (BENTO, 2008; LOURO, 2014).

Jaqueline Gomes de Jesus (2012) compreende a dificuldade das famílias em lidarem com as identidades de gênero não cisheteronormativas como um processo de luto, dado o rompimento das idealizações projetadas na vida de seus filhos e amigos - o que, para a autora, na verdade, deveria ser motivo de alegria, por marcar um renascimento e momento da descoberta de si próprio.

O processo de descoberta é contínuo, gradual e subjetivo. Geni, por exemplo, conta sobre sua inclinação ao que, socialmente, compreendemos pertencer ao outro mundo (o rosa, coisa de menina), porque, desde criança, o que mais lhe chamava a atenção não eram as brincadeiras e lições que recebia por ser menino, mas sim o que ensinavam às suas irmãs mais velhas: cozinhar e varrer a casa. Escondida, brincava com as bonecas da casa e se realizava ao vestir as roupas de suas irmãs. Quando descoberta, apanhava de seu irmão mais velho que se recusava ter um irmão “viado”²².

Conta que com 8 anos de idade estava decidida assumir sua feminilidade, já se entendia como mulher e sabia o que queria. Pode parecer ser uma decisão precoce, mas Geni é feliz ao afirmar que *“a gente que é trans, é o nosso pensamento, é nossa mente, não é o físico”*. Precoce, então, talvez seja nossa decisão antes mesmo do nascimento em definir gêneros através do sexo biológico, sem conhecer o sentimento e a percepção do indivíduo antes de demarcar suas fronteiras nas expressividades de gênero.

Jaqueline Gomes de Jesus (2013) evidencia que há um significativo número de pessoas transgêneras que relatam, assim como Geni, terem memórias da infância em que tiveram vivenciado gêneros distintos do que lhe foi determinado, mas, em suma maioria, associadas aos preconceitos e negações da identidade, ou mesmo da expressão de gênero. O que faz Natasha Kennedy e Mark Hellen (2010) acreditarem em uma espécie de silenciamento social (inclu também o acadêmico) sobre a real possibilidade da existência de criança transgêneras, em decorrência dos tabus e enraizamento coletivo da discriminação transfóbica. Afinal, se tratamos com receios, preconceitos e tabu a

²² Sinônimo de homossexual, em referência ao animal veado, tido como um bicho delicado e de pouca masculinidade na floresta.

transgeneridade de pessoas adultas e independentes, mais difícil ainda é discutir e buscar uma compreensão de que a transgeneridade é uma condição natural dos indivíduos, inclusive, manifestada ainda durante a infância.

É preciso compreender que crianças trans existem e que o acúmulo desses preconceitos, das invisibilidades dessa condição, a estigmatização, a aversão promovida contra essas pessoas, o medo de alguém próximo ser transgênero e as repressões familiares/sociais/religiosas que apresentamos às crianças desde a infância, são capazes de afetar diretamente na construção de suas subjetividades, na formação de indivíduos sociais e na motivação pela continuidade da existência (NATASHA KENNEDY, 2010).

Poucas produções acadêmicas, até mesmo as que discutem em favor da despatologização das identidades trans, falam da transgeneridade ainda durante a infância, o que abre um leque de possibilidades para que reforcem a ideia de que as crianças trans tenham sido doutrinadas para se apresentar com tal identidade, ou que se trata de uma aberração divina, vendo a identidade transgênera como um comportamento opcional que compete apenas aos adultos optarem ou não, como se ser travesti ou transexual fosse apenas uma escolha pessoal, não natural, que o indivíduo faz sobre seu corpo.

Para Geni, por desde sua infância ter tido a vivência de uma identidade trans, seu processo identitário não percorreu por longos caminhos até se perceber mulher, como acontece com grande parte das pessoas trans - vide Joana. Geni, desde criança se identificava como mulher, não passando por uma compreensão de sua existência como homem homossexual. Isso lhe custou brigas, agressões e torturas por parte de seus familiares. Seu irmão mais velho, por exemplo, se recusava ter uma irmã como Geni e, por conta disso, lhe batia diariamente, lhe arremessava no limoeiro contra os espinhos, sem muita resistência de outros membros da família que criticavam a atitude, mas não interferiam na reação do irmão.

Sua irmã mais velha era quem lhe dava apoio, quem melhor lhe compreendia e fazia questão de alertar à mãe: *“ela que foi preparando a mamãe, ela que foi dizendo pra mamãe que eu não ia ser homem de verdade”*. Certo dia, Geni apanhou tanto de seu irmão que decidiu sair de casa. Aos 12 anos de idade, fugiu escondida e parou em uma cidade na divisa do Maranhão com o Estado do Piauí, foi acolhida por mulheres que viviam em uma casa de prostituição, onde conheceu algumas travestis e viu nelas a oportunidade de ser quem desde os 8 anos de idade já manifestava interesse dentro de casa.

Aos 13 anos, por necessidade de se sustentar, começou a se prostituir. Aos 14, mudou-se para a capital do Estado de São Paulo, onde teve contato com as drogas que julga ter sido o maior erro de sua vida. Preocupada com a dívida que tinha com a cafetina da casa em que se prostituía, recorreu às ruas para arrecadar mais dinheiro. Um homem a procurou e sugeriu pagar o valor do programa para que Geni fumasse crack com ele, após duas vezes recusar o convite, a terceira tentativa a oferta em dinheiro era próximo do valor que devia, o que lhe motivou aceitar.

O uso da substância passou a ser frequente, vendeu seus pertences até passar a viver em situação de rua em uma das áreas de capital paulista conhecida como “cracolândia”, onde *“lá a gente trabalha só pra droga, me prostituía pra fumar [...] aí eu contrái o vírus HIV, na rua”*.

Anterior a isso, aos 15 anos de idade, deu início ao processo de transformação corporal. Por conta das dificuldades, sobretudo em relação à idade e condição financeira, não fez uso de hormônios, modulando seu corpo com a aplicação de silicone industrial.

Geni, diferentemente de Joana, possuía um desconforto corporal, por se enxergar como pertencente a um corpo masculino, recorrendo aos procedimentos de introdução de silicone para alcançar uma satisfação e bem-estar estético.

“eu não era feliz, quando me olhava no espelho eu me odiava, nunca gostei do meu corpo, nunca gostei de nada meu, nem do meu rosto, nem de nada, nunca gostei [...] não me aceitava, não me aceitava. Nossa, minhas amigas me achavam bonita, diziam que eu era bonita de corpo, mas eu não aceitava meu corpo, não aceitava meu tórax, não aceitava, nem me olhava no espelho sem blusa”.

A relação com o corpo não só é capaz de levantar uma angústia pessoal como possui relação com a maneira em que as outras pessoas lidam com sua presença, o que provoca em Geni outro desconforto, sobretudo por ter seu corpo como ferramenta de trabalho.

A angústia relatada por Geni expressa as interpretações que Ortega (2008) possui sobre a ideia de corpo como identidade. Se pensar o corpo como uma estrutura material de sociabilidade, podemos entender os motivos Geni buscar alterar a imagem como uma estratégia para além de uma adequação a um corpo cisheteronormativo, mas, também, em corroborar com a alteração do indivíduo, tendo seu corpo como parceiro da sua mudança identitária.

Para Ortega (2008), o corpo, ao sofrer modificações que almejam um enquadramento ao que se é apresentado como ideal, ou à moda, não só representa uma

incorporação ao projeto de consumo da sociedade capitalista, como almeja uma conquista autêntica para um pertencimento social. Alterar sua imagem, por exemplo, concomitantemente à apresentação identitária contrária ao que se apresentava anteriormente, serve como uma alternativa para conseguir a aceitabilidade desejada, ligando sua aparência à regra cultural dos corpos.

Aqui, observamos a pluralidade de possibilidades que possam justificar a necessidade de uma modificação dos corpos de pessoas trans: o enraizamento de uma imagem corporal cisheteronormativa como ideal; o incômodo fenótipo do sentido de não pertencimento àquele corpo; ou uma necessidade de pertencimento social, tendo o corpo como passaporte para alcançar a aceitabilidade de sua identidade de gênero.

No caso de mulheres travestis, como Geni, que usam o corpo como ferramenta de trabalho, além das modificações corporais que almejam uma semelhança aos corpos cisgêneros para terem melhor aceitabilidade, inclui a necessidade do enquadramento do corpo como um produto à venda que carece servir a demanda do mercado que o consome. Esta condição de subserviência faz com que, recorrentemente, Geni se queixe da visão que a maioria dos clientes têm de sua imagem, transformando-a em um fetiche por mesclar a feminilidade com a masculinidade, erotizando o corpo feminino com atos sexuais associados à masculinidade.

O fetiche de se relacionar sexualmente com uma mulher de pênis despreza a existência do processo identitário e reforça a idealização do corpo biológico como detentor da definição de gênero, suas expressividades e comportamento. Fazer da mulher travesti um personagem atribuído ao homem sexualmente nas relações heteroafetivas, no caso de Geni, é motivo para desgosto:

“[...] querem fazer a travesti de homem, não é bom. Eu não gosto, a maioria da gente não gosta. [...] isso é muito chato, muito chato mesmo, porque a gente bota silicone, bota peito, faz nariz, fica bonita, aí quando chega no motel o cara vem e quer dar o cu pra gente?”

O pênis, em uma sociedade cisheteronormativa, como evidenciamos em discussões anteriores, é o maior símbolo da masculinidade, tanto é que há uma compreensão das identidades de gênero de acordo com o órgão sexual biológico. Caberia, aqui, discutir sobre o incômodo, para algumas pessoas trans, em usá-lo sexualmente, uma vez que veem no órgão sexual a existência da masculinidade, ou da sua incompleta feminilidade.

É nesse sincretismo do masculino com o feminino, que Barbosa (2013) discute sobre como a travestilidade servir, para muitos, como fetiche. O autor analisa que travestis são interpretadas como indivíduos que se expressam com as características opostas à masculinidade, mas não reivindicam uma identidade feminina, o que torna-se indivíduos de fetiche aos que desejam mesclas os gêneros. Larissa Pelúcio (2005), em seus estudos, consegue melhor detalhar as razões do fetichismo, notando que a procura por travestis vão além de um desejo de satisfação sexual "convencional", buscam um "desestabilização" de sua masculinidade, permitindo-se assumir a posição associada às mulheres de serem penetradas. Aqui, em específico, "ou exótico", penetrados por mulheres de pênis.

Mas, no caso de Geni, embora se incomode com em servir ao outro como um fetiche e não como a mulher que é, diz que seu maior incômodo não parte pelo fato de ser travesti e usar o pênis no ato sexual, mas de ser vista e tratada como objeto à venda e submissa às vontades do cliente, não compreendendo que a prostituição não se trata da compra de um objeto, mas sim da compra de um serviço a qual a pode lhe proporcionar de acordo com sua disposição, ou fruto de uma negociação, combinação.

Não diferente de Joana, o sentido da motivação dos relacionamentos entre homens cisgêneros e mulheres travestis, que acreditam prestar um favor ao lhe assumirem como companheiras, cabendo-lhe sustentar e arcar financeiramente com suas despesas são frequentes nas suas vivências amorosas, pelo menos, em relação aos homens que vivem em São Luís: *“a maioria dos homens daqui, a maioria são isso, a bicha ficou para bancar o bofé”*.

O cenário, no caso de Geni, já foi diferente, como em relação na época que morou no interior do Rio de Janeiro e viveu um casamento que lhe fazia se sentir *“amada de verdade”*, o que hoje lhe é apenas um desejo que parece distante: *“eu queria menos ser assim, um pouquinho amada, com sentimento mesmo verdadeiro”*.

Sua relação com a prostituição ainda é causada por uma necessidade de sobrevivência, apesar de confessar que por um tempo passou a gostar, mas que hoje não consegue enxergar vantagem e satisfação pessoal com a profissão, muito mais ainda por conta das humilhações que sofre na rua, as violências dos clientes e o menosprezo da sociedade.

Deixar a prostituição, hoje em dia, é um sonho cercado por obstáculos. *“Nossa, num é nem um obstáculo, é uma muralha para a gente arrumar um emprego. A gente chega nas lojas, chega em qualquer lugar para fazer uma entrevista, povo já vira a cara”*.

Não há dados oficiais que registram a problemática da não inserção de travestis no mercado de trabalho formal no Brasil, embora as discussões sobre a travestilidade sempre estão acompanhadas deste assunto. Cecília Almeida e Vasconcellos (2018) apontam que cerca de 90% das travestis (e mulheres transexuais) vivem da prostituição como única alternativa de trabalho, o que demonstra outra situação tratada como irrelevância ao governo brasileiro, uma vez que o trabalho formal é, constitucionalmente, tratado como um direito social.

A ausência de dados oficiais, sobretudo partindo de uma preocupação governamental, também demonstra outra situação problemática, visto que a não quantificação prejudica o desenvolvimento de projetos de inclusão e a implantação de políticas públicas que visam reverter tal realidade. Nas discussões, os autores reiteram que a não inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal está diretamente ligado à transfobia, ao perceber que há uma resistência das empresas em contratarem pessoas trans, chegando, até mesmo, em demiti-las quando passam a iniciar seu processo de mudança identitária, corporal e de reivindicação do uso de seu nome social. Muitos dos argumentos sustentados para suas não contratações rodeiam pelos preconceitos em relação à imagem de pessoas trans à frente da empresa; a frequente não formação escolar, associada à visão de incompetência intelectual; o uso de suas linguagens verbais e expressões corporais; e a associação da travestilidade como "tipo de pessoas" violentas, prostitutas e usuárias/vendedoras de drogas (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

O discurso da dificuldade de oportunidade de outras formas de emprego não é distante das falas das participantes, assim como suas relações com a prostituição. Geni, por exemplo, reconhece que a prostituição poderia ser um trabalho digno se feito por livre e espontânea vontade, mas quando é realizado por uma necessidade de sobrevivência é repugnante e desonesto. Em alguns momentos, reclama da maneira em que nossa cultura empurra a prostituição como única alternativa possível às travestis: *“acho que a prostituição me pegou para ser puta pra sempre”*.

Pelúcio (2005) classifica a prostituição como uma profissão, em sua maioria, praticada pelas travestis como destino, não como opção. Para a autora, devido as constantes exclusões sociais que as travestis são submetidas, como o abandono familiar, a expulsão escolar, a rejeição social e a negação de sua identidade, torna-as em desvantagem ao mercado de trabalho formal, restando-lhes a prostituição e a relação com as drogas como único meio viável, financeiramente, de se sustentarem.

A prostituição, para as travestis, possui diversas percepções: para algumas, prostituir-se é uma atividade de desprestígio, que exerce por necessidade e almeja, intensamente, deixar de exercê-la; para outras, um trabalho como qualquer outro, responsável por lhe gerar renda e sociabilidade, não vendo na prostituição um problema; há também quem apenas passa pela prostituição, não a tendo como principal fonte de trabalho, apenas uma mera atividade a ascensão social e facilidade para as conquistas materiais e simbólicas que desejam (PELÚCIO, 2005). Observa-se, com tais relatos, que a relação da prostituição com a condição da travestilidade está, efetivamente, ligada aos fatores sociais, seja pelo desprezo social que damos às travestis, pondo-lhes como prostitutas por verem nas suas existências utilidade apenas sexuais, ou por elas recorrerem à prostituição como única alternativa de conquistarem seus objetivos e terem algum nível de aceitabilidade social, sentindo-se úteis e dignas.

Tirando como exemplo a história de Geni, que desde cedo encontrou na prostituição como único meio de poder se sustentar, mesmo quando tivera a oportunidade de trabalhar em um salão de beleza, com frequência recorria à prostituição como auxílio. Hoje, a exerce com desgosto, e convicta que *“no dia que eu arrumar um emprego eu saio da rua, porque é muita humilhação”*.

Há, como se observa, uma necessidade recorrente de conquistar seus espaços e serem respeitadas neles. Entre as diversas possibilidades de reivindicar por seus espaços e combater os preconceitos, há como buscar o conhecimento de seus direitos para não desistir da briga e ceder aos que usam da sua condição de existência para se beneficiar, como conta Joana. Geni, com a mesma intensão, confessa que usa da violência, da perseguição, do roubo e outros meios não pacíficos para enfrentar a discriminação e as agressões:

“Nossa, tu pensa que nós somos santa? Jura. Nós somos os cão vestidas de mulher, minha filha, e é babado. Tem hora que a gente tá possuída com a demônia que a gente persegue a vida dos clientes, entendeu? [...] A gente quebra carro e dá na cara dele. Mas isso quando tem motivo, quando procuram. É como te falei, a gente nunca leva desaforo para casa [...] tem uns que testam a gente até o limite, aí quando passam do limite, meu amor, pronto, acabou tudo. Num queira ver a bicha louca”.

As respostas impulsionadas, como relatam, são por consequência da maneira em que são tratadas, assim como da forma em que são educadas. Joana, por ter proximidade da educação formal, vivenciado o meio escolar e universitário, usa de sua experiência de manusear os saberes técnicos-jurídicos para confrontar a problemática, enquanto Geni,

que teve sua vivência educacional de maneira informal, através das experiências e ensinamentos de amigas nas ruas, usa dos mesmos tratos que recebe para responder às provocações. Ambas fazem questão de ensinar que a maior lição da vida é não se privar da felicidade por causa do preconceito de outras pessoas, não ser o motivo de chacota, do desprezo para ninguém.

Outro aspecto importante na história de vida de Geni, no que diz respeito a sua construção enquanto travesti, remete ao reencontro com a mãe. Depois de sete anos, desde sua saída de casa, começou a se aproximar através de ligações que, tempos depois, com a mãe em delicado estado de saúde, recebeu um convite para retornar com a responsabilidade do cuidado à saúde da mãe, em que não conseguiu recusar. Mas antes do retorno, contou sobre seu processo de transformação corporal e identidade de gênero, seus sentimentos e exigiu que todos lhe respeitassem.

“Não importa, eu te amo de qualquer jeito, vem pra casa” – respondeu a mãe de Geni. Porém, seu maior receio em retornar nunca foi sua mãe, mas sim o encontro com seu irmão mais velho que nunca deixou de morar na casa da mãe.

Ao lhe ver, o irmão caiu em lágrimas, mas Geni conta ter percebido que suas lágrimas não eram de saudade, muito menos de arrependimento, eram lágrimas de quem estava decepcionado com o que seu irmão mais novo tinha se tornado.

Em casa, Geni acredita já ter conseguido quebrar muitos tabus sobre sua travestilidade, principalmente com suas irmãs, sobrinhos, tios e cunhados, mas que ainda enfrenta a resistência do irmão mais velho em lhe respeitar como mulher, embora as violências físicas e verbais não mais aconteçam.

Ao contrário de Joana, que chama tais comportamentos de desrespeito como uma violência velada, Geni trata a atitude como uma natural dificuldade familiar de aceitar o novo, aceitando que seu irmão ainda lhe trate pelo nome masculino e se recuse a pronunciar nomes que faça referência a sua feminilidade.

Apesar de todas as situações de violência, preconceito, discriminação e dificuldades amorosas, julga sua condição de vida como maravilhosa, ao comparar com todas as experiências vividas e dificuldades que enfrentou. Ao falar de felicidade, aproveitou para me ensinar o que sempre ensina à Ananda, que trata como filha: *“a gente tem que ser feliz, a gente não pode perder nossa felicidade por causa de ninguém não, nem por causa de família”*.

Assim como feito com Joana, seguindo a proposta metodológica, após fazer uma análise do discurso de Geni, voltamos a conversar sobre sua experiência, agora, em

diálogo com os referenciais teóricos. Geni, da mesma forma, apenas complementou, reforçando o quanto o processo identitário é diverso, que mesmo travestis como ela, que desde muito cedo têm consciência de sua identidade está em constante construção. Entristece diante as desigualdades postas às pessoas trans, às dificuldades de trabalho e o sofrimento de ter a prostituição por obrigação.

Em relação à sua dedicação com a mudança corporal, compreende, como posto nas discussões teóricas, uma forma de minimizar os sofrimentos e ter sua existência mais acolhida e aceita à sociedade, mas também atribui à necessidade do mercado, por ter seu corpo como ferramenta de trabalho. E é, justamente sobre o trabalho, que assume um desejo de mudar seu passado: *“se eu pudesse voltar atrás, eu mudava o lado da minha vida profissional. Eu não queria ser prostituta, queria estudar e ter uma profissão”*.

Ananda, atenciosamente, ouviu toda nossa conversa e poucas vezes interferia, alguma delas apenas para concordar ou reforçar o que sua “madrinha”, a Geni, falava. Foi Ananda a primeira a chegar no local em havia combinado com Geni. Embora sabia que Geni levaria uma outra pessoa, não sabia de sua fisionomia, nome ou como estaria vestida para que pudéssemos nos identificar.

Enquanto as esperava, no parque da cidade, um grupo de guardas municipais chegaram e se aproximaram de mim, puxando conversa sobre cansaço, a beleza do parque, a tranquilidade do local e sobre as pessoas que costumavam frequentar.

Durante nossa conversa, Ananda entrou no parque e sua chegada foi notada por um dos guardas que rapidamente comentou que se tratava de um homem, fazendo elogios por sua beleza se assemelhar às mulheres cisgêneras e que, para ele, as travestis deveriam ser assim e não com traços semelhantes ao que julga ser de homens. O comentário foi motivo de risos e largada para uma série de comentário discriminatórios, carregados de menosprezo e disfarçado de piada entre os demais.

O diálogo não só retratava pensamentos preconceituosos, como dialogava exatamente com o que Joana e Geni falavam a respeito da forma que são tratadas, vistas como quem devem se adequar ao gosto dos homens e buscarem uma estética semelhante às mulheres cisgêneras, tendo suas fisionomias como medição do merecimento do respeito ou não.

Preferi não ir de encontro à Ananda e prolongar a conversa com os guardas. Eu reforçava, intencionalmente, o que me diziam, concordando com os discursos e criando uma imagem de quem estava interessado de ir ao encontro dela por interesse sexual, que foi o suficiente para que todos confessassem que em algum momento, enquanto jovens

ou recentemente, já tiveram relacionamentos com outros homens, com travestis ou que sentem/sentiam vontade de “*experimental*”. Entre eles, chegaram a trocar informações sobre os pontos de prostituição das travestis que julgavam como bonitas e a falar sobre valores dos programas.

Movimenter-me e disse que ia conversar com ela, sem detalhar que era um encontro combinado e com objetivo de coletar dados para uma pesquisa, mas antes de me distanciar, um deles me alertou: “*só toma cuidado para que ninguém descubra, se não pega feio*”. Automaticamente, olhei para suas mãos e notei que entre os 4 guardas municipais, apenas um não tinha uma aliança na mão esquerda²³.

Tanto as participantes desta pesquisa, quanto o que é relatado em outros estudos, como o de Pelúcio (2005), falam sobre uma grande diversidade no perfil da clientela de pessoas que buscam pelos programas sexuais das travestis. As razões variam: desde a procura por satisfazerem-se sexualmente, independente, do gênero, órgão sexual ou posição na ora do sexo; àqueles que buscam o sexo com travestis por fetichismo, ou mesmo para realizar outros fetiches que não fazem com suas companheiras.

Acontece, também, como relata Geni e os estudos de Pelúcio (2005), de serem procuradas para serem humilhadas, agredidas, roubadas, para servirem de companhia no uso de drogas, ou ouvintes de desabafos - algumas vezes sendo bem remuneradas para isso, criando vínculos de amizade, ou mesmo virando caso de polícia, constante ameaças de morte e assassinatos. O que as participantes desta pesquisa, que trabalham como prostitutas, assim como os estudos de Pelúcio (2005) evidenciam, é que o maior público que procura os serviços sexuais de travestis são o de homens que mantêm um casamento heteroafetivo.

Existem muitas teorias sobre a razão de homens casados serem os que mais procuram por sexo com travestis, tendo como maior argumentação a de que trata-se de pessoas com a sexualidade não resolvida, que veem nas travestis a possibilidade de se relacionarem com o órgão e posição sexual que desejam, mas que tem o corpo feminino, a imagem de mulher, reduzindo sua culpa ou temor de transar com homens iguais a eles (MARTINS, 2008). Apesar das inúmeras teorias cogitadas por profissionais, travestis e pelo senso comum, as razões destes comportamentos são incertas e pouco estudados cientificamente.

²³ Objeto que, quando posto no dedo anelar esquerdo, simboliza o casamento para o cristianismo.

Somente quando estava transcrevendo as gravações das conversas que tive naquele dia, um comentário de Geni rapidamente me fez recordar desse fato observado minutos antes de nossa conversa, quando os homens casados me orientava sobre relacionamentos com travestis: *“esses casados eu acho que são aqueles homens que não tiveram coragem de assumir a homossexualidade deles aí casaram para agradar a família [...] acabam indo pra rua e querem fazer a travesti de homem, não é bom. Eu não gosto, a maioria da gente não gosta”*.

Após os conselhos que me foram dados, aproximei-me de Ananda e conversamos sobre a pesquisa, os objetivos, critérios para participar e como funcionaria. Ao notar que Ananda também tinha todos os requisitos, a convidei para fazer parte da pesquisa. Geni logo chegou ao local e pediu para que fôssemos para o outro lado do parque, um local mais distante de onde estávamos e das vistas dos guardas que nos observavam.

Ananda é uma jovem de 20 anos de idade, negra²⁴, sem religião e que também vive da prostituição, mas, ao contrário de Geni, tem a prostituição por escolha própria. Seu pai, ao descobrir a gravidez, passou a afirmar que o filho não era seu, enquanto sua mãe só passou a lhe rejeitar após o nascimento, mas lhe registrou como filho, junto com padrasto e entregou às mãos da avó materna. História que nunca foi segredo e nem motivo de conflito. Cresceu tendo como referência a avó materna como mãe e o marido de sua avó, padrasto de sua mãe, como pai.

Durante toda sua infância, possuiu uma educação caseira, com poucos contatos com o mundo fora de casa, poucos amigos e tendo como referência uma educação cristã- evangélica e uma compreensão da masculinidade, apesar de que desde muito cedo seus pais desconfiavam que poderia ser homossexual, por lhe achar um garoto bastante afeminado, interessado em conteúdos televisivos destinado ao público feminino e mais facilidade de aproximação com as meninas do que com os meninos.

Entrando na adolescência, passou a ser incentivado pela mãe a frequentar a igreja, local em que costumava apresenta-lo às meninas, vivenciando namoros arranjados, mas todas recebiam a mesma ordem: *“olha, mulher, tu nem toque em mim”*. Quando

²⁴ Embora não haja registro que quantifica a população travestis no Brasil, muito menos ainda relacionando a identidade de gênero com as identidades étnico-raciais, observa-se em estudos, a exemplo deste, que as travestis, majoritariamente, identificam-se como negras. O que há registrado, quantitativamente, é que 82% das pessoas transgêneras assassinadas no Brasil em 2019 eram negras (ANTRA, 2020). Os registros não são oficiais, idealizados pelo governo, e não consegue ter controle sobre as subnotificações de violência contra LGBTI, que estima-se ser alta. A presente dissertação não objetiva-se em discutir a relação étnico-racial, mas reconhece a importância e carência de mais estudos que visam problematizar esta interseccionalidade.

questionado sobre o motivo de ser diferente dos outros meninos por rejeitar as meninas, respondia: *“tenho um jeito especial”*.

A família conviveu com a dúvida da sua homossexualidade por muitos anos, sem provocar alguma confirmação ou reprimir seus comportamentos, enquanto Ananda convivia com a angústia de não se compreender, não saber o que era, quem era e do que gostava. Aos 16 anos de idade arrumou o primeiro emprego como garçom de um restaurante, onde começou a observar que a postura que exigiam que ela tivesse fosse coerente com um comportamento ideal para um homem, o que lhe trazia desconforto: *“tem que manter aquele porte de homem, sendo que eu não me sentia bem, porque não era aquilo que eu era - tava me enganando e enganando os outros. Aí foi que eu optei a sair do emprego”*.

“eu tava tentando me encontrar, entendeu? Aí nesse decorrer do tempo, eu não sabia bem o quê que eu queria ser, porque eu me mostrava pra sociedade de um jeito, sendo que dentro de mim era outra coisa. Aí foi que eu comecei a ter um momento depressivo”.

Nesse contratempo de incompreensões e angústia por não conseguir se compreender, passou a se apresentar como homossexual para todos, o que não causou rejeição familiar, apesar de não se sentirem bem com a história. Novamente, o processo da construção da travestilidade se passa por uma concepção da homossexualidade como outro gênero.

Cardoso (2005) chega a afirmar que a ideia de um "travestismo" diz sobre uma excitação de fetiche que o homossexual sente em viver e se passar como alguém do gênero oposto. Embora essa afirmação não dialogue com as concepções e entendimentos de gênero na contemporaneidade, ainda é, massivamente, tomada como verdade para a sociedade que ainda não consegue distinguir identidade de gênero de orientação sexual. Por esse motivo, tão comumente, o processo de construção identitário da travestilidade se confunde como um aspecto da homossexualidade, uma espécie irreal de característica própria de alguns homossexuais em terem prazer ao se apresentarem como mulher.

Após ter sua identidade homoafetiva assumida, passou a ser tratada com indiferença entre seus colegas na escola, no bairro e por onde quer que passasse, tendo sua presença como motivo de piada, risadas e deboches por conta do seu jeito, suas roupas e modo de falar. Nesse momento, então, aparece Geni, que há dias lhe observava pelas ruas quando retornava da escola e se incomodava com a maneira que a sociedade reagia a sua pessoa.

Certo dia, Geni lhe abordou e as duas contam sobre esse encontro com um sentimento de renascimento, empatia e salvação:

“Um choque de realidade o que eu falei para ela: ‘Mulher tu vai ficar nessa vida só levando tapa?’. É um homem com um topzinho, um shortzinho jeans curtinho, aquela palhaçada toda. Falei: ‘Mulher, tu é trans, tu é gay, tu é o quê?’. Ela não soube me responder, foi aí que eu vi que ela não sabia onde ela tava, sem rumo. Falei: ‘Amiga, tu vai pra tua casa, bota um espelho na tua frente e fica se olhando, quando você se encontrar, aí tu entra em contato comigo’.”²⁵

Não demorou muito para que Ananda procurasse Geni. Nem mesmo se assumindo como homossexual conseguiu ter a tranquilidade que lhe angustiava desde cedo, só depois que percebeu que, na verdade, se tratava de uma questão de identidade de gênero, não de sexualidade. *“Na verdade, eu não sabia que eu tinha essa mulher dentro de mim”*, conta Ananda sobre seu processo identitário. Geni, por outro lado, não sabia que Ananda também lhe observava, inclusive, enquanto prostituta, o que lhe causa admiração.

Com a aproximação das duas, Geni passou a tratá-la e chamá-la de filha, orientando sobre a vida, dando dicas de como se comportar, agir e deixar de ser o motivo da diversão das pessoas na rua, por saber que a vida se torna ainda mais difícil para o LGBTI que é tratado socialmente como indivíduo ridicularizado, a *“chacota”* da cidade – como por elas relatado.

Nessa mesma época, Ananda deu início ao uso de hormônios femininos e passou a se apresentar como mulher, o que para a família, teve uma reação de espanto, apesar de contar que sua avó tenha aceitado tranquilamente e seu avô tratar a situação com irrelevância, mesmo não gostando da ideia.

Outro ponto importante de ser retomado, a partir desse relato, é sobre a diferença das reações da sociedade, de modo geral, ao lidar com pessoas assumidamente homossexuais e transgêneras. Embora para esta sociedade, como afirma Louro (2014), possua dificuldade em distinguir a identidade de gênero da orientação sexual, pondo a transgeneridade como o ápice de uma homossexualidade, há reações distintas em lidarem com pessoas que se apresentam com homossexuais e com as que reivindicam uma identidade trans.

Para a lógica de um sociedade cisheteronormativa, como aponta Bento (2008), as pessoas de divergem do padrão não são consideradas indivíduos normais, mas, quanto mais próximo do que é idealizado como normal, menos rejeição possuem. Por isso, ser

²⁵ Fala de Geni narrando sua abordagem à Ananda.

homem homossexual "não afeminado" é mais aceito do que ser um homem que possui expressões de gênero reconhecidos como femininos, pior ainda quando contestam seu gênero, reivindicam outro tratamento, nome e percepção de si.

Dessa forma, parece ser mais tolerável conviver com pessoas que distorcem da regra de normalidade cisheteronormativa, mas permanecem vestindo-se como homens, se apresentando com o nome ganhado ao nascer e não problematizando sua identidade. Diferente de quando contesta a educação e tratamento recebido, mudando seu corpo, nome e identidade, sendo vista como um confronto à sociedade e sua moralidade.

Após assumir-se à família, Ananda conta ter melhor se dedicado ao que sua "madrinha", Geni, passou a lhe ensinar. Ainda durante o último ano do ensino médio, decidiu trabalhar com a prostituição, mesmo com o desincentivo e discordância de Geni. Com a decisão tomada, a escola posta como interesse secundário e em processo de transição corporal, passou a acompanhar Geni nos pontos de prostituição. Sua escolha também foi compartilhada com os pais depois de um tempo escondendo o fato, mas da mesma forma que reagiram com a sua travestilidade, lidam com a prostituição.

Ananda, com pouco tempo de experiência já vivenciou momentos de violência e continua sofrendo as discriminações e "chacotas" por ser travesti. Comunga da mesma lamentação que Joana e Geni expressaram sobre relacionamentos amorosos, que compreende como atitude atrasada dos homens:

"A vida amorosa da gente é daquele jeito. Me apaixono muito rápido, só que a gente tá aprendendo, né? Amor a gente vai aprendendo com o tempo, levando tapa na cara e depois aprende. É assim, todo mundo é assim [...] vamos dizer que o povo daqui é atrasado, muito atrasado em questão da sexualidade".

Assim como as outras, apesar não ter interesse em deixar a prostituição por agora, reconhece que as oportunidades e igualdade social não são tidas de maneiras semelhantes, se comparada com pessoas cisgêneras. Mas, diferente das demais, seu processo identitário sofreu menos interferência do meio familiar e obstáculo para se encontrar e se assumir de acordo com sua identidade.

Embora não tenha o incentivo da família, também não sofre com rejeição e desprezo dentro de casa por conta de sua identidade e profissão, o que lhe põe em vantagem aos históricos vivenciados pela maioria das travestis, tendo a possibilidade de traçar os percursos de sua vida de acordado com suas próprias escolhas, não necessariamente como única possibilidade para sustentar sua existência.

A ajuda de Geni, que já se compreendia como travesti, contribuiu, certamente, para uma melhor compreensão e direcionamento do caminho que deve percorrer para enfrentar e amenizar os sofrimentos, preconceitos e as desigualdades. Hoje, a única coisa que pede à sociedade é respeito pela sua existência.

“Eu quero só ser respeitada, não é nem obrigada a me aceitar, mas só me respeita, meu amor. Eu não pedi para nascer com esse pensamento, esse meu jeito. Se é meu jeito, é meu jeito e eu sou assim, se é mulher trans, então pronto, acabou”.

Não diferente, Ananda também não discordou das pontuações feitas sobre sua experiência, mas atribui isso à sua *“inexperiência”* como mulher, compreendendo a identidade de gênero como um processo construtivo e não fixo. Para ela, a discursão feita lhe serviu para mostrar o quanto os estudos é importante, mesmo que para pessoas como ela, às vezes, parece não fazer falta.

O percurso das experiências vivenciadas pelas participantes para a construção de suas travestilidades retrata situações de época e ambientes distintos, mas se assemelha quanto à maneira em que o processo identitário está diretamente ligado aos limites do binarismo de gênero. Dessa forma, onde mesmo quando se busca uma liberdade e conquista para poder expressar sua travestilidade como uma condição de existência própria e não patológica, a imagem de uma mulher cisheteronormativa é considerada como referência para o ideal da feminilidade.

Isso dialoga com Jaqueline Gomes de Jesus (2015), ao discorrer sobre o processo de desenvolvimento infantil, em que as crianças são apresentadas, em forma de imposição pela sociedade e família, à existência de dois únicos universos: o masculino para quem é macho, logo um menino, homem; e o feminino quem é fêmea, uma menina, mulher. Assim, a subjetividade do indivíduo é rompida muito antes de sua própria consciência de existência, quando o fato de possuir um pênis lhe determina como menino, ou por ter uma vagina, mulher. A diversidade é descartada da mesma maneira que desconsideram a importância do autoconhecimento e da individualidade de cada ser humano, como ocorrido com Joana, Geni e Ananda, embora em momentos distintos e de formas diferentes.

A confusão ao mesclarem as questões de gênero e sexualidade, como discutido anteriormente, não só confundem as vivências como interferem diretamente no processo identitário e nas relações sociais. Joana, assim como Ananda, se assumiram como homossexuais por ter, nesta orientação sexual, a conceituação mais próxima com o que

se sentiam, o que retrata o quanto a invisibilidade das possibilidades contribuem expressivamente com o aumento dos conflitos e sofrimentos.

As nossas identidades, sejam de gênero e/ou sexual, não podem ser consideradas como características fixas, por estarem ligadas a um sentido de constante construção. Assim como os pensamentos são mutáveis, de acordo com as vivências, ou os gostos e preferências culinárias, de vestimenta, ou musicalidade transitam com o tempo, os comportamentos, desejos e satisfações sexuais, assim como nossas expressões de gênero, não deixam de ser possuir a capacidade mudar constantemente, descobrir outras formas de prazer, outras maneiras de se expressar.

Da mesma forma, portanto, que Beauvoir (1967) compreendeu que a concepção de mulher não é trazida com o seu nascimento, mas sim com sua relação com a sociedade. Esta percepção pode-se aplicar a todas demais características expressivas do ser humano: não se nasce, então, “viado/qualira”, torna-se um; nem se nasce lésbica, nem travesti, homem, mulher, heterossexuais, ou bixessual, o que nasce são seres humanos que ao serem inseridos em sociedade passam construir suas identidades ininterruptamente. Muitas vezes, em razão de tais incompreensões, a construção da travestilidade, como as vivenciadas pelas participantes, é marcada por frequentes violências, algumas simbólicas, doméstica, verbal e física o que, certamente, repercutem em seus processos de subjetivação.

Os abusos sexuais sofridos por Joana e Geni, repercutiram de formas diferentes em suas vidas, mas evidenciam uma problemática social que carece ser melhor discutida e enfrentada na sociedade contemporânea. Margaret Lira et al. (2017) ressalta que os abusos sexuais sofridos, sobretudo durante a infância, são marcadores definitivos na vida das vítimas, podendo carregar dificuldades de relacionamento e prazer sexual, por exemplo, para a fase adulta.

O caso de Joana dialoga com um dos maiores índices, a violência sexual promovida por familiares dentro de seus próprios lares, neste caso, pelo irmão mais velho, que serviu como início à vida sexual precoce. O estado de vulnerabilidade e a visão machista de que homens "afeminados", por exemplo, são menos homens que os demais, por parecerem "mulherzinhas" e, conseqüentemente, serem objetos de satisfação sexual, fazem com que muitas pessoas trans tenha suas intimidades violadas e, precocemente, passam a ser tratadas como indivíduos de uso sexual.

A violação promovida pelo irmão de Joana, como conta, lhe causou o que, como evidenciou Lira et al. (2017) classificou como principais conseqüências que vítimas de

abusos sexuais estão submetidas, como a dificuldade em manter relacionamentos com outras pessoas, por acostumar às constantes violências e passar a tratar os comportamentos dos abusadores como normalidade, interferindo nas limitações das formas de obter prazer, se igualando aos objetos cuja função é dar prazer a quem lhe usa, não encontrando no sexo o prazer e satisfação para si.

Além disso, no caso de Joana, há de se destacar a constante afirmação do irmão de que esse papel e comportamento de passividade era a função do qualira, dificultou a percepção de que seus conflitos não era relacionados à sexualidade, vitimando-a e lhe condenando a expressar um comportamento não por identificação ou desejo, mas por regra imposta ao outro, o seu meio. As primeiras relações sexuais são importantes para a relação do corpo com o prazer, uma vez que dá início às descobertas dos prazeres sexuais, das sensibilidades do corpo, ou podem servir como inibidores e receios para as práticas sexuais.

Geni, por outro lado, retrata o meio de abuso, mas também enquanto criança. Primeiro, por um homem adulto que conhecia apenas de vista, estranho de seu convívio diário, que conseguiu lhe convencer de que o sexo lhe proporcionaria prazer e não teria dor, o que não aconteceu. Esse comportamento é usado como forma de incentivar a coragem e a curiosidade da criança sobre o corpo do outro e as relações sexuais, posteriormente, tanto usa dessa mesma condição de desinformação, imaturidade e insegurança para tentar inventar a culpa do ato, responsabilizando e culpabilizando a criança por ter aceitado o convite (LUCI PFEIFFER; EDILA SALVAGN, 2005). O segundo abuso sofrido por Geni aconteceu com um amigo do irmão, que ao perceber que seu irmão lhe agredia para não se assumir, lhe estuprou e ameaçou contar ao irmão que havia descoberto que Geni se relacionava sexualmente com outros homens, usando da ameaça como meio de convencimento para a violência.

O que se observa, com estes relatos, é que as violências, independentemente de suas formas, repercutem diretamente na formação do sujeito, na maneira que lida com o mundo, na construção de sua personalidade e relações intra e interpessoal. Não só o meio familiar pode proporcionar um ambiente agressivo, como o que serviu à Geni de motivo para fugir, assim como não só amigos, parentes e pessoas do cotidiano possuem interferência direta na construção de uma imagem de desprezo, revolta, baixa autoestima, sentimento depressivo ou crença de ser uma pessoa errada, pecadora.

O próprio Estado, institucionalmente, é capaz de ditar regras sobre a existência de pessoas travestis, uma vez que se omite de reconhecer as diversidades como

possibilidade natural de existência, ou mesmo de combater as violências motivadas por preconceito ou transfobia.

*“no carnaval, porque ia passando com minha fantasia e aí o cidadão achou que minha fantasia, que era até de onça, nada de imoral, mas para ele foi uma ofensa. Tava eu e mais quatro pessoas, aí fomos agredidas e ele gritando: ‘isso aí não é fantasia pra macho’. Sem falar nas piadinhas, né? Foi ruim, bateu na gente. [...] as polícias não davam o menor caso, a gente gritando e elas só diziam ‘bate, num mandei tomar gosto’, ‘num quer ser mulher? Tem que ser é macho’ é assim que eles diziam”.*²⁶

Quando o Estado, a família, a escola, a igreja ou qualquer outra instituição responsável pela educação, proteção e pregação do bem-estar social se omitem ou servem como palco para a violência e subestimação, não há apenas uma falha institucional individualizada, o que há, na verdade, é o reconhecimento da ineficiência da sociedade em garantir o direito de igualdade, em exercer o respeito aos seus pares e em não proporcionar mecanismos de libertação da subalternidade para a humanidade, o que motiva Geni acreditar que para a sociedade brasileira, pessoas como ela *“ou tinha que viver isolado, ou morto”*, como se o direito à existência possuísse regras e não fosse possível para todos.

Mas como proporcionar uma sociedade igualitária se as diversidades, o diferente, o incomum é renegado, excluído, desprezado e tratado de forma diferente pelas próprias interferências do Estado? Percebe-se, aqui, a importância dos movimentos que se rebelam contra as desigualdades e reivindicam políticas públicas de inclusão e reparação de tais diferenças.

Porém, a luta pelos interesses particulares, até mesmo entre movimentos que partilham da mesma lógica de exclusão, se sobressai diante do pensamento de coletividade. Joana, que se envolveu com os movimentos sociais que exigiam tratamentos de igualdade, relata sua indignação e descrença por perceber que as lutas são restritas e distantes de um pensamento coletivo, onde a luta pelo respeito e conquista do espaço pessoal, isoladamente, lhe parece, ultimamente, render mais conquistas do que no engajamento de movimentos específicos, o que alimenta o comodismo do Estado em não se reinventar ou se comprometer em reverter suas posturas que segrega e legitima violências.

²⁶ Joana, ao lembrar uma violência física sofrida e com o aval do Estado através da omissão e autorização da Polícia, um órgão de segurança pública.

De que maneira e a quem pertence o compromisso de reverter os quadros de sofrimentos causados às travestis por uma incompreensão das diversidades e sustentação de pensamentos conservadores, doutrinadores de corpos e ditadores de regras sociais que autoriza a morte e condenação de muitas pessoas à convivência da discriminação e sofrimento diário?

4 TRAVESTI NA ESCOLA?: *“Eu achava que ali eu era uma pessoa esquisita”;* *“ambiente muito chato”;* *“Era o ó”.*

Ressalta-se que, no Brasil, o processo educacional de um indivíduo existe de maneira informal (família, igreja, amigos) e de maneira formal, através de instituições escolares que possuem regulamentações, propósitos, responsabilidades e limites, objetivando a garantia do desenvolvimento unânime do conhecimento científico, do pensamento crítico e da realidade social (PALMA, et. al, 2015).

Muito se ouve falar, cotidianamente, sobre a necessidade de investimentos e melhorias na área da educação, sobretudo nos discursos políticos. Porém, ao mesmo tempo, o que se observa é a não valorização dos investimentos educacionais para o desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade.

A educação é vista como a alternativa mais eficiente para desenvolver uma sociedade. Entretanto, quando esta instituição torna-se um ambiente de exclusão, serve à sociedade como espaço de violência e convívio desagradável às pessoas não aceitas. Joana, Geni e Ananda servem de exemplo ao relataram terem a imagem de aversão à vivência escolar que possuíram, por não se sentirem acolhidas e terem, constantemente, suas existências questionadas, potencializando seus sofrimentos.

Apesar disso, Joana, filha de professora, usou do exemplo da mãe como motivação para insistir na educação formal. Ensinada que os estudos eram o caminho para poder *“ser alguém”*, sempre foi bastante incentivada a não desistir, uma vez que *“a educação naqueles anos, anos 70, 80, eram assim, os pais que investiam na educação dos filhos, era mais vontade deles para que os filhos fossem doutor”*.

Embora, na época, não existia a exigência de formação de nível superior para lecionar, Joana, que desde pequena brincava com os materiais didáticos da mãe, sendo professora, decidiu seguir a mesma carreira: *“me formei através do exemplo da minha mãe”*, intitulando-se com a graduação de licenciatura em Pedagogia e História.

Mas conta que, enquanto aluna da educação básica, em São Luís, precisou conviver com a discriminação dos colegas e professores por causa de seu jeito *“afeminado”*, delicado e, de certa forma, inocente em relação à maldade e preconceito social. A discriminação seguia-lhe antes mesmo de ter consciência que os comportamentos que observava no ambiente escolar eram motivados por cunhos preconceituosos, devido suas expressões *“afeminadas”*: enquanto seus irmãos conseguiam se matricular nas escolas da rede pública, Joana era recusada,

frequentemente, com mesma justificativa de falta de vaga, o que exigia de seus pais esforços maiores para lhe manter em escolas da rede privada de ensino.

Sua vivência escolar, portanto, aconteceu em escolas particulares e com convívio de crianças da classe média alta de São Luís. Inocentemente, logo nos primeiros anos escolar, Joana passou a ser chamada pelos colegas de “She-Ha”, uma personagem feminina de desenho animado que fazia sucesso na época, e acreditava que o “apelido” era motivado por sempre preferir usar roupas coloridas, alegres. Só depois, percebeu a maldade dos colegas, que o “apelido” era motivado por uma comparação entre os personagens de sucesso dos desenhos animados: os meninos, eram o “He-man”; e as meninas, a “She-ha”.

Na mesma época que conseguiu perceber que o “apelido” não tinha relação com seu modo de vestir, mas sim para questionar sua sexualidade, Joana notou que dentro da sala de aula vivia isolada, com cadeiras vazias ao seu redor, rejeição em grupos de trabalhos coletivos e comentários discriminatórios de professores.

“na quarta série, eu notei que a sala onde eu estudava tinha umas cadeiras e ninguém sentava perto de mim, mas não sabia o porquê, só achava estranho. E tinha uma professora de geografia, na verdade, nem chamavam de geografia, era estudos sociais, e ela sempre ficava me olhando e dizia assim: ‘Menino, tu tem que ser é homem. Que jeito esquisito teu é esse?’.

Os comentários da professora e as discriminações dos colegas fez com que Joana acreditasse, de fato, ser uma pessoa estranha: “*eu chegava em casa chateado, sem querer estudar mais, sem gostar do colégio. Eu achava que ali eu era uma pessoa esquisita, estranha*”. Seu único consolo era em casa, que era acolhida e incentivada, diariamente, a retornar à escola e concluir seus estudos.

A discussão levantada a partir dos relatos das experiências escolares de Joana, até aqui, apresenta diversas problemáticas, já apresentadas anteriormente, que cruzam a passagem das travestis pelo ambiente escolar. O contato com os apelidos que demarcam fronteiras entre sua aceitabilidade, são exemplos do que Luma Nogueira de Andrade (2015) identifica como incorporação de concepções tradicionais, que tem como consequência a negação das variadas formas de ser homem e mulher, de acordo com suas subjetividades. Essa negação dá origem à concepção de "anormalidade" para alguns indivíduos, refletindo na sua dificuldade de socialização e no sentimento de um não pertencimento ao meio que está inserido, convertendo o ambiente escolar em um local de ameaça à sua existência.

Persistir na continuidade de frequentar ambientes ameaçadores seriam grandes exemplos de masoquismos²⁷, mas não pode assim ser compreendido por ter que ser levado em consideração que trata-se de crianças dependentes e sob tutela de seus pais, mães e/ou responsáveis, crianças que, comumente, não possuem autonomia na sociedade para ditar regras e impor suas vontades sobre sua vida. Além do mais, há de se considerar a posição da instituição escolar na sociedade, uma vez que é vista como detentora de saberes que regulamentam a vida dos indivíduos, uma peça fundamental e de extrema importância para a sociedade. Mas Andrade (2015) a enxerga como o ambiente propício para a execução do processo de disciplina e dominação sobre as expressividades dos indivíduos, objetivando normatizar os indivíduos de acordo com seu padrão de normalidade e higienizar a sociedade contra aquilo que subverte seu controle.

Há, entre os relatos, demonstrações de como a escola, enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento intelectual e de sociabilidade, ao se omitir das problemáticas de discriminação e, até mesmo, em serem as protagonistas na papel da exclusão, se esquivava da responsabilização do quanto as vivências e as relações ocorridas em seu meio afetam diretamente no processo de subjetivação dos indivíduos que são vítimas de discriminação. Como exemplo disso, observa-se os Projeto Político-Pedagógico (PPP) e os Regimentos Escolares (RE) documentações de suma importância na regulamentação do exercício escolar, que interferem diretamente na vida dos jovens estudantes, sobretudo, daqueles que não se adequam ou conseguem serem enquadrados no processo de padronização de indivíduos, como as travestis. Documentos que deveriam ser utilizado como mecanismo coletivo para compreender a pluralidade social, cultura e subjetiva dos indivíduos que frequentam as escolas, transformando-as em verdadeiros palcos de encontros da diversidade, são, na verdade, utilizados para reforçar o preconceito e o temor à diversidade, ficando a cargo das gestões escolares ditarem as regras da instituição de acordo com suas crenças, valores e entendimento de normalidade (ANDRADE, 2015).

Esses tipos de discriminações e violências geradas no meio escolar também marcou a breve²⁸ passagem de Geni pelos ambientes escolares. A sobrecarga de apelidos, piadas e ofensas por desde criança expressar comportamentos que determinamos como

²⁷ Prática sexual em que o prazer está na obtenção de dor e humilhação.

²⁸ Em levantamento de dados da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, constatou-se que 82% das pessoas travestis e transexuais evadem do sistema escolar. Outra informação interessante é que 19,3% dos alunos de escolas públicas não gostariam de ter colegas de classe que não fossem heterossexuais e cisgêneros (ALINE ALMEIDA, 2016).

femininos, serviu como motivo para abandonar a escola que considera um “*ambiente muito chato, muito desagradável [...] totalmente agressivo*”.

A escola, ainda em dias atuais, é vista, para muitas pessoas LGBTI, como um ambiente hostil, desagradável. Como reflexo disso, observa-se o alto índice de evasão escolar por pessoas LGBTI, certamente, em consequência da omissão das instituições educacionais em promoverem a aceitabilidade das diversidades em seu meio, ou, sequer, buscar combater a discriminação existente (ABGLT, 2016).

Uma pesquisa desenvolvida pela ABGLT (2016) sobre o ambiente educacional no Brasil, contando com uma amostra de 1.016 alunos com idade entre 13 e 21 anos e que se declaram LGBTI, constatou que nestes ambientes as agressões verbais e os assédios sexuais são mais frequentes que as agressões físicas, tendo como resposta um probabilidade de 55,4%²⁹ destes alunos que foram vítimas de algumas violências deixarem de frequentar as escolas por, no mínimo, um mês após suas agressões. Além disso, a pesquisa indica que apenas 42,4% das vítimas conseguiu informar à instituição sobre o ocorrido, onde 36% dos que obtiveram respostas acharam ineficaz a alternativa escolhida para enfrentar as agressões, ressaltando-se, também, que 39% das vítimas relataram que suas famílias preferiram não comunicar a escola sobre as agressões.

O baixo índice de informes está ligada à falta de apoio da gestão escolar e dos professores, sobretudo, diante dos casos de violência, através da omissão ou como agentes de tais agressões, não promovendo um acolhimento ideia e abrindo espaço para discutir a diversidade com seus alunos, o que demonstra, por outro lado, a existência de um despreparo profissional em lidar com o tema (ABGLT, 2016). O silenciamento escolar, familiar e social diante as agressões sofridas por pessoas LGBTI dentro das escolas, reforça a visão das instituição de poder à favor de uma higienização social, em busca da padronização dos indivíduos e extermínio da diversidade.

Geni, aos 12 anos, após ter sido expulsa de uma escola por bater um colega que lhe xingava, mudou de escola e, em sala de aula, uma professora reclamou de seus “trejeitos”, que gerou outra discussão. De um lado, a professora lhe cobrava postura de homem, enquanto seus colegas riam da situação; do outro lado, Geni pedia respeito e retribuía os ataques dos colegas e professora com ofensas, o que resultou em outra expulsão.

²⁹ Resultado obtido através de média: 58,9% das vítimas por conta de suas orientações sexuais e 51,9% em razão das identidades de gênero.

Foi o esgotamento em lidar com as discriminações dos colegas, dos professores e as expulsões das escolas, como relata Geni, que lhe fez mudar a visão sobre o ambiente educacional, tornando-se desagradável e ofensivo à sua existência. O acúmulo das discriminação diárias na escola, uniram-se às constantes violências em casa e agressões na rua, resultando na motivação de deixar a cidade, fugir do ambiente escolar, familiar e social que pertencia e buscar zelar por sua existência em outros lugares.

Embora a experiência escolar lhe tenha sido desagradável e agressiva, Geni reconhece a importância de estudar e incentiva Ananda a retornar aos estudos, por reconhecer que aqueles que têm a oportunidade de estudar possuem mais facilidade com o mercado de trabalho, além de poder servir como alternativa para deixar a prostituição. O que há por trás desse discurso é uma compreensão de que o ambiente escolar, apesar de ser aversivo à existência de crianças não cisheteronormativas, como Geni, quando é posto ao lado de outros ambientes, como a sociedade em modo geral e a família, torna-se menos preocupante, por saber que a escola é um ambiente de passagem (vai, estuda e sai) e a família e/ou a sociedade são ambientes de vivência permanente, que não tem como se desligar, sair, ou deixar de pertencer.

Sair da escola é uma opção viável, possível, mesmo que traga consequências ao estilo de vida que possuirá, como relata Geni. Diferente de sair da família ou da sociedade, que não é uma alternativa possível. Assim, por a escola ser possível, esta acaba sendo a “escolha” em busca da minimização dos sofrimentos. Entretanto, de acordo com os próprios relatos das participantes, entende-se que a escola, em sua função de educação, ensino e formação é vista como uma boa alternativa, expressando sua função social e evidenciando que também proporciona condições boas aos indivíduos. O ruim da escola, portanto, trata-se da sua vivência, em razão das circunstâncias que violam existências, excluem a diversidade e atacam o bem-estar biopsicossocial, sobretudo ao desrespeitar as leis que asseguram o respeito e igualdade.

Ainda que Ananda, diferente de Joana e Geni, teve suas experiências escolares em uma época mais recente, depois da criação de algumas leis que almejam o respeito e igualdade das diversidades, como a regulamentação do uso do nome social na escola – que Joana era beneficiada por ser chamada apenas pelo sobrenome e que Geni nunca teve a oportunidade de ser tratada pelo nome e gênero que se identificava - relata que sua presença no ambiente escolar era marcada por constantes piadas, discriminações e ataques à sua identidade.

Embora o uso do nome social seja regulamentado no Brasil, não é diferente das outras leis, como as anteriormente mencionadas, que garantem direitos à população LGBTI, uma vez que suas implantações não são seguidas de capacitação profissional e promoção de campanhas de combate à discriminação. Em consequência disso, políticos e movimentos religiosos contrários aos direitos LGBTI conseguem barrar o avanço de projetos favoráveis à esta população, inclusive, à base da violência e perseguição, a exemplo de Jean Wyllys, deputado federal que renunciou o mandato após uma série de ameaças de morte (FERNANDA VIVAS; FERNANDA CALGARO, 2019).

Jean Wyllys era, até então, o único deputado federal assumidamente homossexual no parlamento brasileiro, conhecido por sua dedicação às causas minoritárias, sobretudo, à população LGBTI. Em um levantamento de projetos favoráveis e contrários ao público LGBTI, Catarina Corrêa (2017) constata que Jean Wyllys era o parlamentar com mais projetos voltados à população LGBTI, após o impeachment de Dilma Rousseff e durante o mandato presidencial de Michel Temer - presidente filiado ao partido com maior quantidade de projetos contrários à concessão de direitos igualitários às diversidades de gênero e sexual, seguido do partido do então pré-candidato à presidente, Jair Bolsonaro.

Entre os projetos contrários à população LGBTI, destacam-se: o projeto de lei 620/2015, que visa alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente para proibir que sejam adotados por casais homotransafetivos (enquadra-se, nesse termo, todos os casais não cisgêneros e heterossexuais); também o projeto de lei 925/2019, que institui o “Dia do Orgulho Heterossexual”, em promoção à cisheteronormatividade; e, por último, tratando-se da escola, a vitória dos conservadores em retirar do Plano Nacional de Educação todas as menções que responsabilizariam as escolas de contribuir com a redução às discriminações de gênero e sexual (CORRÊA, 2017). Acrescento à lista, o projeto de lei 3235/2015, de autoria do Pastor e Deputado Marco Feliciano, que visa criminalizar o que chama de "ideologia de gênero" (BRASIL, 2015), configurando crime qualquer incentivo e apoio à liberdade sexual e de gênero, sobretudo, ao que se refere à transgeneridade.

Essas movimentações refletem na postura de gestores escolares, professores, familiares e na população de modo geral, minimizando a importância do enfrentamento à discriminação e busca por direitos igualitários aos cidadãos dos países. A experiência escolar de Ananda é exemplo da necessidade dos profissionais serem capacitados sobre as diversidades de gênero e sexual, usando, principalmente, das escolas como ferramenta de mudança social: seu nome feminino era usado em todos os documentos escolares, conforme garante as leis, mas ainda encontrava professores com resistência de reconhecê-

la como mulher, insistindo em lhe chamar pelo nome masculino, que servia como aval para que os colegas, durante suas aulas, intensificassem os apelidos, as risadas e a discriminação.

“A escola foi muito difícil, muito complicada, comecei a me desgostar, era muita chacota, muitas brincadeiras de mau gosto [...] preconceito teve, mas nunca chegaram a esse ponto de me violentar não, era só apelido, chacotas, aí eu ficava muito depressiva com isso [...] era o ó”

Recorrentemente, aparece a relação professor-aluno na discussão da presente dissertação, assim como, em grande parte dos referenciais bibliográficos que a compõe. O professor, no sistema educacional, é a figura central do processo de ensino, assim como o aluno no processo de aprendizado. Ambos convivem grande parte do dia, por anos e de forma direta, compartilhando saberes e vivências. Em razão desta convivência e das proximidades, esta relação é percebida como de suma importância para compreender os relatos das experiências vividas por travestis nas escolas.

Wallon (2007) compreende a afetividade como uma das características do indivíduo que não cessa, que está em constante construção no processo de formação do "eu". Para o teórico do desenvolvimento humano, a afetividade representa um aglomerado de três fatores: as emoções, que são aspectos orgânicos e comportamentais dos indivíduos, como o ato de sorrir, chorar, relaxar o corpo ou aumentar os batimentos cardíacos, servindo como uma espécie de comunicação entre os indivíduos e a si próprio, sendo, portanto, um dos primeiros elos que o ser humano consegue desenvolver através da interação social; outro fator é o sentimento, que são percepções mais maduras e conclusivas sobre estas relações criadas pelas emoções, sendo assim, uma resposta de permissão ou bloqueio aos tipos de interações e provocações emocionais; além desses, há a paixão, que surge como a capacidade dos indivíduos controlar suas emoções e sentimentos ou atuar com intuito de representá-los, desenvolvendo-se posteriormente, com o exercício das atuais sociais, em busca da realização dos seus interesses pessoais. Por assim ser, a afetividade sofre influências diretas de acordo com meio social em que a pessoa está inserida (WALLON, 2007).

A afetividade, portanto, é uma relação de troca que não tem comprometimento em estar sempre a favor das boas relações, do carinho, amor e cumplicidade. A afetividade também atua nos comportamentos agressivos, discriminatórios e de ódio. A afetividade, está comprometida com a maneira que nossa presença, discursos, expressões e relações afetam a existência do outro, ou vice-versa. Por essa razão, pensar a relação professor-

aluno deveria partir da compreensão de que o professor também é um agente direto na construção da personalidade dos indivíduos que convivem em suas salas de aulas e na maneira destes perceberem sua existência, notando-se com agentes sociais, seres socializados.

O contato, portanto, com professores que reproduzem discursos excludentes, ou que se omitem diante os casos de discriminação, uma vez exercendo um papel fundamental na formação psíquica dos indivíduos, afetam negativamente seus alunos vitimizados, dando aos seus alunos a imagem da instituição escolar e ditando permissões para o exercício de tais comportamentos na sociedade. Os processos de relações intersubjetivas se dão na relação professor-aluno são capazes de interferir na continuidade ou permanência dos alunos tidos como aversivos à sociedade no sistema educacional, por conseguinte, como relatam as participantes, também na condição de vida.

Alunas como Geni, que são afetadas negativamente por colegas, professores e diretores, acabam desenvolvendo um sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar, por ser perigoso à sua existência. Alunas como Ananda, por outro lado, não conseguem desenvolver pela escolarização uma percepção positiva de sua utilidade, encontrando mais sentido à vida em ambientes distantes da educação formal. Mas, também há alunas como Joana, que acabam resistindo às tentativas de padronização e expulsão do sistema educacional e veem nele a única alternativa viável para contornar sua condição de inferioridade, embora não consiga fugir da discriminação mesmo quando atua no papel de professora, mas conscientiza-se de sua importância na formação de futuros cidadãos que passarão pelo sistema escolar.

Outro fator que se passa com evidências no ambiente escolar é o tratamento dado às travestis como indivíduos à serviço da satisfação sexual dos que se encaixam no conceito cisheteronormativa. Em razão dos assédios, por conta do desconforto com o ambiente escolar, a falta de respeito e a intolerância com sua identidade, Ananda foi reprovada e mudada de turno, o que nada mudou, pois as discriminações eram as mesmas, sobretudo, pelos homens que evitavam o contato por receio que os demais pudessem achar que eles tinham interesse sexual por uma travesti.

Não é incomum, inclusive em estudos científicos, encontrar relatos e pessoas que evitam a aproximação com pessoas não cisheteronormativas para que não sejam confundidas com outra. Embora seja comum as relações com pessoas do mesmo gênero, ou outros LGBTI, sobretudo, durante a adolescência, dado ao afloramento da sexualidade, o que também não significa ter relação direta com a percepção da orientação sexual dos

indivíduos, muitas pessoas escondem seu envolvimento não cisheteroafetivos por temerem a discriminação que possam passar e, principalmente, por receio de deixarem de serem vistos e tratados como heterossexuais, tendo das identidades de gênero e orientações sexuais distintas da sua uma percepção pejorativa e de desagrado à sociedade (STELLA TAQUETTE et al., 2005).

Em razão disso, fruto das consequências do preconceito e das lgbtfobia, muitas pessoas que sustentam relações amorosas e/ou sexuais com pessoas LGBTI, como com travestis, se escondem por trás das negações e discursos de aversivos às suas existências como principal blindagem para não serem descobertos. Este comportamento é visto por Ananda como um problema causado pela escola e que deixa marcas não só nas travestis, mas também em que executa o preconceito.

“Até os héteros mesmo, que se dizem héteros, tão ali na escola também, mas no fundo são frustrados também, medo de alguma coisa, de não achar que é homem. Nossa, escola é terrível”.

Ananda fala sobre o quanto a escola, ao permitir a existência da discriminação em seu meio através da omissão de enfrentar a situação com seriedade, tem a capacidade de interferir no processo de subjetivação dos indivíduos, causando sofrimento para quem é vítima do preconceito e podendo comportamentos e expressividades de pessoas não travestis por alimentar o medo de terem sua sexualidade e masculinidade questionadas pela sociedade.

Partindo do pressuposto de que a formação dos indivíduos são baseadas, também, na sua relação com os meios sociais as quais estão inseridos, podemos nos entendermos como seres construídos por experiências pessoais e influências exteriores, seja através das afetividades, ou dos fatores históricos e culturais de sua sociedade em que estamos inseridos. Este indivíduo, o sujeito de Foucault (1984), está submetido ao contato com as experiências, saberes, lições e concepção dos outros que, historicamente, nos são repassadas, denominadas de subjetivação, e que servem de fundamentação para a formação de nossa subjetividade, para o que determinaremos com expressão de valores, sentimentos, crenças e preferências.

Todos esses relatos, expressados pelas participantes, relatam a realidade que é vivenciada majoritariamente pelas pessoas que não se enquadram no padrão cisheteronormativo, como uma tentativa social e institucional de padronizar as pessoas ou segregá-lhes de acordo com o que se julga ser normal e anormal. Talvez, para um melhor entendimento sobre a relação da escola com as pessoas travesti e as interferências

em suas existências e formação subjetiva, por exemplo, seja preciso resgatar a história dessa instituição para compreendê-la na contemporaneidade. Assim, Maria Rita de Assis César (2011) contribui fundamentalmente quando discorre sobre “*Escola e modernidade*”.

César (2011) resume o surgimento das instituições escolares como alternativas de disciplinarização, onde regras e técnicas entrariam em vigor para formar uma sociedade de controle e mantedora dos novos signos da família, intimidades, dos interesses do progresso urbano, o que, para isso, seria preciso desresponsabilizar as famílias do processo educativo e formalizar como único método educativo o pregado pelas recém-criadas instituições escolares.

O que esconde por trás de um modelo único de educação é a facilidade de aplicar métodos de higienizações sociais e pregação de moralidades para crianças e adolescentes em processo de formação subjetiva e de encontros com as responsabilidades sociais e aspectos culturais. Assim, há a organização de um governo sobre os corpos, mentes e comportamentos sociais (CÉSAR, 2011).

César (2011) destaca como exemplo de domínio a autorização que se dá ao Estado, que tem o interesse e objetivo de promover um controle social, o privilégio de se tornar uma entidade educadora, facilitando seu objetivo de controle. Os corpos, por exemplo, passam a ser discutidos e a sexualidade se encontra em seu domínio, criando saberes e verdades do sexo, padronizando-o e criando conceito de normalidade – assim, entende-se a origem do conceito de cisheteronormatividade, que Bento (2008) apresenta como tudo o que distorce, foge ou descumpra da regra de que o sexo biológico é o definidor do gênero.

Para César (2011), não se pode pensar a educação escolarizada sem se desassociar de uma educação sexual, pois a sexualidade sempre esteve em discussões centrais nos ambientes escolares/educacionais, entretanto, sua presença disciplinadora é marcada de forma delicada e escondida por trás dos ensinamentos de ciência e biologia, por meio dos discursos sobre o desenvolvimento humano e planejamentos familiares.

Mas, em outros momentos, sua presença é marcada de forma mais explícita, vista como alternativa para melhorias, usando dos saberes sobre o sexo para promover saúde e educação sexual, a fim de ter uma sociedade mais desenvolvida e cidadãos mais felizes. Mesmo que, por trás dessa imagem esconda o interesse em distinguir o que será tratado como normal e patológico, criando regras e controle sobre os corpos e sexos (CÉSAR, 2011).

Tais verdades podem ser percebidas quando Bento (2008) fala que diante a dificuldade em lidarmos com as diferenças, acabamos recorrendo à alternativa de taxá-las como anormais, como é o caso da diversidade de gênero dentro [e fora] dos ambientes escolares. A partir dessas normas regularizadoras pregadas pelas escolas, tornando-a um espaço de proliferação de valores hegemônico, podemos pensar sobre a relação de existência de travestis em seu meio.

Quando um aluno se apresenta como travesti, ou ainda em processo de construção identitário, desde cedo a escola em parceria com a família começam buscar meios de controle e repreensão sobre o corpo que se manifesta contrário às regras e padrões de normalidades estabelecidos, “revelando os limites da escola em lidar com as diferenças” (BENTO, 2008).

Os discursos de que a escola é o palco do encontro das diversidades para que com elas sejam formuladas formas de aprendizagem, não se passa de discursos, pois, na prática, as diversidades encontradas no meio escolar não são tratadas como bem-vindas e de lição sobre as possibilidades de existências, pelo contrário, logo é discriminada e busca um tratamento para readequação. O problema para isso está que tais práticas acabam por extrapolar os muros escolares e chegam à sociedade, dificultando-a de lidar com as diferenças e diversidades (BENTO, 2008).

Talvez, enquanto sociedade que constitui e regulamenta instituições escolares, nos seja preciso compreender que

A escola não é uma ilha. Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de reprodutora de uma visão naturalizada das relações sociais, notamos que os debates que atravessam a sociedade brasileira também podem se sentir nas salas de aula. Há um saudável incômodo de educadores/as, gestores das políticas públicas e do ativismo em trazer para o cotidiano escolar a reflexão dos Direitos Humanos em uma perspectiva ampla. Está em curso, portanto, a produção incessante de contradiscursos, e a escola, de múltiplas formas, está inserida nessa disputa (BENTO, 2008, P. 175).

As experiências escolares vivenciadas pelas participantes da pesquisa, evidentemente, não expressam a existência dos direitos à permanência como defendido pela Constituição do Brasil, onde diz que é direito de todo cidadão brasileiro acessar e permanecer em escolas de educação básica. Isto é, é direito de todos os brasileiros poderem ir às escolas e concluírem seus estudos, sem nenhum tipo de violação, além de terem seus direitos de permanência de forma igualitária (BRASIL, 1988).

Pois é função das escolas o dever de fornecer um ambiente que possa desenvolver o crescimento pessoal, intelectual e social, respeitando a sua condição de existência e subjetividade, sendo intolerante à exclusão, preconceito e a discriminação (BRASIL, 1988). Ou seja, se a educação é um direito de todos, as travestis possuem o direito de terem o acesso e a frequentarem os ambientes escolares sem nenhum tipo de desigualdade, entretanto, essa não é a realidade do sistema educacional vivenciado pelas participantes, uma vez que dificultam o acesso e a permanência de travestis nas escolas, motivadas, muitas vezes, pela aversão, fobia e ódio aos que se diferenciam dos padrões sociais estabelecidos (ANDRADE, 2015; JESUS, 2015).

Dessa forma, uma vez em que a escola é tida como um espaço de encontro das diversidades, de vivências e experiências, deveria estar entre suas funções a de ir além dos ensinamentos formais, como o ensino da língua portuguesa, da matemática, filosofia ou geografia, pois deveria, concomitantemente, tratar com a mesma seriedade as vivências, experiências e possibilidades das diversidades humanas. Abranger seus campos de ensino seria uma forma de instigar, nos indivíduos, o questionamento sobre a funcionalidade das coisas, facilitando o entendimento, o interesse na descoberta e a preparação para o mundo diverso que existe além de seu ciclo familiar.

Cabe, aqui, pôr em questionamento a razão da existência de instituições de educação formal. Para isso, recorro à obra intitulada *“Em defesa da escola”*, onde Masschelein e Simons (2013) buscaram compreender o que faz de uma escola, uma escola. Da escola, espera-se que seja uma instituição de preparação de alunos para a vida. Entretanto o que notam é que essa preparação não é feita coerentemente para a vida real e contemporânea, uma vez que o foco ao cumprimento do ensino de conteúdos e preparação para o mercado de trabalho ultrapassa o interesse do encontro com o mundo real e suas realidades além no meio a qual os indivíduos estão inseridos, onde seus currículos escolares não conseguem alcançar.

É certo que a escolar serve como espaço de encontro para tudo o que a sociedade produz. Assim, os diversos saberes, conhecimentos, experiências, vivências e perspectivas dos alunos se encontram nos ambientes escolares e são apresentados e convertidos em aprendizagem para o mundo. Ou seja, há a troca informal de realidades entre os indivíduos, gerando aprendizagem com as realidades dos outros (MASSCHELEIN E SIMONS, 2013).

Se essas aprendizagens fossem formalizadas, permitiria aos alunos uma maior oportunidade de conhecer realidades além das suas próprias experiências, permitindo uma

formação mais próxima do que é real, fazendo da escola um espaço de interesse para o que é compartilhado entre nós e o mundo em si, não deixando de aprender os conteúdos educacionais necessários (MASSCHELEIN E SIMONS, 2013).

Por assim ser, Vianna (2015) acredita que a escola deve servir como palco para atuação da realidade social a qual está inserida, contemplando suas características e dando aos educandos uma educação formal coerente à sua realidade. Compreendendo isso, se faz pensar sobre a capacidade das instituições pedagógicas, como as escolas, de promoverem, de forma intensa e direta, dominações sobre os indivíduos que educam e, conseqüentemente, à sociedade que lhe é educada (VERA PORTOCARRERO, 2004).

Pôr em prática tais compreensões poderia resultar em vivências menos conflituosas e agressivas, até mesmo com comportamentos contumelios, típicos das fases escolares e da transição infanto-juvenil, como o início da puberdade e as experiências de relacionamentos amorosos dentro do ambiente escolar. Joana Geni e Ananda, embora tenham tido suas vivências em momentos, tempo e ambientes distintos relatam ser frequentes e cercados pelo receio de seus parceiros em serem descobertos, o que confirma a existência de limitações na construção da sexualidade, como a opressão, receio à discriminação ou invisibilidade das possibilidades de expressão. Além disso, demonstra como se torna viável a conversão do temor em ser descoberto como uma pessoa não heterossexual em comportamentos preconceituosos e violentos, como forma de blindar seus desejos homoafetivos não aceitos ou mal resolvidos consigo mesmo.

Joana conta que durante o período escolar era comum ouvir dos colegas sobre suas primeiras experiências sexuais, mas sempre foi bastante tímida para conversar sobre o assunto, além de não poder contar por seu parceiro sexual ser seu irmão. Por conta da intimidação do irmão que lhe abusava sexualmente, não se permitia ter outras experiências sexuais com os colegas da escola que frequentemente lhe convidavam por achar que, pelo fato de ser homossexual, estava sempre a disposição e com interesse em outros homens.

As conseqüências das violências obtidas refletiram na negação receosa de se permitir compreender a sexualidade para além de atos violentos, submetendo Joana à concepção que sua vida sexual não conseguiria, facilmente, ultrapassar a linha limítrofe do que lhe foi apresentado como sexo, prazer e papel sexual, atribuindo-lhe a culpa da violência e o fardo do pecado por descumprir leis divinas. O papel da religiosidade não deve ser distanciada da responsabilização da hegemonia do pensamento

cisheteronormativo e do sentimento de culpabilidade que perpassa o processo de subjetivação dos indivíduos não condizentes com as concepções de normalidade social.

Historicamente, a relação da diversidade sexual com a religiosidade, em especial o cristianismo, que corresponde majoritariamente à maioria da população brasileira, são inteiramente ligadas e conflituosas. De um lado, observa-se a população LGBTI em resistência à invisibilidade de sua existência e imposição de uma anormalidade para suas expressões, amores e famílias. Do outro lado, o desenvolvimento do processo de normatizada e regulamentação da sexualidade, compreendendo as diversidades não heterossexuais como pecado divino e carentes de intervenções religiosas, uma vez que expressam comportamentos atemorizantes e ameaçadoras à família cristã, suas conjugalidades e afrontamento das normas hegemônicas que sustenta suas interpretações bíblicas (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). No cenário político brasileiro, estes religiosos que se sentem violados e no dever de combater a diversidade em nome de seu Deus, atuam no parlamento e buscam, por meio das leis, expandir a supremacia de sua crença e valores, como na tentativa da aprovação do projeto de decreto legislativo 234/2011, que revogaria artigos da resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe as profissionais de psicologia promoverem tratamento de reversão da orientação sexual (BRASIL, 2011).

Os discursos religiosos que visam a efetividade da concepção pecaminosa das diversidades, assim como seus representantes, fazem parte de um complexo que promove uma heterossexualidade compulsória à sociedade. Em razão disso, portanto, as pessoas que sustentam tais discursos legitimam-se como porta-vozes de uma única verdade moral, alimentando a visão negativa da diversidade, compreendendo-a como uma ameaça à sua existência (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). Dessa forma, de acordo com a propagação de tais discursos, enraíza-se a concepção de que não ser cisheterossexual, ou obter interesse/prazer afetivo/sexual com pessoas travestis, por exemplo, lhe põe em condições pecaminosas, contrárias ao que se prega como normalidade e é acolhido pela sociedade, tendo, conseqüentemente, que manifestar seus interesses de forma velada, apelando para a inferiorização de seus pares e pondo-lhes na condição de subserviência de seus interesses sexuais – como relatou Joana.

Ananda também conta ter recebido vários convites com o mesmo sentido, por ser vista como uma pessoa cheia de libido e sempre interessada em todos os homens. Alguns dos convites foram aceitos, mas passou a evitar desde que percebeu que os homens com que se relacionava e tinha vínculo com a escola, mudavam de comportamentos, passando

a ser mais hostil e agressivo para que não pudessem ser vistos como alguém que tinha relações e interesses em pessoas como Ananda.

Os discursos se repetem, mesmo tratando-se de pessoas, escolas e tempos diferentes. O que se apresenta é a alternativa da hostilidade como maneira de camuflar os desejos que, embora sentidos e exercidos, são silenciados por medo de terem sua masculinidade questionada, ou passarem a receber o mesmo tratamento que dão às travestis, de repúdio e aversão, compreendendo-se como um desvirtuante dos caminhos bíblicos que lhes foram pregados como pecaminosos, de aberração e indignos de viver no paraíso celestial. Este pensamento e comportamento se tornam mais frequentes na escola, principalmente por servir como este palco do encontro da diversidade, que está a todos instante sendo vigiado por uma moralidade social e prontos para punir aquelas pessoas que disvirtuarem-se do que é pregado como normal.

Em público, condenam o pecado, riem da diversidade e despreza àquelas que, escondidos, são procuradas para se satisfazem sexualmente. Germano (2018) escreve sobre essa problemática, apontando que esta mesma sociedade que menospreza travestis, que diz não desejar compartilhar de uma mesma sala de aula com elas e que, massivamente, as assassinam, também é a sociedade que em sites pornográficos procuram por seus vídeos com mais frequência do que buscam por sexo com pessoas cisheterossexuais. As travestis, ao que parece, foram eleitas pela sociedade como corpos vivos para desfrute sexual daqueles que julgam-se superiores por conseguirem driblar a moralidade social por vias hipócritas.

Essa “eleição”, em alguns casos, é feita ainda na escola, como a de Geni. Embora criança e com pouca vivência em ambientes escolares, por desde cedo se declarar como uma mulher, era tratada no meio escolar entre os alunos mais velhos como “o garoto que gostava de ser tratada como mulher”, lhe cabendo a função de ser usada sexualmente como objeto de satisfação dos meninos e primeira experiência sexual dos mais novos, exatamente como a personagem “Geni” da música de Chico Buarque, que *“dava assim desde menina, na garagem, na cantina”*:

“Ah, pois eles me comiam escondido no banheiro [...] os mais velhos que me comiam [...] na hora da merenda eles dizia: ‘na fila da merenda, tu vai lá pro banheiro’, aí dava no banheiro e depois saia como se nada tivesse acontecido [...] ainda chacotava da minha cara e tudo, com os outros coleguinhas”.

Os comportamentos dos que se relacionam com as pessoas que fogem da regra normalizadora é, notoriamente, reflexo das consequências do processo de higienização, onde usam das atitudes de recriminação para camuflar seus envolvimento com o que é rejeitado socialmente. Além disso, têm-se os ambientes escolares como berço do encontro das famílias, que usam de suas condições de potencialidade de abrangência para fortalecer o poder que possui como detentores do saber, refletindo nas ações e omissões institucionais (VEIGA-NETO, 2007).

Dessa forma, as multiplicidades humanas, quando ordenada por esses saberes e práticas em busca de objetivar o sujeito, homogeneiza as diferenças por meio da disciplina de normalização. Isto é, o sujeito passa a ser compreendido através do que é normal ou anormal, bom ou ruim, certo ou errado, homem ou mulher, sempre em dualidade, isso ou aquilo, o sim ou o não (PORTOCARRERO, 2004). Compreende-se, através dessa dualidade, as motivações comportamentais ao recusarem ter suas imagens de homens normais que gozam de uma sã consciência, vinculadas com as das pessoas travestis, repudiadas pela sociedade e pelo sistema educacional disciplinador.

É preciso recorrer a Foucault para ressaltar as formas do exercício do poder, entendendo poder como interdição. Assim, o poder na sociedade contemporânea se objetiva em normalizar indivíduos e populações, a fim de igualar as diferenças. Por essa perspectiva, a relação entre os saberes e o poder não podem, pensando Foucault, se desassociarem ao capitalismo. Pensando assim, nota-se que, na sociedade capitalista, o poder por mais que se apresente como negativo e repreensivo é, acima de tudo, produtivo, o que o faz, ainda mais, ser mantido e sustentado (PORTOCARRERO, 2004).

Com a percepção, no século XVIII, de que se é ineficiente pensar desenvolvimento econômico e político, pelo viés capitalista, sem compreender os indivíduos e populações como um problema, nota-se a importância e necessidade de converter indivíduos e populações como seres e agrupamentos regulados e enquadrados nas exigências que resultem em produtividade (PORTOCARRERO, 2004).

A produtividade do capitalismo à sociedade, segundo Portocarrero (2004), se apresenta ao produzir, por meio das exigências aos indivíduos e às populações, diversas estratégias, técnicas e saberes, assim como o aparecimento de conhecimentos. Os conhecimentos geram poderes, destes, o exercício, e, por fim, a ação, fazendo por existir um padrão normalizador da sociedade. Sujeitos normais, saudáveis, úteis à economia e dóceis à população, são exemplos disso.

Para Veiga-Neto (2007), pela sociedade conceber ao saber científico a autoridade de se apresentar como detentor da verdade, transforma-se, assim, em um modo de poder e, por a verdade deter, o poder a exercer. Como exemplo disso, Portocarrero (2004) apresenta a pedagogia como um saber científico capaz de converter os indivíduos “anormais” em indivíduos sadios à sociedade e à economia. A pedagogia, nesse sentido, se constitui com a função de prevenir e transformar indivíduos aos ditos sociais.

Foucault (1987) reconhece a existência de diversas instituições disciplinadoras, entretanto, cada uma delas se apresenta de maneira diferente, de acordo com suas estruturas e singularidades, pois, a disciplina é uma “anatomia política do detalhe”. Em outras palavras, Foucault diz que para entender a disciplina, requer observar as minuciosidades dos detalhes e suas sutilezas com enfoque político das coisas, seus controles e suas técnicas.

Paralelo a isso, remete-se à compreensão de que a disciplina, promovida pelos meios pedagógicos desde o século XVII, se transformam em mecanismos de dominação, organizando indivíduos a se comportarem, ordenar e operacionalizar de forma sistemática, em comunhão ao tempo, alinhamento, classificação, hierarquização – o que facilita a normalização, padronização do que se é misto (PORTOCARRERO, 2004).

Para Foucault (1987), a disciplina opera, de início, distribuindo os indivíduos no espaço por meio de suas técnicas, como o encarceramento ou recrutamento do que lhe é inútil e a separação do que lhe convém. A disciplina utiliza de cercas para demarcar a existência da heterogeneidade ao observar os indivíduos em população. Especificando, dessa forma, a divisão a todos e se fechando em si.

Conseqüentemente, como demanda capitalista em buscar as produtividades e determinar as atividades de produção, a escola se apresenta como um espaço eficaz destes desejos, por ser classicista, determinando seu público em processos seletivos de penalidades e julgamentos: permanecem os que obedecem, aprendem, comparecem, zelam, comportam-se, são decentes, aprovam-se em exames e reproduzem e replicam as disciplinas empregadas. Como recompensa da normalização, a ascensão social (PORTOCARRERO, 2004).

Portocarrero (2004) pensa, a partido disso, a escola como instituição que promove a disciplina por possuir uma esquematização de organização sustentada na divisão e hierarquização de todo seu funcionamento operacional: professora-aluno, classe e séries, numeração e identificação, salas de aula e fases educacionais, idade e desenvolvimento, aulas e recreios, conteúdos e avaliações.

A presente estruturação escolar, para Foucault (1987), é uma herança da educação jesuíta, a qual prega uma educação, através de uma instituição que se exemplifica como funcionamento da máquina de ensinar, disciplinar: há indivíduos que são inseridos em níveis escolares, em séries, em salas de aula, em fileiras e em carteiras. Divide-se indivíduos por idade, conhecimento, condição e outras classificações, coordenada por figuras autoritárias. Para mudar de lugar, fila, sala, série, por exemplo, apenas com a autorização e aval de superiores na hierarquia: o professor, o coordenador, o diretor.

Percebe-se, por meio dessa ideia de organização e ordem da instituição escolar, que a disciplina atua no controle das atividades dos indivíduos, o que é vantagem ao capitalismo. Para o este sistema econômico, em seu propósito produtivo, melhor é a concretização do produto idealizado quando há controle de sua produção, por assegurar o resultado (PORTOCARRERO, 2004).

Foucault (2003), por fim, vê a educação como uma mercadoria ao se apresentar como instituição de regulação social, sustentando-se pelo totalitarismo, rotulações e classificações de indivíduos, desrespeitando, dessa forma, em nome do poder e através da disciplinarização, as diferenças existentes entre indivíduos. Consta-se, também, que para o funcionamento de instituições disciplinadoras, não carece apenas de ensinar, é preciso vigiar. Vigiar a execução das exigências como parte do processo de produção. Por vigiar o que junto se divide e ao vigiar o que separados se juntam, a punição cabe aos dois como mecanismo de reafirmação da lei, regra, exigência, determinação. (FOUCAULT, 1987).

Vale ressaltar que, para Foucault (1987), a punição no processo disciplinador soa como sanção e gratificação, uma espécie de treinamento e correção do indivíduo, um despertar para a realidade de acordo com o objetivo da produção. A punição, aqui, não visa a repressão, mas sim a reafirmação do ensino disciplinador.

Nota-se, portanto, que a educação como direito promovida pelo Estado, o satisfaz por também ser uma educação como mercadoria, formando indivíduos distintos em seres em comum, ao controle dos mandos dos interesses do poder e das produtividades (FOUCAULT, 2003; VEIGA-NETO, 2007). Por esse motivo, Foucault (1987) entende que o espaço escolar torna-se palco do funcionamento da máquina de ensinar, por vigiar seus indivíduos, fazendo deles classificações, hierarquizando-os, disciplinando-os, educando aos seus almejos, ensinando as disciplinas e recompensando seus enquadramentos e produtividades, inclusive, ditando indiretamente quais os tipos de pessoas que pode ou não apresentar como namorada(o), tratar com respeito, ou usar como produto sexual.

É por essa razão que as escolas deveriam possuir como princípios básicos a dedicação intensificada para que haja desenvolvimento social, intelectual e que atuem beneficentemente na formação da personalidade individual de seus educandos. Pois, quando isso não é posto como objetivo primário, quando as escolas são coniventes com a segregação, exclusão, discriminação e violência corroboram com a existência de uma educação traumática, agravando a saúde mental de quem nela é oprimido (ANDRADE, 2015).

As discussões sobre a relação da discriminação da instituição escolar não se restringem apenas com os que lhe ocupam como alunos, mas também entre àquelas pessoas que buscam ou obtém ingresso como professores, mostrando que a problemática não é meramente pessoal, entre a relação professor-aluno, mas uma questão de gestão e interesse político institucional.

Joana, quando concluiu sua segunda graduação, tinha sido aprovada em um programa de mestrado, ainda na Universidade Federal do Pará, mas teve que abandonar a carreira acadêmica para cuidar de sua mãe que estava bastante debilitada. Com seu retorno à cidade de São Luís, Maranhão, voltou como professora aos mesmos ambientes que outrora havia deixado na condição de aluno. Entretanto, para isso, precisou enfrentar outra sequência de preconceito institucional.

“Perdi muito aqui, tanto por causa do curso, como por essas outras coisas, porque aqui tinha escola que não queria nem aceitar meu certificado [...] foi o que eu vivi em algumas escolas, teve uma que pediu para eu usar bata [...] e aí foi um grande dilema, meus maiores problemas foi com diretor”.

Os relatos demonstram que as travestis ainda não conquistaram sequer a oportunidade de serem respeitadas dentro dos ambientes escolares, tendo que conviver com a reprodução progressiva dos discursos de intolerâncias, chacotas, inferioridades e de condição pecaminosa, errônea e de mau caráter – se assim na escola permanecer (ANDRADE, 2015). Reconhece também que a problemática de discriminação e incômodo com a presença de pessoas transgêneras no ambiente escolar, sobretudo, dentro da educação básica, é institucional e fruto de uma educação escolar e familiar que não se preocupa com a tolerância e o respeito com as diversidades.

Lidar com a travestilidade de Joana em sala de aula era um problema para a gestão educacional da escola, uma vez que gestores escolares se recusavam a aceitar ou acreditar em suas capacidades didáticas, como buscavam ditar regras para esconder sua condição

de mulher trans. Sua identidade de gênero refletia, também, diretamente nos comportamentos das crianças que, certamente, ainda nem sequer compreendem as questões de gênero que lhe envolvem, mas já reproduzem conceitos e comportamentos que observam nos mais velhos e aprendem socialmente.

“Os alunos, em sala de aula, lógico que era um impacto, uns riam, assoviava, num davam o respeito e depois entendia que não era essa coisa, entendia a situação. Mas aí eu fui usando uma dinâmica, fui conversando, falando do pinto da galinha, do ovo, contava uma historinha para saber a diferença e aí eu fui colocando outras histórias de pessoas que vivem com preconceito de sua deficiência física, que são importantes, que não são diferentes, que são pessoas iguais, aí fui chegando nesse tema, nesse tema. Fora meu plano de aula, usava outra dinâmica de falar, aí eu fui tentando nas aulas eles se acostumarem comigo e pronto, até ninguém falar mais nada, xingar, respeitar a professora”.

A atitude de Joana em trabalhar o combate à reprodução de preconceitos, motivada pela necessidade de tratar do assunto para que as crianças pudessem respeitá-la como professora, explicita o funcionamento da discriminação como aprendizagem social, uma vez que a reprovação das diversidades, precocemente, são ensinadas através dos exemplos e discursos de preconceituosos do meio a qual a criança está inserida.

Joana exerce, com esta metodologia, uma prática de resistência e promoção de conhecimento que visa a libertação, tal como Paulo Freire (1984) sugere, ao usar de sua condição de oprimida para proporcionar uma educação que facilita a percepção das injustiças sociais, através da crítica aos seus próprios comportamentos.

Percebe-se, aqui, que o respeito é um ato que carece constantemente de ser conquistado, o que dialoga com o que Joana diz a respeito da incessante necessidade de conquistar os espaços. Embora não haja, em nossa sociedade, uma distribuição gratuita do respeito, é notório que há uma diferenciação quanto as possibilidades de tal conquista, por exemplo, quanto mais distante da lógica de normatização, ou fuga da padronização social, mais difícil é ter o respeito e, da mesma forma, a liberdade para expressar-se de acordo com suas identidades.

Reconhece-se, deste modo, a possibilidade do uso do conhecimento para obter conquistas e sustentar os direitos os direitos que visam uma igualdade entre os indivíduos. Tanto é que Joana, Geni e Ananda vivenciam o sistema educacional em momentos distintos e narram melhorias através das movimentações sociais. A ideia de utilizar do conhecimento como método de combate ao preconceito é defendido por Jesus (2015) ao ter a convicção de que transmitir o conhecimento sobre as definições e diferenciações,

neste caso, de gênero e sexualidade, a quem não o possui, mas o reproduz, põe em contestação a crença da superioridade do sexo biológico como definidor principal das características de vida de cada indivíduo, gerando, potencialmente, a percepção da existência das subjetividades.

Por um lado, este mesmo exemplo demonstra a existência de uma força social que se preocupa e consegue reivindicar pelos direitos, mas, de outro lado, demonstra que a preocupação com o cumprimento constitucional de proporcionar à sociedade um sistema educacional inclusivo, agregador e distante das desigualdades e violências não é motivado pelo Estado, via políticas governamentais.

Para o Estado, enquanto função de garantir os direitos individuais e coletivos da sociedade, ao que demonstra, ter a padronização dos indivíduos e a extinção dos que confrontam suas regras apresentam-se como alternativas mais fáceis. Alinhar-se com discursos extremistas conservadores, sobretudo quando escondidos por trás de uma "autorização" de um Deus, enraizando na sociedade uma cultura cisheteronormativa e pautando suas ações políticas-governamentais com a aclamação de uma maioria, ganha espaço e força para pôr as minorias do dever se adequar à maioria, ou desaparecer³⁰.

Para isso, a escola se apresenta, como anteriormente discutido, como principal ferramenta do processo de disciplinarização dos indivíduos e higienização da diversidade na sociedade. Pensar em uma escola inclusiva, que acolha e se ponha ao lado da diversidade não agradaria aos interesses de um Estado, sobretudo diante governos conservadores e comprometidos com a sustentação de uma moral cristã. Porém, em uma reflexão mais crítica sobre o não comprometimento do Estado, ou mesmo apenas da escola, com a existência e acolhimento da diversidade, deveria desagradar a sociedade de modo geral, por ser vítima das repressões, violências, mortes e limites de sua própria liberdade sexual, de expressão de gênero e concepção familiar.

Eis, evidentemente, a importância de resistir contra as repressões do Estado e o alinhamento aos movimentos sociais, pois as políticas públicas, os interesses políticos e o governo são movidos pelas articulações sociais, pelas demandas expostas por essa sociedade. Não há, portanto, mudança política sem movimentação social.

Nos relatos das participantes desta pesquisa, o envolvimento com movimentos sociais apareceram como alternativa buscada para agregar ao desejo de uma sociedade

³⁰ A colocação faz menção ao discurso de Jair Bolsonaro, pré-candidato à presidência do Brasil, que disse em fevereiro de 2017, em Campina Grande, que "as minorias tem que se curvar para as majorias [...] se adequam ou desapareçam".

mais igualitária, digna às travestis. Geni e Joana, por exemplo, já estiveram à frente de importantes movimentos e lutas que reivindicassem melhorias pela comunidade LGBTI.

Geni, atuou em movimentos sociais LGBTI em São Luís, Maranhão, mas se desligou por perceber que a maioria das pautas dos movimentos são dedicadas ao “G” (homens homossexuais), deixando as travestis como causas secundárias ou as compreendendo como uma categoria da homossexualidade. Joana, por outro lado, atuou em variados movimentos sociais, inclusive, recentemente, na mesma associação que no início desta dissertação se comprometeu em ajudar em troca do meu auxílio da organização da Semana do Orgulho LGBT de São Luís, mas se desligou do movimento por discordar com as políticas de enfrentamento que vem sendo adotadas. Para ela, a representatividade na associação é restrita às mesmas pessoas e os diálogos não são abertos, o que lhe incomodava por não poderem incluir e pensar a travesti como indivíduo que vive em outras esferas, pois a dor da travesti rica é diferente da travesti da periferia, que é diferente da travesti evangélica, da travesti do terreiro, da travesti homossexual, da branca e diversidades à fora.

Mas, mesmo com o desligamento, não deixa de se fazer presente em eventos e atividades que é convidada - na própria Parada do Orgulho LGBTI que estive envolvido, em parceria com a Associação que se desligou, Joana fez o percurso em cima do principal trio-elétrico, agregando ao movimento e reivindicando por direitos igualitários. Para ela, em análise sobre as lutas atuais dos movimentos sociais, toda forma de luta é válida e importante, sobretudo diante da conjuntura política que o país vive atualmente, que classifica como preocupante.

Envolvida com os movimentos sociais desde a universidade, com as lutas estudantis, reconhece as dificuldades que sempre tiveram enquanto minorias, mesmo em governos anteriores ao atual, mas julga está ainda mais complicado a existência de um diálogo, devido ao crescimento do conservadorismo na sociedade com o apoio religioso que tão bem conhece suas forças e modo de atuação.

“Muito mais ainda na época que estamos agora, em que cartilhas são proibidas, que livros são proibidos [...] hoje em dia, é como se eu lutasse, lutasse, lutasse, lutasse por uma coisa e não ter. Então, minhas perspectivas futuras não são muito animadoras não [...] sabe, fique sem entender como que a gente elegeu um homem desse, eu fico me doendo. Pronto, acabou, porque o futuro para mim só com muita luta para mudar [...] eu já passei dos 50 anos, estou fora da camada dos construtores, de ter a força da luta, de enfrentar a violência. Cansa. Mas mesmo assim eu ainda corro perigo, porque eu posso ir bem ali dentro do ônibus e ser agredida”.

Muito além do cansaço de dedicar-se à vontade de ter suas condições de existências preservadas, evidencia-se a dimensão do sofrimento psíquico diante tamanha rejeição, negação, condenação e violência, torna-se inimaginável quando se tenta quantificar ou compará-lo. A homofobia, como termo generalista para falar sobre a aversão para com os gays, lésbicas, travestis e transexuais, provoca de forma intensa as percepções e os sentimentos negativos sobre si mesmo, levando ao auto desamor, ódio e a internalização de sua inferioridade (NATARELLI et al., 2015).

Perante todos os conflitos individuais gerados pela incoerência da subjetividade como condição de existência em relação às regras e imposições sociais sobre a identificação e estilo de vida, em conjunto com a não aceitação familiar, rejeição coletiva, repreensão constante, intolerância e violências, principalmente a psicológica, intensificam-se os sentimentos de desesperanças e os pensamentos de inferioridade, levando-as a acreditarem, veementemente, em suas incapacidades e inutilidade social, a não ser que para as prestações de serviços sexuais (CARMEM REGINA GIONGO, et. al, 2012).

4.1 O QUE PROPOR AO SISTEMA EDUCACIONAL?

Não proponho, como exposto inicialmente, desenvolver uma proposta de um novo sistema educacional, mas propor caminhos, através das experiências escolares das participantes, que as escolas possam trilhar em busca de um sistema que eduque indivíduos para a sociedade de forma plural e não higienista, reconhecendo as diversidades como característica agregadoras e não ameaçadoras e pensando a discriminação como uma violência que deslegitima o "amor, a ordem e o progresso" de um país³¹. Esta educação que se almeja, objetiva-se em proporcionar à sociedade cidadão com a sensibilidade de reconhecer a humanidade de todas as pessoas.

Ao discutir sobre o assunto, o que se pode notar é que a violência de gênero não é um comportamento que se distancia dos espaços institucionais que existem com a razão de promover a formação de indivíduos melhores à sociedade. Os relatos das participantes retratam que suas presenças nesses ambientes educacionais serviram para reforçar

³¹ Alusão ao lema do positivismo, corrente filosófica que tem como base "O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim". Resumidamente estampado na bandeira do Brasil com a expressão "Ordem e Progresso".

comportamentos que distanciam a sociedade de um desenvolvimento comportamental de inclusão às diversidades, de respeito ao próximo e exercício da democracia.

Ciente disso, Jesus (2015) vê no ambiente escolar o caminho ideal para dar início a um processo de melhorias e em busca do combate aos preconceitos, discriminações e conquistas de direitos igualitários à população LGBTI de maneira mais efetiva, direta e possível de uma colheita de resultados mais urgentes. Entretanto, alerta que as abordagens não devem ser apenas teóricas, que carece de um envolvimento afetivo-atitudinais para que haja entre as pessoas que não sofrem a discriminação uma possível relação e identificação com o sofrimento do outro.

Geni comunga da mesma ideia. Quando questionada sobre o que ela acredita que poderia ser feito para que a realidade da discriminação e violência viesse a sanar, apontou a escola como única alternativa possível de provocar mudanças sociais. Para ela, a escola deve acolher com conteúdos que possuem relação com as vivências, aproximar os alunos da realidade e problemas cotidianos, sociais, não se restringindo apenas na apresentação de conteúdos formais e tradicionais. Propõe, por reconhecer que dar visibilidade ao assunto, demonstrando normalidade e apresentando como uma possibilidade de existência, muitas pessoas podem se identificar e saber que há a possibilidade de ser quem são, reduzindo sofrimento e transformando o ambiente escolar em local de acolhimento, ao invés de indiferença e propagação de violência.

Para Masschelein e Simons (2013), a principal tarefa da educação é justamente esta idealizada por Geni, a de possibilitar a existência do diálogo entre o mundo e os jovens, fazendo com que estes jovens possam usar de seus tempos livres para observar o mundo, a sociedade e os acontecimentos, gerando respeito, presença, encontros, aprendizagens e descobertas. Pode-se entender, com isso, que é preciso levar para o meio escolar os confrontos reais com tudo o que, normalmente, está além da micro realidade de cada indivíduo, como, por exemplo, a diversidade de gênero, sexuais, as condições de existência das pessoas trans e os dados estatísticos que lhes perseguem na sociedade, para que, diante disso, possamos preparar indivíduos para a sociedade que problematize e reavalie as relações sociais estabelecidas com o que é diferente, o que fogem das regras heteronormativas.

Pensar a escola como um ambiente aberto às diversidades, de acordo as discussões realizadas até então, não é permitir a idealização de um projeto que visa destruir as famílias e converter, ideologicamente, as crianças para uma concepção de que é errado ser cisgênero e heterossexuais - como políticos e movimentos religiosos conservadores

pregam, atualmente, acreditando existir em curso uma "ideologia de gênero", onde o governo distribuiria um "kit gay" para as crianças. Esta escola plural e à serviço da proteção das diversidades, pelo contrário, não visa criminalizar identidades de gênero e orientações sexuais, mas atuar como um espaço que reconhece a diversidade existente e que atua de acordo com a realidade da sociedade, opondo-se às violências, discriminações e dando voz às diferenças culturais, religiosas, raciais, de gênero e sexuais que costumam serem silenciadas e invisibilizadas em nossa sociedade.

Permitir tais discussões nas escolas é promover melhores condições de existências para esses indivíduos e combater as discriminações e violências existentes, como acusa Bento (2017). Nessa discussão, carece entender que questionar o sentido da escola e o objetivo da educação não se restringe a questionar métodos e funcionalidades institucionais, mas sim, os interesses da formação do indivíduo que nela frequenta.

Além disso, Geni sugere às escolas que abram seus espaços para que realizem rodas de conversas com alunos, professores, família e comunidade em geral para que haja a interação de pessoas LGBTI com as pessoas cisheteronormativas. Para que, através dos diálogos, suas vivências e relações possam ser discutidas e problematizadas, a fim de tirar dúvidas, ter conhecimento sobre outras realidades e possibilidades, gerando respeito e misturando as condições de existências como forma de demonstrar as igualdades mesmo tendo suas diferenças.

A escola de Geni proporcionaria, inclusive, humanidade àquelas pessoas desumanizadas por não adequarem-se às normas e resistirem ao processo de disciplinarização. Esse sentido de humanização discorre da concepção de Jaqueline Gomes de Jesus (2016) que vê na relações sociais, institucionais e escolares as diferenças dos tratos entre indivíduos, transparecendo existir diferentes formas de ser humano, onde há prioridade por algumas vidas. Para a autora, os direitos civis da sociedade, que são os direitos de cidadania, não é garantido a todos de maneira igual, pelo contrário, são "relativos ao usufruto dos recursos e serviços que a sociedade oferece" (JESUS, 2016, p. 544).

Pessoas travestis, por exemplo, são tratadas com menos humanidade, ou mais desumanidade, melhor dizendo, de acordo com o ambiente e interesses do outro sobre sua existência, corpo ou trabalho. É, em razão disso, que instituições escolares deveriam se apresentar à sociedade como ferramenta de mudança social, de enfrentamento às desigualdades e de resistência aos modelos de educação que desumaniza pessoas.

No Brasil, desde 2004, um projeto denominado "Escola sem partido" vem ganhando espaço entre os discursos políticos, as vivências escolares e dentro das casas das famílias brasileiras. Em especial nos últimos anos, com o crescimento de políticos conservadores e fascistas no Brasil, a escola, na figura do professor, parece ter sido escolhida como inimiga da sociedade, por acreditarem que estes profissionais não deveriam atuar como educadores, apenas como instrutores do conhecimento técnico de cada disciplina, sem poder discutir com sala de aula sobre a realidade da sociedade, assuntos contemporâneos, expressar opiniões, valores e instigar o desenvolvimento de pensamentos críticos sobre nossas relações, a política e a cultura (PENNA, 2017).

Para os defensores desse modelo de sistema de escolarização, pois deixaria, portanto, de poder ser compreendida como um sistema educacional, visto que não mais lhe competiria o dever de educar cidadãos, restringindo-se à função de escolarizar, transmitindo apenas saberes técnicos-científicos, a escola se libertaria de uma doutrinação ideológica promovida pelos professores que alienam seus alunos a se oporem ao conservadorismo, à moral cristã, favorecendo uma libertinagem sexual e a destruição da família, com seus valores e princípios. O projeto de uma escola sem partido é contrário ao modelo de modelo de escola que as participantes desta pesquisa, como Geni, acredita ser ideal para que a sociedade seja mais inclusiva e reduza as discriminações em razão da diversidade.

Penna (2017) expressa sua preocupação com o acolhimento da sociedade diante este projeto, pelo temor que ele, embora ainda não tenha sido implementado, já exerce seu papel ao ter professores que se silenciam diante assuntos importantes e transversais às suas disciplinas por medo de uma possível demissão, prisão e enfrentamento das gestões escolares e dos pais destes alunos sobre sua atuação profissional - semelhante a casos de perseguição já registrados no país, onde professores, sobretudo de disciplinas como história, filosofia e sociologia, são filmados e taxados de doutrinadores por ministrarem suas aulas, compreendidas como disciplinas ideológicas e de enforque político.

A ilusão de uma escola sem partido, na verdade, é uma escolha partidárias, onde professores devem se silenciar diante cenários políticos, divergências culturais, críticas ideológicas e não promover, em sala de aula, principalmente, discussões que visam pensar sobre a lgbtfobia, o machismo, racismo, a intolerância religiosa e qualquer outro assunto que desagrade ou não convém aos interesses do conservadorismo, ou de um viés político ideológico de extrema-direita. Um escola que posiciona-se a favor da imparcialidade

diante casos de violência, discriminação, discursos de ódio e segregação é tão partidária quanto as instituições e pessoas que erguem a bandeira contrária às diversidades, em favor de uma higienização social, que reconhece como humanos dignos de respeito apenas quem tem a pele branca, é cisgênero, heterossexual, rico e cristão.

Para as participantes que vivenciaram esse sistema educacional que não lhes compreendiam como indivíduos bem-vindos à escola, assim como para os teóricos aqui apresentados que discutem sobre as relações das diversidades nos ambientes escolares, comunga-se a percepção da necessidade de pensar em um sistema educacional plural, que acolhe a diversidade e não se limita ao binarismo, que não seja dualista e que se oponha à função de silenciar vozes e invisibilizar pessoas. A proposta de Geni para o sistema educacional, como dito, dialoga com todas percepções teóricas discutidas anteriormente, o que exige do sistema educacional uma constante necessidade de se aperfeiçoar, reformular e se reinventar.

Mas, embora parece algo distante da realidade, Arroyo (2012) adverte que a teoria pedagógica já se revitaliza constantemente ao ser exercida por seus próprios sujeitos educados. Estes, advindos de uma formação educacional aos seus moldes, se apropriam desta e a reformula para englobar seus novos contextos sociais. Entretanto, salienta que pensar em outras pedagogias exige a mudança geral do contexto educacional, o que provoca resistência ao meio que se acomoda com a estabilidade teórica-pedagógica. Assim sendo, o pensamento pedagógico, ao mesmo tempo que se amplia e acolhe as complexidades sociais, utiliza de suas metamorfoses para se enraizar como modelo educativo e se reafirmar como civilizatório, verdadeira e incontestável (ARROYO, 2012).

Aguilar (2004) contribui à defesa da necessidade de pensar em outras pedagogias ressaltando que o processo de aprendizagem é constituído pela interação entre as singularidades dos mundos dos indivíduos e suas relações com eles, assim, se as escolas se propõem a servir como um espaço de ensino educacional, a troca de saberes, as experiências e vivências devem ser valorizadas, pois, estariam no encontro das diversidades e diferenças entre as realidades a capacidade de aprender e formar indivíduos para se encontrar com outras existências.

Por esta lógica, a educação só possui sentido quando sua formação é dada em busca da compreensão. Compreensão esta que só pode ser constituída se o diálogo for estabelecido de forma construtiva, instigando a ação reflexiva e possibilitando que o educando acesse e reconheça a possibilidade de outros saberes, existências e modos de

vivências distintas da sua, sem a visão excludente por não coincidir com o que trata como normalidade por ser sua expressividade (AGUILAR, 2004).

Assim, se Aguilar (2004) afirma que aprendizagem só acontece quando há experiência, sejam elas exercidas por nós próprios ou compreendidas a partir das experiências de outros e a aprendizagem é pessoal e singular, a qual se tem como princípio básico a linguagem, podemos entender que levar para o meio escolar e discutir sobre a realidade da diversidade de gênero e sexual, por exemplo, é uma alternativa válida se o interesse foi a desconstrução do preconceito e a apresentação de novas formas de entendimento, saber e relações.

Isso significa dizer que as escolas devem não só mencionar, por exemplo, a existência de pessoas que fogem de uma regra ciheteronormativa, mas de se apropriar do assunto para que a menção seja convertida em diálogo, possibilitando que as discussões em seu meio não se restrinjam a uma repetição disciplinadora, mas que instigue e manifeste a capacidade de cada educando compreender e formular suas próprias visões, reconhecendo a pluralidade e a diversidade que existe em torno de sua própria existência, tendo como mínima atuação o combate às violências e promoção do respeito.

A necessidade do respeito apareceu nos discursos de todas as participantes, reconhecendo a importância das instituições escolares trabalharem com os alunos e ter uma equipe profissional que exerça o respeito às diversidades, por acreditarem que *“tudo começa pelo conhecimento, é preciso conhecer para respeitar”*³². Assim, o sistema educacional conseguirá cumprir seu dever de formar cidadãos à sociedade capazes de questionar e refletir sobre a realidade, não apenas reproduzir discursos e atitudes secularmente atrasados e violentos.

As famílias e as escolas, como instituições principais na formação de indivíduos, deveriam, para Joana, se conscientizar que a realidade *“não é esse mundinho já marcado”*, que as diferenças existem e devem ser respeitadas como são, jamais tratadas como motivo de desigualdade. À família, o dever de ensinar sobre tolerância e respeito; às escolas, a função de provocar mudanças e instigar o pensamento crítico sobre suas realidades.

Pois, para Joana, só há um caminho capaz de provocar mudanças sociais:

“O caminho é pela escola. A educação é o grande mecanismo de mudança. A instituição deve levar essa discussão, levar material didático, desenvolver mais pesquisas, ter livros que fala sobre gênero.

³² Fala de Joana.

Até mesmo, pelo menos, para ajudar a pessoa a descobrir onde ela se enquadra, sabe? Se é gay, bi, hetero, tri, sei lá, agora têm tantos nomes, nem sei, mas a pessoa poder ler e saber se é num sei o quê, num sei quê lá, saber onde me enquadro, se sou binário ou não. Então, a educação tem poder de fazer esse papel, de colocar o aluno em discussão e buscar formas de se definir, se encontrar. Todos, de forma saudável. Faz parte da formação humana saber quem somos, o que gostamos, queremos, então, por que não em relação a sexualidade, gênero? A educação tem essa capacidade, mas para isso é preciso ter esses movimentos sociais, desenvolvimento de pesquisas, pessoas de cabeças abertas para discutir sobre isso”.

Embora Joana reconheça que o sistema educacional já tenha avançado em algumas questões, como o uso do nome social e a regulamentação do uso do banheiro, a prática das vivências escolares ainda estão distantes do que se é ordenado em leis. Muitas escolas não possuem suporte estrutural para proporcionar um ambiente agradável às diversidades, assim como, muitos de seus colegas de profissão são carentes de capacitação e conscientização da importância, necessidade e obrigação de respeitar as diferenças, ser tolerante e usar das ferramentas da educação como mecanismo de transformação social.

Da mesma forma, deve o Estado, enquanto órgão capaz de regulamentar a formação de professores, se preocupar com a qualidade destas formações, exigindo que os profissionais, não só da área da educação, que transitam por meios educacionais para aprender uma profissão tenham em seus currículos escolares a discussão sobre o respeito e a compreensão das diferenças e possibilidades de diversidades, entendendo que, embora diferentes as pessoas sejam uma das outras, isso não lhes são motivos de tratamentos desiguais.

Insiro-me como personagem nesta discussão, por também ser colega de profissão de Joana, onde décadas após sua formação em pedagogia as grades curriculares que compuseram minha formação parece ser as mesmas. Deram-me a autorização de exercer a licenciatura, fazer a gestão de uma instituição educacional ou coordenar uma equipe de professores, sem sequer mencionarem as diversidades de gênero, sexuais, étnico-raciais e religiosas como assunto pertinente de serem trabalhados em sala de aula, ou mesmo orientaram estes profissionais da educação em lidar com as diferenças sociais, culturais e identitárias dos alunos. Ao contrário disso, o que pude observar é que o silenciamento ainda se faz presente na formação e atuação desses professores. Falar de sexualidade nas escolas, mesmo que para uma capacitação de profissionais, ainda é um tabu, visto como uma temática inapropriada para ser discutida na educação básica, por acreditarem que

viola os direitos religiosos dos indivíduos em não aceitarem a diversidade de gênero e sexual como uma condição de existência não pecaminosa, ou doentia.

Beatriz Lins et. al (2016) compreende estes silenciamento nas escolas como uma forma da sociedade dizer a estas "pessoas diferentes" que suas existências são indesejáveis e que não há lugar para elas em nosso meio. Por essa razão, a formação continuada do corpo docente e das equipes de gestão destas instituições deveriam existir com intuito, no mínimo, de conscientização de que estas pessoas existem e são dignas de usufruir dos mesmos direitos de qualquer outra, sem exclusão. Só assim, transformaríamos as escolas em ambientes de acolhimento e comprometida com o dever de garantir uma educação formal para todas as pessoa.

Esses avanços que ainda precisam serem conquistados para que possam garantir uma sociedade não desigual diante as nossas diferenças é, para Jaqueline Gomes de Jesus (2019), um movimento de luta que deve ser incansável, mesmo que sejamos cientes de que, provavelmente, apenas as gerações futuras possam se beneficiar. Para a autora, os caminhos percorridos, até então, demonstram que "ainda precisamos construir fundações mais resistentes" (JESUS, 2019, p. 11), sobretudo diante os avanços do fundamentalismo político-religioso, do crescimento do autoritarismo e do fascismo que buscam justificar suas exclusões contra pessoas que julgam como inferiores, uma espécie de problema à sociedade.

O que se propõe, com esses comentários, é que haja um rompimento dos muros das escolas para dialogar com a realidade da sociedade, embora César (2011) acredita que estes muros já estão sendo rompidos pelas instituições que querem falar de suas verdades sobre o sexo, fazendo com que a instituição escolar, diante da necessidade de se reformular por não mais conseguir conter a organização e disciplinarização nos mesmos modelos em que estava acomodada em fazer, se permita ao diálogo. Entretanto, alerta sobre o cuidado que é preciso ter sobre essas formas de diálogos e manejos sobre tais verdades, pois a relação entre o saber e o poder não mais é de exclusividade dos ambientes educacionais, há outras instituições como ONGs, movimentos sociais e igrejas que se apropriaram, podendo, caso não se precaver, ocorrer apenas uma alternância sobre a verdade, mantendo o disciplinamento como regra e a serviço do controle da sociedade e dos corpos, não os libertando, mas reformulando suas prisões.

Pensando sobre a existência das escolas, o que dá para ser compreendida é que ainda hoje tais instituições educacionais ainda se encontram a serviço do Estado para padronizar e disciplinar toda a sociedade, reforçando os conceitos de normalidade e

patologizando o que se apresenta como diferente à regra. Assim, as escolas, independentemente do nível de ensino (infantil, fundamental, médio ou superior) não estão preparadas e nem dispostas a se retratar e possibilitar como normal as possibilidades das diversidades entre as pessoas, sejam elas diversas em relação aos seus gêneros, sexualidade ou quaisquer outros sentidos que distorcem do que é comum.

A necessidade de uma reformulação do sistema educacional está além de uma capacitação de profissionais, seria preciso, como alega Ananda, fazer com que estes professores consigam ter uma sensibilidade sobre o sofrimento dos outros para gerar respeito e fazer da escola um ambiente agradável, algo para ser trabalhado desde suas formações. Joana propõe, nesse mesmo sentido, que os próprios livros didáticos abordem suas realidades, falem de suas existências, apresente aos alunos a verdade, que o mundo não é dividido apenas entre o homem e a mulher que dizemos, pois quando estes livros passarem a falar sobre o mundo das travestis, que mais pesquisas discutirem sobre o assunto e os movimentos sociais lutarem pelos seus espaços, poderemos enxergar mudanças, pessoas que sintam as escolas como um ambiente de pertencimento, de encontro, conhecimento e acolhimento.

Para as participantes, as mudanças necessárias devem partir de um interesse do Estado, em fiscalizar as formações de novos professores, capacitar as equipes que estão à frente das escolas e tomar para si a responsabilidade de reverter a situação das desigualdades, da discriminação, violência e evasão escolar. Nesse sentido, Paulo Freire (1984) compreenderia como uma ingenuidade, por desacreditar que tais mudanças partiriam da classe dominante, por não possuírem interesse em proporcionar às classes dominadas uma educação que é capaz de perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

A partir dessa percepção, compreende-se os motivos de projetos, como o “escola sem partido”, que visa silenciar as vozes de professores em sala de aula, taxá-los como doutrinadores e inimigos da boa educação de seus filhos por estimularam o pensamento crítico e fazerem de seus alunos cidadãos conscientes das desigualdades e da necessidade de enfrentar as discriminação, ganham tanto espaço e força em uma sociedade conservadora, desigual e refém dos interesses de uma seleta classe burguesa, cristã, branca e cisheteronormativa. Da mesma forma, o desenvolvimento de projetos, como o “escola sem homofobia”, apelidado pelos opositores de “kit gay”, ser capaz de desenvolver desprezo e ódio aos governantes, que passam a serem vistos como perversos da inocência infantil, por acharem que combater a discriminação é uma forma de estimular crianças e adolescentes serem LGBTI, o que julgam ser desprezível à sociedade.

Com isso, o que se observa é que devemos propor, antes de tudo, é que a educação conquiste sua liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver a presente dissertação me pôs em uma condição de constante vigília quanto sua escrita, numa tentativa de não me pôr como detentor da verdade sobre a transvestilidade e suas relações, assim como, não me apresentar como quem fala em nome das travestis e suas experiências escolares. Embora estude sobre o assunto, conviva com travestis e ouça seus relatos, meu "campo de visão" ainda é o de pessoa não transgênera, incapaz de compreender, intensamente, sobre seus conflitos, angústias, discriminações e seus sentimentos vivenciais.

Ao longo de toda escrita, por estes motivos, busquei uma linguagem que deixasse explícito ser o que elas disseram, não o que eu digo, penso e acredito. Certamente, há momentos que exige minha visão e interpretação das coisas, mas, mesmo nestes momentos, após fazê-lo, retornei o contato com as participantes, apresentando-lhes minhas interpretações para comparar com seus entendimentos, com intuito de não haver discordâncias, sobretudo interpretativa em relação às suas vivências e experiências escolares.

Para falar de tais experiências escolares, carece, a princípio, discutir a história da relação entre educação e diversidade de gênero. A escola, aqui compreendida como qualquer instituição educacional, durante toda sua história na sociedade brasileira não se apresentou como um ambiente de acolhimento às diversidades, pelo contrário, serviu e ainda serve, como um mecanismo instrumental do Estado para ditar regras e verdades sobre o corpo humano, suas expressividades e relações, padronizando as pessoas e reprimindo a diversidade. Por assim ser, aquelas pessoas que não conseguem seguir a padronização pregada como normalidade pelas instituições educacionais, como é o caso das travestis participantes dessa pesquisa, as escolas tornam-se ambientes desagradáveis e de risco à sua integridade mental.

Os relatos das participantes evidenciam que, mesmo tendo suas vivências escolares em instituições diferentes e épocas distintas, atribuem à escola sentimentos semelhantes de não pertencimento e agressivo à sua existência. Mesmo em caso específico, como o de Joana, que vivenciou enquanto aluna e tornou-se professora, este ambiente continua lhe apresentando comportamentos de segregação, preconceitos e exclusão, desde a contestação da validade da sua diplomação, à não permissão do exercício da sua função. O que se observa, com isso, é que a educação escolar ainda não

rompeu seus vínculos com as estruturas anteriores, não cumprindo com sua laicidade, exercendo uma moral religiosa cristã, conservadora e não contemplativa à diversidade.

As experiências escolares das participantes demonstram a dificuldade das instituições de ensino em lidarem com a diversidade de gênero, tornando-se ambientes de promoção à violência, exclusão e ataque à sanidade mental, seja pela intolerância institucional, ou mesmo pela omissão diante casos de violências, refletindo a carência de capacitação dos profissionais, tal como o desprezo pelas causas minoritárias, transformando as escolas em instituições de controle social e segregação àquilo que julga-se anormal, patológico ou desprezível à sociedade. Como consequência disso, pessoas travestis, como a exemplo das participantes, carregam marcas das violências em suas histórias de vidas e condições de existência, tendo dificuldade de serem inseridas no mercado de trabalho e terem o respeito social, exigindo-lhes mais esforços para conquistar uma vida harmônica e poderem ser tratadas com dignidade.

Embora as experiências escolares das participantes tenham em comum a visão das escolas como ambientes desagradáveis e agressivos, sendo responsáveis por grande parte dos sofrimentos que possuem, todas reconhecem a importância dos estudos e o quanto não ter concluído a educação básica foi prejudicial, ou o quanto ter tido uma família que insistiu na sua continuidade, incentivando-lhe a persistir nos estudos foi fundamental para que algumas das dificuldades sociais de discriminação sejam mais fáceis de lidarem atualmente. Isso demonstra o quanto os estudos e a formação escolar ganhou espaço na sociedade, tornando-se um elemento essencial para a garantia de direitos e respeito, tratando aquelas pessoas que não a vivenciaram, ou saíram do seu meio, como inferiores e indignas de serem tratadas por igual.

As escolas devem, de acordo com a visão teórica e pela compreensão das participantes, tornar-se uma instituição cujo respeito às diferenças seja acolhido, se apresentando à sociedade como principal ferramenta de combate à discriminação, à violência e segregação, cumprindo sua função de educar através do reconhecimento de que as diferenças existem e que isso não pode ser motivo de promoção de desigualdades. O que observa, por fim, é que as travestis não deixam, desistem ou evadem do sistema educacional, muito pelo contrário, na verdade são expulsas a partir do momento que não conseguem ter sua identidade respeitada, seu direito garantido e a violência torna-se institucionalizada, seja através dos comportamentos de colegas, da própria equipe escolar e de suas omissões. Uma escola que, institucionalmente, se omite de erguer a bandeira de

combate às discriminações e violências está do mesmo lado dos que defendem a violência e praticam a discriminação.

Pensar um sistema educacional de acolhimento às diversidades exige de toda a sociedade, sobretudo, através de políticas públicas, que tomem consciência de que acessar e permanecer nas escolas é um direito de todos. Porém, tais cobranças e exigências devem partir da reivindicação e movimentação social, popular de cada um que tome ciência das problemáticas das escolas e suas repercussões no processo de subjetivação de cada indivíduo.

Estando o sistema educacional a serviço do Estado, da moral cristã e do pensamento patologizante médico, a expulsão de travestis das escolas, a cassação de seus direitos e a relação da sociedade com sua existência, evidencia a necessidade urgente e latente dos movimentos sociais tomarem para si a problemática da educação também como problema de saúde pública, para além das problemáticas sociais e comunitária. Como sugestão para isso, portanto, esta pesquisa, dentre suas limitações, evidencia a necessidade de ampliar seus objetivos, para que possa trazer à discussão uma visão da condição de trabalho dos professores e gestores educacionais sobre a relação da educação com a diversidade de gênero.

Para finalizar, volto a enalteço Paulo Freire (1984) ao alertar que seria uma ingenuidade esperar que o Estado, através do governo, desenvolva um sistema educacional que permita as classes dominadas, como as travestis, perceberem as injustiças sociais sobre suas existências de maneira crítica, usando das vivências escolares com mecanismo de potencialidade para fortalecer a resistência e contribuir com a luta de reivindicação pelo seus direitos igualitários, educacionais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT. As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. In: RELATÓRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ABGLT. PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016. Curitiba, 2016.

AGUILAR, L. A. Conversar para aprender. Gadamer y la educación. Revista electrónica Sinéctica, n.23, p.11-18, agosto/janeiro, 2004.

ALMEIDA, A. Evasão escolar entre travestis é bem maior. FLACSO – Diário de Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?p=15833>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

ALMEIDA, C. B. de; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. Revista Direito GV, vol. 14, n. 2, pp. 303-333, 2018.

ALVES, C. E. R. et al. A política pública do uso do nome social por travestis e transexuais nas escolas municipais de Belo Horizonte: uma pesquisa documental. Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p. 325-340, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 05 de Junho de 2018.

ANDRADE, L. N. de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.

ANDRES, S. et. al. Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do programa institucional de bolsa de iniciação à docência (UFMS). Rev. educ. fis. UEM [online], vol. 26, n. 2, p. 167-179, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-30832015000200167&script=sci_abstract&lng=pt>. Acessado em 05 de Junho de 2018.

ANTRA. Boletim Nº 04/2020 - 01 de janeiro a 31 de agosto de 2020. Assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. Rio de Janeiro, 2020a.

_____. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018. Brasil, 2019.

_____. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo, 2020b.

_____. Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017. Brasília, 2018.

APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba, Anais... 07 a 10 de novembro de 2011.

BARBOSA, B. C. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Revisita Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 14, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6860>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, B. Brasil: do mito da democracia às violências sexual e de gênero. In: *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 53-61.

_____. Na escolar se aprende que diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 548-559, maio-agosto, 2011.

_____. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Transexuais, corpos e próteses. *Labrys: Estudos Feministas*, n. 4, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys4/textos/berenice1.htm>>. Acesso em: 01 julho de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 13 de Junho de 2012. Brasília, 2013.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016. Brasília, 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
Brasília, 2016.

_____. Decreto Presidencial Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Brasília: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

_____. Projeto de Decreto Legislativo 234/2011. Brasília: Câmara Legislativa, 2011. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

_____. Projeto de Lei 620/2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=969166>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

_____. Projeto de Lei 925/2019. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192470>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

_____. Projeto de Lei 3235/2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2016875>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

BUTLER, J. El género en disputa. Médico: Paidós, 2001.

_____. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, L. M. L. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. *Ciência & Educação (Bauru)* vol. 21 n. 4. Bauru, 2015.

CARDOSO, F. L. Inversões do Papel de Gênero: “Drag Queens”, Travestismo e Transexualismo. *Psicologia Reflexões e Críticas*, 18(3), p. 421-430, 2005.

CARVALHO, M. C.; SIVORI, H. F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cad. Pagu*, n. 50, 2017. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200310&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 05 de Junho de 2018.

CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Caderno Pagu*, n. 52, 2018. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000100501&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

CÉSAR, M. R. de A. As novas práticas de governo na escola: o corpo e a sexualidade entre o centro e as margens. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO (org.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 269-281.

CORRÊA, C. 24 projetos de lei propõem barrar avanços LGBTs no Brasil. *Catraca Livre*, 2017. Disponível em: < <https://catracalivre.com.br/cidadania/mais-de-20-projetos-de-lei-podem-barrar-avancos-lgbts-no-brasil/>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

DIAS, C.; COLLING, L. Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no Candomblé da Bahia. IN: *Dossier trans-ações de gênero: ressonâncias e saberes trans*. *Ex æquo*, n. 38, pp. 95-110, 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n38/n38a08.pdf>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, ed. 7, 2008.

_____. *A Hermenêutica do sujeito – Curso do Collège de France, 1981 – 1982*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. Paz e Terra, 1984.

G1. Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, diz pesquisa. *Profissão Repórter*, 2017. Disponível em: < <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/04/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais-no-mundo-diz-pesquisa.html>>. Acessado em: 17 de dezembro de 2018.

GERMANO, F. Brasil é o país que mais procura por transexuais no RedTube – e o que mais comete crimes transfóbicos nas ruas. Revista Super Interessante, 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-transexuais-no-redtube-e-o-que-mais-comete-crimes-transfobicos-nas-ruas/>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

GIONGO, C. R.; et. al. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. Psicologia: ciência e profissão, vol. 32, n. 4, 2012.

JESUS, J. G. de. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades da Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2013.

_____. Homofobia: identificar e prevenir. 1 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

_____. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. Revista Direito e Praxis, v. 7, n. 3, 2016. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25377>>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

_____. Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos. Brasília, 2012.

_____. Prefácio – carta aos que virão. In: SOUSA, E. T. de.; AMARAL, M. dos S.; SANTOS, D. K. dos. (orgs.). Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

KENNEDY, N. Crianças transgênero: mais que um desafio teórico. Cronos, vol. 11, n. 2, pp. 21-61, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2151/pdf> >. Acessado em: 30abr. 2013.

KENNEDY, N.; HELLEN, M. Transgender children: more than a theoretical challenge. Graduate Journal of Social Science, vol. 7, n. 2, pp. 25-43, 2010. Disponível em: <<http://gjss.org/index.php/?acymailing/archive/view/7fcc14d5515f6176639c408122cca968/10.html> >. Acessado em: 30 abr. 2013.

KULICK, DON. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LINS, B. A. et al. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LIRA, M. O. de S. C.; et al. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. *Revista Textos contexto – enfermagem*, vol. 26, n. 3, 2017.

LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUNA, N. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cad. Pagu* [online], n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200311&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em 05 de Junho de 2018.

MAGNO, L. et al. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 2018.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, n. 9, v. 7, p. 110-117, 2009.

MARTINS, I. Por que homens procuram travestis? *Época*, ed. 521, 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG83628-6014-521-2,00-POR+QUE+HOMENS+PROCURAM+TRAVESTIS.html>>. Acessado em: 29 de setembro de 2020.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. Em defesa da sociedade: uma questão pública. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 13-103.

MOREIRA, F. Não-vidência e transexualidade: questões transversais. In: JESUS, J. G. de. et. al. *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.

NATARELLI, T. R. P.; et. al. O impacto da homofobia na saúde do adolescente. *Escola Anna Nery*, v. 19, n. 4, out-dez, p. 664-670, 2015.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, M. L. de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana*, n. 2, 2009.

OLIVEIRA, A. L. G. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização das identidades (trans). In: JESUS, J. G. de; et. al. *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.

OMS. CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ORTEGA, F. O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PALMA, Y. A. et. al. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas psicol.* Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 05 de Junho de 2018.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu* (25), jul-dez de 2005, p. 217-248.

PENNA, F de A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. IN: FRIGOTTO, G. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

PFEIFFER, L.; SALVAGN, E. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, vol. 81, n. 5, 2005.

PORTOCARRERO, V. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. *Educação & Realidade*, v. 29, n. 1. Porto Alegre, 2004.

PRECIADO, B. Manifesto contrassexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educ. Soc.* [online], vol. 38, n. 138, p. 9-26, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em 05 de Junho de 2018.

RODRIGUES, J. N. Ensaio sobre a situação atual da população LGBTI+ no cenário brasileiro. São Luís, 2018.

SAMPAIO, J. Sociabilidade entre travestis em São Luís. In: SOUSA, S. M. N.; et. al (org.). *Fazendo e Desfazendo Gêneros*. São Luís: EDUFMA, 2015, p. 29-48.

SANTOS, A. Transexualidade e travestilidade: conjunções e disjunções. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (org.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 79-99.

SANTOS, B. de S. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. *Educação, Sociedade & Cultura*, n. 23, 2005, p. 137-202.

_____. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. IN: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Editora Almedina: 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SILVA, G. W. das S. et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. Revista Gaúcha de Enfermagem, vol. 37, n.2. Porto Alegre, 2016.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAQUETTE, S. R. et al. Relatos de experiência homossexual em adolescentes masculinos. Ciência & Saúde Coletiva, 10(2): 399-407, 2005.

VEIGA-NETO, A. Foucault & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. Educ. Pesqui. [online], vol. 41, n. 3, p. 791-806, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-7022015000300791&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em 05 de Junho de 2018.

VIEIRA, W. A luta nunca termina. Revista Gama, 2020. Disponível em: <https://gamarevista.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acessado em: 03 de agosto de 2020.

VIVAS, F.; CALGARO, F. Renúncia de Jean Wyllys ao terceiro mandato é oficializado na Câmara. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/29/renuncia-de-jean-wyllys-ao-terceiro-mandato-e-oficializada-na-camara.ghml>>. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas semiestruturadas

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

DADOS PARA O PRIMEIRO CONTATO

1. Nome
2. Idade
3. Profissão
4. Escolaridade
5. Religião
6. Identidade étnico-racial
7. Identidade de Gênero
8. Orientação sexual

DADOS PARA O SEGUNDO CONTATO

1. Histórias de vida
2. Construção da travestilidade.
3. Aceitação social/família
4. Relação com o corpo.
5. Violência física e/ou psicológica.
6. Movimento Social

DADOS PARA O TERCEIRO CONTATO

1. A escola.
2. Professores
3. Colegas
4. Desempenho escolar
5. Relação família/escola
6. Comunidade
7. Laços afetivos/amorosos na escola
8. Preconceito e discriminação

DADOS PARA O ULTIMO CONTATO

1. Avaliação da experiência
2. Educação e diversidade de gênero
3. Escola, professores, colegas, comunidade, currículo: ideal para diversidade de gênero/travestis
4. Perspectiva de futuro

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nº do Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE): 17828819.0.0000.5087

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa intitulada: “EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE TRAVESTIS EM SÃO LUÍS-MA”, em virtude de ter sido indicada por uma das participantes, ser maior de idade, se apresentar como travesti e ter experiência escolar na cidade de São Luís, coordenada por Ruy Tadeu Costa Ribeiro, mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, que contará com as orientações do Professor Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador.

Os objetivos desta pesquisa são: Analisar as experiências escolares de travestis problematizando as relações da educação com a diversidade de gênero; Discutir a história da relação entre educação e diversidade de gênero na sociedade brasileira; Correlacionar as experiências escolares de travestis e suas repercussões no processo de subjetivação; Refletir sobre perspectivas de uma educação que compreenda diversidade de gênero a partir dos discursos das travestis..

Caso você decida aceitar o convite, será submetida aos seguintes procedimentos: no máximo, quatro encontros programados para coletar dados de interesses da temática, tendo as conversas gravadas (voz) e transcritas posteriormente, respeitando o sigilo das informações e descartando as gravações realizadas. Os dados coletados serão usados unicamente para a análise e discussão da dissertação de mestrado que se resguarda de suas possíveis publicações.

O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente quatro encontros de acordo com as suas disponibilidades, podendo ter a necessidade da quantidade dos encontros reduzidas.

Os riscos relacionados com sua participação é de promover uma desestabilidade no bem-estar psíquico, afetivo e emocional, por poderem lidar diretamente com vivências

e momentos traumáticos. Caso ocorra, o pesquisador interromperá o processo de coleta de dados e será realizado, pelo próprio pesquisador, um rapport, acolhimento e intervenções psicológicas adequadas para amenizar o sofrimento gerado, conforme lhe compete como profissional da psicologia.

Os benefícios relacionados com a sua participação serão, de modo geral, a busca em melhorar a qualidade de vida de travestis e os manejos educacionais, repercutindo, por meio da produção científica, melhorias direta e indiretamente no âmbito social e pessoal das pessoas envolvidas. Além de propor, através da visão interna do ambiente escolar, uma nova perspectiva para o sistema educacional.

Estão previstos, conforme a Resolução Nº 510/2016, que o responsável pela pesquisa se compromete a propor às participantes, quando requerido e havendo necessidade, forma efetiva de acompanhamento e assistência com Psicoterapias, uma vez que as abordagens das temáticas da pesquisa afetem as participantes.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos, publicações literárias e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal.

Qualquer gasto financeiro da sua parte será ressarcido pelo responsável pela pesquisa. Não está previsto indenização por sua participação, mas se você sofrer qualquer dano resultante da sua participação neste estudo, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você tem direito a assistência integral e gratuita, pelo tempo que for necessário, e também o direito de buscar indenização. Ao assinar este termo de consentimento, você não estará abrindo mão de nenhum direito legal, incluindo o direito de pedir indenização por danos e assistência completa por lesões resultantes de sua participação neste estudo.

Após ser esclarecida sobre as informações do projeto, se você aceitar em participar deste estudo, assine o consentimento de participação, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizada. Este consentimento possui mais de uma página, portanto, solicitamos sua assinatura (rubrica) em todas elas.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com o pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação.

Pesquisador Responsável: Ruy Tadeu Costa Ribeiro

Endereço: Travessa 28 de Setembro, 119, Centro, São Luís-MA.

Telefone: (98) 982167405

Assinatura: _____

Em caso de dúvida quanto à ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP).

Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética
São Luís/MA CEP: 65.080-040

Tel.: (98) 3272-8708 E-mail: cepufma@ufma.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por este termo, eu _____, inscrita no CPF de número _____, autorizo que as informações por mim declaradas durante as entrevistas realizadas para a realização da pesquisa possam ser utilizadas para a conclusão da mesma.

Estou ciente de que se trata de uma pesquisa científica vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, sob desenvolvimento do mestrando Ruy Tadeu Costa Ribeiro e sob orientação do Professor Doutor Ramon Luís de Santana Alcântara, assim, terei meu sigilo resguardado, diante as informações por mim concedidas, salvo minha expressa autorização, bem como respeitarão a minha liberdade de recusa para dar continuidade às entrevistas mesmo no curso de sua realização.

Por ser este uma Pesquisa em que os principais dados é o meu discurso, reconheço e autorizo que o pesquisador realize: gravações de áudios das entrevistas; discussão de casos em grupos em grupos de estudos; análise de casos e uso para a elaboração da dissertação de mestrado; publicação dos resultados obtidos com o tratamento em veículos de comunicação de caráter científico como livros, revistas, periódicos, ou ainda, em eventos como congressos, palestras e seminários ou aulas teóricas de disciplina que necessite desde que resguardada minha identidade.

Os procedimentos realizados nesta pesquisa acarretam riscos explanados verbalmente e, caso necessário, estarei assegurada de um acompanhamento por profissional habilitado em Psicologia.

Este termo está respaldado na Resolução CNS 466/2012 e 510/2016 (Conselho Nacional de Saúde), que especifica diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa e trabalho que envolvam seres humanos.

São Luís-MA, ____ de _____ de 2019.

Assinatura da participante

Assinatura do pesquisador